



REVISTA DO
CENTRO DE CULTURA SOCIAL
nº 4 — outubro de 2024

1934

2024

especial
ANTIFASCISMO



CCS



REVISTA DO CENTRO DE CULTURA SOCIAL

1934

2024



Uma publicação do Centro de Cultura Social de São Paulo.

O Centro de Cultura Social de São Paulo é remanescente de uma prática comum do movimento libertário no Brasil. Tem como principal objetivo o aprimoramento intelectual, a prática pedagógica e os debates públicos. Para tanto lança mão de meios como palestras, cursos, seminários, filmes, peças teatrais, entre outros, além de manter um acervo de arquivo e biblioteca voltados principalmente para o anarquismo. Desenvolve assim formas de ação e de formação de militantes e de livres pensadores, tendo sido comum a formação de diversos centros de cultura ou congêneres no primeiro meado do século XX. A finalidade do CCS é, inclusive estatutariamente, estimular, apoiar e promover nos meios populares o estudo de todos os problemas que se relacionam com a questão social, não somente de cunho anarquista, mas de maneira plural, havendo o especial cuidado de manter-se distante de qualquer instrumentação externa, seja de partidos políticos ou não. O CCS é independente de qualquer outra organização. Tem constituição de pessoa jurídica e tem seu funcionamento regido pelo seu estatuto. A gestão se dá pela comissão administrativa do CCS, eleita anualmente, cumpridora das deliberações de assembleias de seus sócios efetivos, havendo a participação de seus sócios contribuintes. Sendo uma entidade sem fins lucrativos, o CCS mantém-se apenas por contribuição de seus sócios e simpatizantes.

O CCS mantém desde a sua fundação o seu caráter apartidário, plural e libertário, em que todos são bem-vindos a opinar e debater, se resguardando em não fazer proselitismo religioso ou partidário e nem posicionamentos sectários.

Centro de Cultura Social

Rua General Jardim, 253 sala 22
Vila Buarque – São Paulo – SP
CEP 01223-011

Caixa Postal 105
São Paulo – SP
CEP 01031-970

Colaboraram nessa edição:

Antonio Carlos de Oliveria
Barricada de Livros
Boris
Cibele Troyano
Dina Alves
Guilherme Falleiros
Jamilé Rai
Luisa Amaral
Mayumi Horibe
Philippe Pelletier
René Berthier
RM
Samantha Lodi
Sebastian Darraidu
Stardust
Terzília Lanzillotti
Tomás Ibanez

Capa: Bacuri

Quarta capa: s/d (Internet)

As imagens em p. 6 e 44 referem-se à iconografia antifascista do jornal *A Plebe* (início dos anos 1930); p.15 charge original s/d (anos 1930); p.32, recorte de jornal (anos 1930). As demais são retiradas da Internet (s/d).

Esta é uma publicação do Centro de Cultura Social de São Paulo. Qualquer parte pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

Informações e programação das atividades do CCS no endereço www.ccssp.com.br e nas redes sociais

.....
Revista do Centro de Cultura Social nº 4 (outubro de 2024). São Paulo: Centro de Cultura Social, 2024. 101 p.

ISSN 1983-4691

1. Centro de Cultura Social. 2. Anarquismo.
CDD 320.57
.....

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Argentina: a extrema direita no poder <i>Sebastian Darraidu</i>	7
Contribuição ameríndia para rachar ao meio o ovo da serpente..... <i>Guilherme Falleiros</i>	16
Cruzadas antigênero, pânicos morais e a luta antifascista no território dominado pelo Estado Brasileiro..... <i>Luisa Amaral</i>	33
Antifascismo e anarcofeminismo <i>Samantha Lodi</i>	46
Fascismo e Antifascismo em Cuba: o rabo da serpente..... <i>Boris</i>	51
A extrema direita e o fim da exceção ibérica <i>Tomás Ibáñez</i>	57
Sobre o fascismo..... <i>Philippe Pelletier</i>	61
A extrema direita no poder e suas raízes na sociedade italiana..... <i>Terzilia Lanzillotti</i>	70
“Eles” já leram os nossos livros <i>Barricada de Livros</i>	74
Fascismo anárquico e antifascismo no Uruguai..... <i>RM</i>	79
Sobre Fascismo e Antifascismo: Uma perspectiva dos EUA <i>Stardust</i>	86
Carandiru e a política da inimizade <i>Dina Alves</i>	96



FASCISMO

R

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que trazemos a público o número 4 da Revista do Centro de Cultura Social.

Neste ano de 2024 comemoramos os 90 anos da Batalha da Praça da Sé, ocorrida em 7 de outubro de 1934, acontecimento que tornou-se um símbolo da luta antifascista no Brasil. A sua história está contada em detalhes no texto *Notas sobre a presença de Simón Radowitzky na Argentina, Uruguai e nos eventos da Praça da Sé*, de Alexandre Samis, publicado também pelo Centro de Cultura Social.

Se o século XX assistiu à ascensão de regimes autoritários, esta segunda década do século XXI tem sido marcada pelo avassalador recrudescimento da ultradireita e de seu ideário, a despeito das denúncias, manifestações de repúdio e condenações às atrocidades que cometeu no passado.

Como esta questão é analisada por anarquistas?

Pensando nisso, nós, da comissão editorial do CCS, nos propusemos a convidar companheiros de diversas partes do mundo a escreverem um artigo discutindo o fenômeno, tal como tem se apresentado em seus próprios países, sugerindo respostas possíveis, do ponto de vista libertário.

Assim, neste número contamos com artigos escritos por companheiros do Uruguai, Argentina, Cuba, França, Estados Unidos, Portugal, Espanha e Itália, tais como Mário Rui Pinto, Tomás Ibanez, René Berthier, Philippe Pelletier, Terzilia Lanzillotti, Stardust, Boris Milián Dias.

Sobre a resistência anarquista no Brasil, procuramos focalizar como as lutas indigenistas, o abolicionismo penal, o antirracismo, o anarco-feminismo, as questões de gênero e sexualidade, têm respondido à avalanche conservadora e reacionária que tem tomado conta do país, com artigos es-

critos por Guilherme Falleiros, Dina Alves, Samantha Lodi e Luísa Amaral.

Nossos agradecimentos pelas preciosas contribuições!

E um agradecimento especial ao Bacuri, autor da imagem que figura na capa da revista, cuja descrição transcrevemos abaixo:

“O conceito da arte é fazer uma referência ao passado projetado no presente, com a barreira de pneus representando um obstáculo ao avanço fascista, a catedral da Sé ao fundo fazendo referência a batalha da Sé no passado, mas com um personagem que traz a estética do anarquista mo-

derno, do presente, segurando uma pedra em uma das mãos, lembrando a ideia de que mesmo com armas ‘inferiores’, podemos causar dano ao inimigo, e na outra mão a bandeira antifascista, um símbolo reconhecível por qualquer um que combata o fascismo no mundo, dando a ideia de uma unidade global contra o fascismo” (Bacuri-2024).

Desejamos uma ótima leitura.

Centro de Cultura Social

ARGENTINA

ARGENTINA: A EXTREMA DIREITA NO PODER

Sebastian Darraidu¹

INTRODUÇÃO

A vitória de Javier Milei nas eleições presidenciais de 2023 surpreendeu a muitos, que viram a ascensão do libertário ao poder como uma quebra na política argentina e o consideraram um fenômeno disruptivo e inesperado. Entretanto, o processo que resultou na vitória do primeiro presidente “anarco-capitalista” do mundo vinha amadurecendo há mais de uma década.

Neste sentido, embora devamos pensar na formação política de *La Libertad Avanza* (LLA) no contexto internacional do avanço das extremas direitas, procuramos analisar neste artigo o contexto nacional que permitiu a vitória de Milei.

Além disso, procuramos anali-

sar qual o seu significado para o conjunto dos trabalhadores. Finalmente, tentamos dar conta do impacto que o governo Milei está causando sobre as organizações da classe trabalhadora e sobre o conjunto dos oprimidos, quais as respostas que estão elaborando e quais as estratégias que poderiam adotar.

Para a realização deste artigo, entrevistamos Flor e Laura, militantes da *Acción Socialista Libertaria* e da *Acción Antifascista Buenos Aires*, respectivamente. Queremos incluir suas vozes para dialogar com as posições de militantes político-sociais libertários e antifascistas.

A CRISE ARGENTINA

O fenômeno da ascensão de

¹ Participante da Biblioteca Popular Jose Ingenieros

uma direita radical e seu triunfo deve ser analisada num espaço de tempo mais amplo, que se iniciou, pelo menos, no segundo governo de Cristina Fernández de Kirchner (2011-2015). Este período caracterizou-se por uma prolongada crise econômica, marcada pela estagnação da economia e uma elevada taxa de inflação e pela incapacidade dos partidos políticos que governaram neste período para resolvê-la. Segundo o jornalista Fernando Rosso, podemos ver que, durante esse período, “os blocos sociais e suas expressões políticas têm a capacidade de vetar o projeto de outros, mas carece de recursos para impor os próprios projetos de maneira permanente”².

Em termos sociais e laborais, devemos pensar que durante este período se consolidou uma massa de assalariados informais, que trabalham em condições que não se enquadram nas normas da Lei de Contrato de Trabalho. Paralelamente, cresceram as formas de trabalho autônomo. Finalmente, as políticas de assistência social, que surgiram como paliativos, acabaram consolidando as condições de exclusão dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

Neste contexto, foram surgindo novas subjetividades, caracterizadas

pela reivindicação da individualidade e uma crítica à relação entre sociedade e Estado, que cresceu no contexto da pandemia de Covid 19, quando a sociedade percebeu a inconsistência entre um discurso estatal do cuidado e um Estado cada vez mais incapaz de satisfazer as necessidades sociais.

A EMERGÊNCIA DE MILEI

Milei apresenta elementos novos para as direitas argentinas, mas também continuidades. Conseguiu formar uma liderança e uma organização política de direita radical que articulou as diversas expressões da direita argentina (tanto do nacionalismo reacionário, como do conservadorismo liberal) numa força política popular, que superou as resistências antiplebéias das elites. Isso foi obtido por meio da construção de uma cultura crítica, que propõe uma batalha cultural em ambientes massivos e digitais. E teve a capacidade de incorporar ao projeto amplas camadas sociais que reagem às dificuldades econômicas e à crise de representação³.

Milei começou sua carreira como divulgador da escola austríaca

² Rosso, Fernando (2023), “Milei, la cosa y las causas”, en *Le Monde Diplomatique*, recuperado de <https://www.eldiplo.org/notas-web/milei-la-cosa-y-las-causas/>

³ Semán, Pablo (2023): “Introducción. La piedra en el espejo de la ilusión progresista”. En Semán, Pablo (coordinador): *Está entre nosotros. ¿De dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir?*. Buenos Aires, Siglo XXI editores, páginas: 9-10.

ca, escrevendo livros e participando como convidado em numerosos *talk-shows*, em 2013. Seu histrionismo e violência verbal o transformaram em um *influencer* de direita. Só entrou na política em 2020, quando começou a participar das mobilizações contra as medidas de distanciamento social durante a pandemia de Covid-19.

Sua construção seguiu os passos propostos por Murray Rothbard para constituir um populismo de direita baseado em uma liderança pessoal forte, com um discurso anti *establishment* virulento e politicamente incorreto. Seu objetivo não era constituir um partido anarcocapitalista doutrinário, mas sim juntar diferentes grupos de direita.⁴

Sua campanha presidencial baseou-se em apontar um culpado pela situação econômica, que deve ser enfrentado e eliminado: “la casta”. Este termo varia segundo o momento e pode agrupar políticos profissionais, dirigentes sindicais, empresários que dependem de regulamentação e proteção estatais, os próprios funcionários públicos, membros do sistema técnico-científico, artistas que são contratados por diferentes setores do Estado para realizar espetáculos, etc.

Além disso, apontou seus canhões para criticar as ideias progressistas que haviam sido adotadas pelos governos kirchneristas, em particular

contra as políticas de gênero e a ideia do Estado como garantidor de direitos. Esta última ideia, que entrou claramente em crise durante la pandemia, vinha ganhando adeptos entre os setores da economia informal, trabalhadores autônomos e empreendedores que cada vez mais viam o Estado como um obstáculo.

Desta maneira, construiu um núcleo duro que não está formado somente por desencantados de *JxC* nem provém do núcleo duro do liberalismo tradicional (classes altas e médias com alto nível educacional). Nota-se, em contrapartida, um predomínio de jovens do sexo masculino, com baixo nível socioeconômico e educacional. Essa possibilidade de construir uma direita popular é uma das grandes novidades do fenômeno Milei.

PARA QUEM MILEI GOVERNA

Milei afirmou em numerosas entrevistas que o Estado é o inimigo e que ele entrou no sistema para dinamitá-lo por dentro. Seu projeto político pretende realizar uma profunda transformação na sociedade argentina, liberando as forças do mercado para que possam atuar sem regulamentações e assim superar a crise secular da economia. Por isso, ainda

⁴ Morresi, Sergio, y Vicente, Martín (2023): “Rayos en cielo encapotado: la nueva derecha como una constante irregular en la Argentina”. En: *En Semán*, Pablo (coordinador): Op. Cit.

que Milei se apresente como *anti establishment*, ele conta com o respaldo do grande capital.

Este respaldo evidencia-se nas contribuições para campanha eleitoral por parte de grandes empresas como *Brubank* (Fintech) e a holding *Techint* e na colocação de numerosos quadros técnicos no governo. Por exemplo, a nova diretora do Banco Nação é Solana Agustina Pelayo, ex-chefe do departamento legal de *Brubank*, enquanto que o presidente e CEO da *YPF*⁵, Horacio Marín, provém da *Tecpetrol*, empresa da holding *Techint*. Finalmente, 33% dos ministros provém da *Corporación América* (onde o próprio Milei atuou como executivo de risco de investimento entre 2008 e 2021).

A influência das grandes corporações pode ser observada também no fato de que, tanto o mega decreto de *Necessidade e Urgência*⁶, como o projeto de lei *Ônibus*⁷, que pretendem reformar o Estado e as leis trabalhistas, privatizar empresas públicas e desregular mercados, foram redigidos com base nas análises de advogados das principais grandes empresas do país.

VIOLÊNCIA POLÍTICA E REPRESSÃO

Segundo estudo da revista *Political Research Team of Crisis*, entre 2020 e abril de 2023, ocorreram 274 atos de violência de extrema direita em todo o território nacional.⁸ O caso mais de maior repercussão foi a tentativa de magnicídio de Cristina Fernández de Kirchner, em 1º de setembro de 2022. Por isso é importante analisar o que está por trás dessas ações.

Flor, da *ASL* considera que estes ataques “não são fenômenos novos”. Este governo os legitima enquanto poder, mas já eram práticas que existiam antes. A direita propõe a construção permanente de um inimigo interno, identificado como sendo a causa de todos os males e que por isso deve ser exterminado. Este discurso legitima as práticas violentas de pequenos subgrupos que executam esses atentados violentos. E quando quem os representa chega à Casa Rosada, esses grupos se empoderam”.

No entanto, apesar do aumento da regularidade de ações violentas, neste momento não parece haver uma maior organicidade no exercício da violência. Segundo Laura, a *Acción Antifascista* considera que o governo

⁵ Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF): empresa estatal petroquímica da Argentina. (NE)

⁶ Decreto de Milei para viabilizar a desregulação econômica da Argentina. (NE)

⁷ Super pacote econômico enviado por Milei ao congresso argentino. (NE)

⁸ Cadastro e investigações podem ser vistos em <https://ra-dar.com.ar/>

“tem simpatizantes, mas não é um governo com capacidade de mobilizar massas, como têm os populismos clássicos. Estes simpatizantes vêem-se autorizados a fazer ações, tais como pichações em certos locais. Mas pertencem aos mesmos grupos de direita que já existiam, aos quais somam-se grupos de jovens decepcionados com o peronismo”.

No momento, não parece haver uma tendência à organização de grupos de choque orientados a atacar a organizações populares de esquerda. O que há, por parte do partido no poder, é uma tentativa de institucionalizar a estrutura política que os levou ao poder, registrando seu próprio partido político.

REPRESSÃO

Mais significativa foi a transformação nos níveis de violência e repressão estatal. Desde a sua posse, o governo sancionou o protocolo anti piquete que outorga às forças de segurança amplas atribuições para atuar diante das mobilizações populares. Esta nova orientação implica numa grande mudança no modo como o Estado respondia às reivindicações sociais. O novo protocolo, que em princípio busca evitar o bloqueio de ruas e estradas e os acampamentos

em frente a edifícios públicos, tornou-se uma ferramenta para impedir qualquer tipo de manifestação ou passeata e chamou a atenção de diversos observadores das Nações Unidas sobre os limites que impôs ao direito ao protesto.

Mas a repressão e perseguição às organizações não se limitam às mobilizações. Flor, explica: “Criminaliza-se por um lado, as ações de pressão que uma categoria realiza, tais como bloquear uma estrada, tomar um ministério ou fazer uma mobilização. Por outro lado, também são criminalizadas as suas próprias formas de organização, como cooperativas e organizações de base territorial”. O governo vem denunciando as organizações sociais de reterem parte das contribuições de seus membros ou de obrigá-los a participar de mobilizações. Por isso, passou a auditá-las, com o consequente corte de recursos e criminalização de seus dirigentes.

Este ataque às organizações populares e sindicais ocorre em um cenário de retrocesso das organizações e da militância. Para Laura, “o problema deste governo não é pensar que ele possa semear o terror como fez a AAA⁹ nos anos 1970, mas sim que está gerando um desmantelamento da economia que atinge a classe operária sem violência, porque as pessoas estão deprimidas. Citando Mark Fisher, “estamos em um estado de impotência

⁹ Aliança Anticomunista Argentina, ou “Triple A”(NE)

reflexiva¹⁰”.

A reflexão de Flor aponta pra uma direção similar: “Os próprios militantes de esquerda estão debilitados, em todas as organizações. É necessário atacar duzentas frentes de luta ao mesmo tempo e suportar a angústia gerada por essa situação e, além disso, manter a própria subsistência sem saber se será possível chegar ao fim do mês. Pois bem, sustentar tudo isso por uma pessoa que não começou a militar agora, mas que já sente o cansaço dos solavancos dos anos anteriores, gera um desgaste que faz com que haja muitos companheiros com problemas de saúde integral, física e mental, que vão necessitando de espaço, de abrir mão de compromissos, porque não conseguem assumir tarefas de militância. Também produzem-se conflitos e discussões, que com a mente mais fria e tranquila talvez não acontecessem. Em termos gerais, é uma sequela bastante forte”.

RESPOSTAS DOS DE BAIXO

Em geral, a esquerda partidária (que se expressa majoritariamente nos partidos trotskistas com representação parlamentar) e o kirchnerismo têm denunciado a existência de um

crescimento do fascismo. Entretanto, não se observa por parte dessas organizações uma predisposição para a luta fora dos marcos institucionais.

A situação do kirchnerismo, que é a força política com maior capacidade para liderar as organizações populares, é particularmente relevante. No discurso é crítico do governo e seu bloco de legisladores tem-se mantido unido para rechaçar os planos de reformas do governo no Congresso. Entretanto, não tem realizado grandes apelos às manifestações de rua. A estratégia parece ser a de esperar que o aprofundamento do ajuste retire apoios ao governo. Enquanto isso, eles estão aprisionados em uma disputa interna para decidir qual a linha a ser adotada nas próximas eleições presidenciais.

Nesse contexto reacionário estão acontecendo numerosas lutas de resistência, mas o movimento popular tem sido incapaz de articular um movimento de repúdio às políticas governamentais. Alguns desses movimentos sociais, tais como os dos trabalhadores da Télam (Agência de Notícias Nacional, fechada em março de 2024), do Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales e do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, têm ficado isolados em suas reivindicações.

¹⁰ Com este conceito, Fisher refere-se a um fenômeno em que as pessoas reconhecem a natureza defeituosa do capitalismo, mas não acreditam que existam meios para uma transformação. Essa impotência e a falta de ação levam a uma profecia autorrealizável..

O movimento operário organizado, por sua vez, conseguiu realizar importantes mobilizações, como o ato diante dos tribunais em 27 de dezembro passado¹¹ e as greves gerais por 12 horas de 24 de janeiro, e por 24 horas em 9 de maio, que conseguiram articular-se com outros setores políticos e sociais. Além disso, o movimento vem manifestando sua vontade de vincular-se a outras lutas.

A mudança nas políticas repressivas implica na necessidade de transformar o caráter das mobilizações por parte de uma esquerda e de um campo popular acostumados a um alto nível de mobilização, mas sem enfrentamentos. Por exemplo, as organizações sociais começaram a adotar medidas de segurança durante as manifestações, como o uso de máscaras e óculos de proteção contra as balas de borracha. Flor completa que “É necessário começar a reconstruir um imaginário social que leve em conta a luta e o exercício da violência por parte da classe trabalhadora”.

Consultada sobre como construí-lo a partir de agora, Laura, coloca: “As organizações mais fortes, a esquerda e o kirchnerismo, devem repensar como enfrentar este governo, são elas que têm capacidade de mobilização. Mas temos que ser conscien-

tes de que neste cenário não existem soluções mágicas, temos que militar no dia a dia, fortalecendo a solidariedade de classe, que se quebrou com a sua fragmentação”. Para Flor, é preciso “voltar a criar uma construção de sentido revolucionário”. As pessoas estavam buscando uma postura mais radicalizada e nós das esquerdas ficamos acanhados, quisemos ser politicamente corretos e esse lugar acabou sendo ocupado pela direita. É necessário voltar a construir um imaginário coletivo de que um outro mundo é possível, voltar a colocar a revolução como um cenário concreto, possível de ser alcançado. É fundamental dar um salto político, superar as palavras de ordem apenas reivindicativas e abordar as discussões de fundo. E, do ponto de vista do anarquismo, temos muito que contribuir para com a democracia. As pessoas estão fartas da democracia burguesa, estão buscando outras formas democráticas. É importante também voltar a valorizar o público, como algo diferente do estatal e as formas horizontais de organização como meio de construção de poder popular e como alternativa à democracia burguesa”.

¹¹ Em 27 de dezembro de 2023, milhares de pessoas participaram de um protesto em Buenos Aires contra o “megadecreto” anunciado por Milei. Além de membros da oposição, estavam presentes entidades sindicais, entre elas a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) e a Confederação Geral do Trabalho da República Argentina (CGT).

CONCLUSÕES

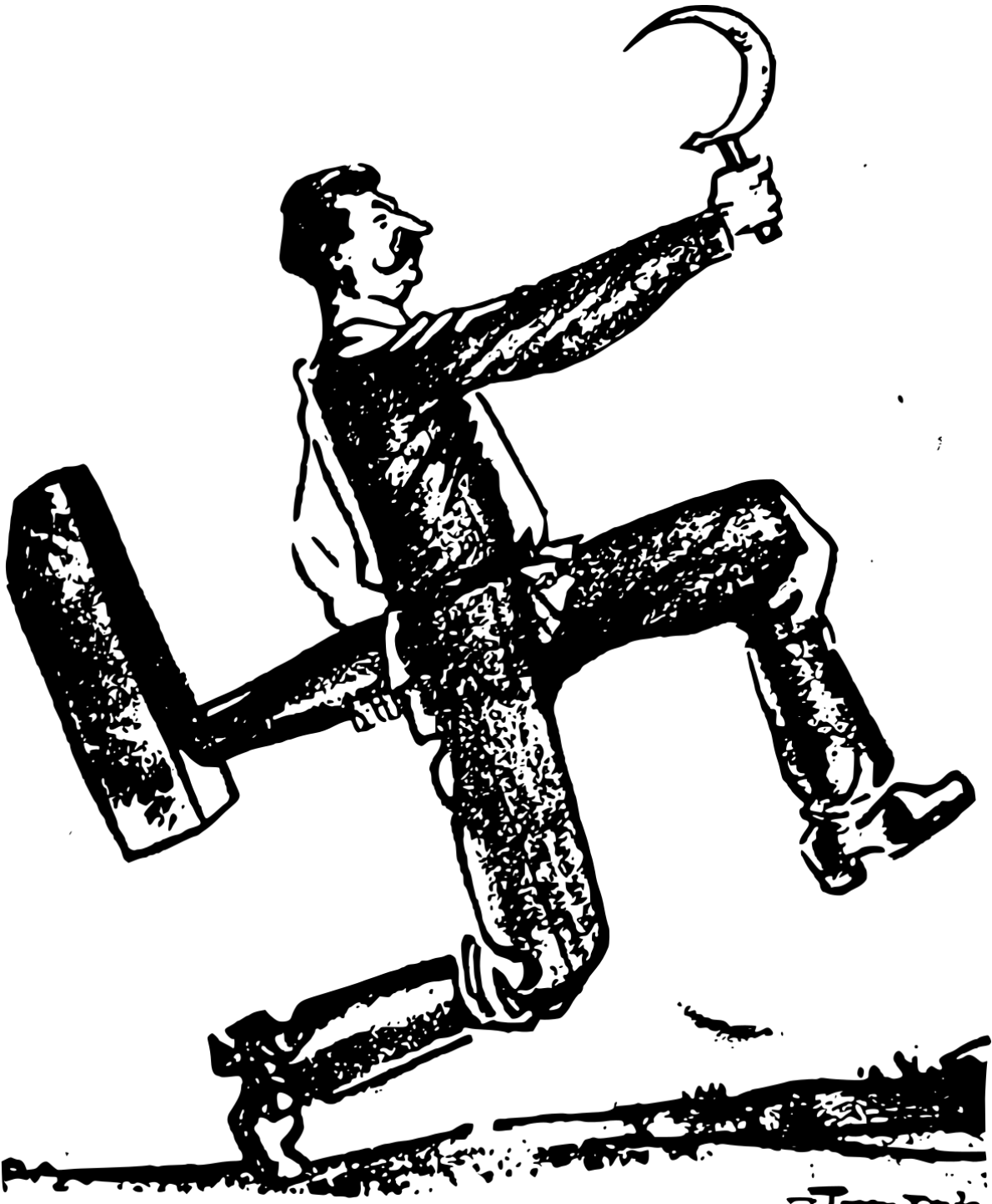
A extrema direita chegou ao poder na Argentina devido a uma profunda crise e ao fracasso das principais coalizões políticas para responder a essa crise. Milei teve a capacidade de interpelar os descontentes e canalizar sua revolta para uma construção, a casta. Com esta nova liderança, rompem-se os principais consensos sobre os quais se construiu a democracia argentina, como a condenação dos crimes da última ditadura militar e a defesa dos direitos humanos. O poder legitima esses crimes e o exercício da violência política.

Para Milei, as relações sociais devem estar completamente regidas pelo mercado. Por isso, as políticas de ajuste não se limitam a diminuir o déficit fiscal, mas pretendem transformar profundamente o Estado argentino, privatizar empresas públicas, reduzir a prestação de serviços públicos e des-

regulamentar mercados. O governo se apoia nos capitais mais concentrados do país e busca abrir aos grandes fundos de investimento transnacionais.

O grau do ajuste e as transformações sociais que busca impor só poderão ser alcançados por meio da violência. Por isso, está havendo uma mudança na doutrina com que o governo aborda as demandas sociais. Maiores níveis de repressão são implementados. Um novo regime político pró-mercado e autoritário vai se impondo.

Os movimentos populares e as organizações sindicais estão respondendo aos ataques, mas geralmente de maneira atomizada. As lutas são defensivas e poucas conseguem ir além das reivindicações setoriais. No momento, as mobilizações ocorrem de maneira pacífica, e as correntes políticas com representação parlamentar concentram sua oposição dentro dos limites institucionais.



John Doe

BRASIL

CONTRIBUIÇÃO AMERÍNDIA PARA RACHAR AO MEIO O OVO DA SERPENTE

Guilherme Falleiros

Trago aqui uma aproximação de práticas e pensamentos anarquistas voltados ao antifascismo com práticas e pensamentos ameríndios (isto é, dos povos originários do continente americano), mais precisamente do povo Xavante, indicando sua contribuição para combater o germe fascista. Parto de um caso recente da tensão entre os Xavante e o fascismo brasileiro através da experiência de formação de uma brigada indígena em 2021.

Caracterizando o fascismo como totalitarismo, Jaime Cubero notava, nas etapas que levam à sua consolidação, um processo que se assemelha a uma expansão concêntrica, que encontra na organização indígena uma possível solução: justapor formas diametrais (metades, oposições) às formas concêntricas (essencialmente hierárquicas). Isso possibilita um balanceamento entre a necessidade dos

círculos concêntricos e um princípio fundamental para uma vitória tática contra o fascismo, segundo Cubero, a “autonomia das facções”, comparável ao mal compreendido “faccionalismo” xavante. Já segundo Maria Lacerda de Moura, um dos elementos que embasam o fascismo é a dominação masculina, contra a qual mostro o exemplo das relações de gênero xavantes, observando como opera a justaposição de divisões — ou forças — diametrais às divisões ou forças concêntricas, num movimento de revolução permanente: se a autoridade é necessária, a liberdade deve ser mais forte do que ela. Com isso, convido o anarquismo a refletir criticamente sobre organização.

APRESENTAÇÃO

Há muitas possíveis contribuições ameríndias para o antifascismo, dada a diversidade dos povos indígenas e suas perspectivas políticas. Meu foco nos Xavante, quase 20 mil pessoas habitantes do centro do Brasil e autodenominadas *A'uwẽ* ou *A'uwẽ Uptabi* (Gente, Gente Mesmo), vem da minha experiência como pesquisador e antropólogo (desde 2003) e das relações pessoais (sobretudo de amizade e parentesco adotivo conforme seus costumes) desde 2008, bem como de solidariedade política.

Em 2022 ofereci no Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS-SP) e também no Centro de Cultura Social Vira Lata Caramelo (em Santo André) um curso livre e gratuito de Antropologia antifascista que, apesar de abordar outros temas, remete-se à aproximação entre anarquismo/anarquia e políticas ameríndias (Falleiros, 2016) e é base do argumento aqui apresentado, assim como baseou meu texto sobre o CCS-SP e o antifascismo publicado na edição comemorativa de 90 anos do Centro de Cultura Social (Falleiros, 2023b). Esse curso foi uma etapa da minha atuação como antropólogo na Brigada Antifascista Lucas

Eduardo Martins dos Santos¹ (atualmente fora de operação), complementando minha função de mediador na formação de uma brigada xavante contra incêndios criminosos (armas da tática fascista conhecida como “terra arrasada”) na Aldeia Abelhinha, Terra Indígena (TI) Sangradouro, no Mato Grosso, em 2021. Mediação que serviu para enfatizar que a brigada não-indígena não estava lá somente para ensinar: aprendeu, por exemplo, que as queimas controladas feitas para caçar são sempre realizadas do outro lado do rio em relação às habitações xavantes, fazendo um círculo de fogo que queima de fora pra dentro, encurralando a caça.

Dos pontos discutidos no curso oferecido nos centros de cultura social, inspiro-me no antifascismo de Maria Lacerda de Moura e Jaime Cubero — com um toque de Errico Malatesta — (cujas ideias estão diretamente conectadas a ações e discussões históricas do CCS-SP [Falleiros, 2023b]), tanto quanto no debate antropológico (de pesquisadores como Claude Lévi-Strauss e Louis Dumont) sobre círculos concêntricos e diâmetros, figuras da organização e filosofia indígenas, com o exemplo dos Xavante.

¹ O nome da brigada homenageia Lucas Eduardo Martins dos Santos, que desapareceu aos 14 anos após sair de casa para comprar bolachas e refrigerante em Santo André (SP), em novembro de 2019. Seu corpo foi encontrado dias depois, provável vítima da violência racista do aparato militar estatal. O sonho do garoto era se tornar bombeiro.

BOLSONARISMO E POVO XAVANTE: ATUALIDADE E ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Durante o governo de Jair Bolsonaro, os Xavante foram um dos povos indígenas mais visados, em paralelo com os Yanomami. Num momento em que 1,5% do povo Xavante tinha sido infectado pela Covid-19, vitimando fatalmente 0,2% de sua população, com elevada taxa de letalidade (14% das pessoas infectadas morreram), os Xavante serviram como laboratório para as políticas do governo, necropolíticas que revelam o broto do fascismo na democracia (Falleiros, 2021). Houve intervenções do exército na gestão da FUNAI e da saúde pública, incluindo a ida de comboios militares armados e carregamentos negacionistas de cloroquina para os postos de saúde indígenas (El Ciudadano, 2020). Na TI Sangradouro (um dos cerca de dez territórios xavantes no Centro-Oeste brasileiro), a própria família do presidente da república esteve presente para apoiar uma “cooperativa” agrícola de plantio de arroz transgênico em terra indígena, capitaneada pelo agronegócio local, voltada para a acumulação de capital não-indígena, rendendo aos Xavante pouco mais do que arroz estragado e uma extensa área de cerrado desma-

tada a ferro e fogo (Falleiros, 2023a). Esta ideia não era nova: foi adaptada do malfadado “Projeto Xavante” de plantio mecanizado de arroz implementado pela ditadura militar (idolatrada por Bolsonaro) na década de 1970 (Lopes da Silva, 1992).

Com o desmantelamento da assistência social da FUNAI (Indigenistas Associados, 2022), a atual “cooperativa agro-xavante” prometia ser uma opção de acesso a renda para os indígenas, dependentes da compra de alimentos industrializados dada a redução das áreas de cerrado (fonte de vida para os A'uwẽ) cercadas pelo exponencial agronegócio latifundiário. Mesmo assim, diante da escassez que as assolava, muitas lideranças xavante (e suas “facções”) juntaram-se à iniciativa, com ruidosa oposição da Associação Warã, organização indígena xavante ligada à aldeia Abelhinha. Diante da autonomia dos vários xavantes em escolher quem apoiam ou não, era necessário atraí-los para o seu lado, combatendo a sedução bolsonarista: assim, o cacique da Abelhinha, Hipãridi, convidou a Brigada Lucas Eduardo e a mim para a oficina de formação de um corpo de combate a incêndios florestais nativo, com recursos e ferramentas não-indígenas adquiridos pela nossa brigada².

Seria a necessidade de acesso a recursos não-indígenas indicativa de

² Não por acaso, a aldeia não tinha sido assistida pelo programa Prev-Fogo do governo, que formava brigadas de combate a incêndio florestal em outras Terras Indígenas.

uma forma de “dependência estrangeira” dos Xavante? Não mais do que a dependência dos A’uwê em relação ao cerrado e às entidades além-humanas que o habitam, segundo sua concepção do mundo “natural” personificado, em certa medida semelhante àquela que o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro chamou de “perspectivismo ameríndio” (Eid et alii, 2002). Principalmente quando esses estrangeiros passaram a habitar o antigo território nativo.

A internação dos povos indígenas em territórios restritos tem sido uma velha prática dos estados coloniais da América, como os EUA e o Brasil, francamente elogiada e copiada pelo fascismo, especialmente pela Alemanha Nazista (Cretton, 2020). “Aldeamentos”, “reservas”: guetos, campos de concentração. Isso vai contra a relação de povos da maioria das Terras Baixas da América do Sul com o território, uma relação sem cercas, de constante movimento histórico pelo espaço e fluidez nas formações políticas nativas (Lévi-Strauss 2022 [1949], Vieira, Amoroso & Viegas, 2015; Falleiros, 2022).

Movimento vital para os Xavante, cada vez mais impedido: com o cercamento e destruição do cerrado, são raríssimas as sazonais saídas da população das aldeias para a caça e coleta de longa distância, chamada *Zöömōri*, que no passado podia levar a novos territórios (Cerqueira, 2010). No século XVIII, os Xavante saíram

de onde é hoje o Tocantins (Ravagnani, 1978) — e suas narrativas orais afirmam que vieram do litoral atlântico — fugindo da marcha dos colonizadores para o Oeste. Uma fuga que foi interrompida em meados do século XX (Lopes da Silva, 1992): sem ter mais para onde ir, decidiram transformar os mesmos colonizadores em alvo da caça e da coleta originária. A própria FUNAI é um dos alvos deste tipo de ação nativa (Fernandes, 2005).

Nesse sentido, tanto elementos naturais como estrangeiros são considerados não objetos, mas potências sobre-humanas. Quando os Xavante se chamam de “Gente” ou “Gente Mesmo”, não quer dizer que coisifiquem os outros povos ou que os vejam como meros competidores — como lamentava Kropotkin em *O Apoio Mútuo*, a respeito dessa característica dos “selvagens” (sic), tidos como solidários entre si mas antagonicos aos demais. Ao contrário, isso quer dizer que vêem os outros como entidades cuja potência está além do humano, para o bem ou para o mal (Lévi-Strauss 2022 [1949], Falleiros 2022). Diante de um círculo concêntrico clássico cujo núcleo seria a sobrenatureza (“Deus acima de tudo”, dizem os fascistas), com a faixa intermediária sendo a humanidade e a margem sendo a natureza, os indígenas fazem uma reviravolta, colocando natureza e sobrenatureza como metade oposta, complementar e equivalente àquela da humanidade.

Já se vê aí uma contribuição

ameríndia ao antifascismo: a alteridade, o estrangeiro, não é simplesmente “O Inimigo”, como postulava Carl Schmitt (o papa da filosofia fascista), ele também pode ser “amigo” (a esse respeito, confira Vianna, 2008).

Assim como a Associação Warã e a aldeia Abelhinha buscaram na Brigada Lucas Eduardo a amizade de quem viam como uma potência exterior, os Xavante que se associaram ao agronegócio também —ainda que uma “amizade” fetichizada, como alertavam seus opositores. Além de diversos Xavantes de Sangradouro, algumas lideranças das TIs de Parabure e Marãiwatséde tentaram se aproveitar dos recursos oferecidos pelo bolsonarismo, inclusive ilegais (Indigenistas Associados, 2020). Mas, se seus opositores eram minoritários em Sangradouro, foram majoritários no conjunto da população Xavante, rechaçando publicamente essas alianças e principalmente seu principal paladino indígena: o pastor evangélico Tserere, que pregava em 2022 contra a posse do candidato vitorioso à presidência da república, “inimigo” arquetípico de Bolsonaro. A prisão de Tserere por ordem do Supremo Tribunal Federal desencadeou incêndios em Brasília praticados por seus aliados “brancos” (Falleiros, 2023a).

Convivendo com os Xavante, principalmente na hora das refeições, quando as pessoas se misturam (inclusive seus corpos, dizem os Xavante, que vão se tornando aparenta-

dos), nós da Brigada Lucas Eduardo descobrimos que o bolsonarismo havia separado as pessoas, não só entre não-indígenas, mas também entre os Xavante, assolados pela mesma política fascista da inimizade. Refletindo sobre a gravidade da situação, Tseredzaró, uma das lideranças da Associação Warã, arriscou uma explicação: isso parece obra de feiticeiro muito poderoso...

Nos anos 60 do século XX os Xavante já tinham vivido um período de epidemias intenso que exacerbou disputas faccionais e os fez tirarem conclusões semelhantes à de Tseredzaró. Onde é atualmente a TI Pimentel Barbosa, foi grande o número de mortes por doença, vitimando lideranças importantes e gerando acusações de feitiçaria e caça aos bruxos (que, para os Xavante, são preponderantemente masculinos). O faccionalismo xavante está ligado às suas relações de parentesco, tendo como eixo principal linhagens paternas. A linhagem guardiã do ‘*wamari*’ (pó mágico com poderes pacificadores), considerando-se a principal vítima daqueles feitiços fatais, teria promovido uma perseguição aos feiticeiros, acusando membros da linhagem *Topdató*. Esse processo cheio de mortes levou, ao longo da década, ao declínio populacional dos *Topdató* e ao aumento relativo do “clã” *Po’reidza’ono* à qual pertence a linhagem ‘*Wamari*, quase atingindo a supremacia (Santos, Flowers & Coimbra Jr., 2005). Acontece que, devido

às relações de exogamia entre “clãs”, os *Po’redza’ono* tiveram dificuldade numérica em encontrar casamentos (a exogamia exige que os casamentos ocorram fora do próprio “clã”, isto é, entre “clãs” opostos). Com isso, aquela quase supremacia foi derrubada, reajustando assim o equilíbrio de forças faccionais nas décadas seguintes (IDEM, 2005).

Santos, Flowers e Coimbra Jr. chamam os *Topdató* de “clã” — todavia, para todos os efeitos, já foi demonstrado que este “clã” faz parte, no geral, da metade exogâmica *Öwawe* — oposta à metade *Po’redza’ono* — podendo ocasionalmente mudar de metade (Falleiros, 2012a). Apesar do mal entendido uso do termo “clã”, as regras de casamento Xavante postulam que o enlace deve ocorrer entre membros de metades opostas (confira Ramires, 2015). Muitos dizem que *Topdató* têm na origem uma ligação com o estrangeiro: com o povo indígena Karajá, cujo símbolo circular que usam nas maçãs do rosto é semelhante ao usado pelos *Topdató* em certos rituais. É dos *Topdató* que sai o oficiante do cargo ritual do palhaço (*Ai’utémañari’wa*), agindo como um estrangeiro que faz graça e revela a relatividade dos costumes nativos — algo semelhante ao que ocorre com outros povos da América Latina, como os Mapuche (confira Course, 2013).

Já os guardiões do *wamari* são oficiantes do cargo de pacificador. Sua função é, diante de situações de

graves conflitos, intervir entre os grupos contendores através do uso de seu pó mágico que tranquiliza os ânimos marciais. A linhagem xavante que me transformou em seu parente adotivo na aldeia Abelhinha (e depois na aldeia Belém, TI Pimentel Barbosa) apresenta-se como guardiã do *wamari* e como pacificadora. Responsabilidade que foi delegada até mesmo a mim, um estrangeiro adotado, em reconhecimento ao fato de eu ter separado uma briga entre dois jovens membros das metades opostas *Öwawe* e *Po’redza’ono* na aldeia Belém. Ser adotado pelos *Po’redza’ono* não atrapalhou a situação, pois pude apelar a um dos brigões para que interrompesse a peleja chamando-o de “irmão mais novo” em sua língua. Ora, Tseredza’ró, que é meu sobrinho adotivo, é da linhagem dos guardiões do *wamari*, assim como grande parte dos membros da Associação Warã. Além de pacificar os Xavante, o *wamari* também é usado para “amansar brancos”, o que garantiria uma relação pacífica com o poderoso estrangeiro.

Em Pimentel Barbosa dos anos 60, os *Wamari* obtiveram vantagens por praticamente monopolizarem o acesso a recursos externos, como aqueles do SPI (órgão de assistência governamental para indígenas predecessor da FUNAI) e até do antropólogo David Maybury-Lewis por eles adotado (confira Maybury-Lewis, 1984 [1967] e Santos, Flowers & Coimbra Jr., 2005), os quais redistri-

buíam como presentes aos demais xavantes, angariando assim seus apoios. Como visto, a supremacia desta facção central foi barrada graças às forças descentralizadoras da exogamia entre metades. Já em Sangradouro, na segunda década do século XXI, a situação era inversa: diante de outra crise sanitária, com reduzido poder de barganha com as demais “facções” xavantes, dado o antagonismo dos órgãos oficiais do governo, os *Wamari* estiveram quase isolados no combate ao supremacismo bolsonarista. Sua resistência dependeu tanto de suas relações exteriores quanto das conexões existentes por toda a rede de terras e aldeias xavantes.

FORÇAS CONCÊNTRICAS E DIAMETRAIS DA ANTI- SUPREMACIA XAVANTE

Foi mostrado que os Xavante não têm uma posição unívoca para com o forasteiro: ele pode ser amigo, inimigo e até mesmo inspirar um palhaço que revela as brechas da organização indígena. Através do estranhamento e do riso, o palhaço sinaliza o quão arbitrárias são as práticas e pensamentos locais. Se o palhaço é um cargo dos *Topdató*, por outro lado a

feitiçaria não é privilégio de nenhuma linhagem ou facção específica e pode ser praticada por qualquer um (apesar da coincidência no caso relatado).

A nêmesis do pacificador xavante não é o palhaço, é o feiticeiro. Ele mantém com o estrangeiro, o não-indígena, os “brancos” e as feras do cerrado uma ação parecida com a do pacificador, mas com sinal invertido: se o pacificador é capaz de atrair os “brancos” para relações amistosas e redistribui suas dádivas, o feiticeiro é aquele que, usando outros pós mágicos, atrai os “brancos” para atacar seus próprios desafetos indígenas, trazendo doenças, incêndios criminosos e genocídio³.

Por exemplo, como ocorreu na região onde está hoje a TI Parabubure, na década de 1950: relatos indígenas colhidos muitos anos depois (Mattos, 2021) afirmam que os “brancos” invadiram a aldeia e atearam fogo a todas as casas — menos à do feiticeiro, o que indica pra os Xavante uma relação de cumplicidade. Isso causou uma fuga dos Xavante desta região, para a qual retornariam bem mais tarde, marcando um período de dispersão histórica. O acionamento dessa cumplicidade pelo feitiço, diferente daquele feito pelos pacificadores, é destrutivo para esses indígenas, trazendo contágio infeccioso e queimadas criminosas,

³ Por outro lado, o palhaço inverte o pacificador no eixo das dádivas: se este dever ser pródigo em suas oferendas, aquele sai de casa em casa com a boca pintada de preto demandando doações de comida para sua família, pedidos que não podem ser negados, como me disseram os Xavante.

como ocorrido durante o governo de Bolsonaro.

A pesquisa antropológica sobre feitiçaria entre povos indígenas sugere que a própria pode operar como “mecanismo de prevenção de desigualdades que resultam na concentração de riqueza, prestígio ou poder” (Ramos APUD Mattos 2021: 12). Por outro lado, acusações de feitiçaria podem ser usadas como armas por grupos em busca de supremacia através da punição de “bodes expiatórios” (Santos, Flowers & Coimbra Jr., 2005). Para os Xavante em particular, o contra-peso disso se dá pelo fato da feitiçaria ter resultados desumanos para os próprios indígenas, ameaçando sua existência diante das invectivas dos colonizadores. Contra esses feitiços, é como se um núcleo nativo, formado pelos pacificadores xavantes, oferecesse resistência ao poder centralista e expansionista dos “brancos”, ao mesmo tempo em que se apropria das dádivas estrangeiras (Falleiros, 2012b), devendo redistribuí-las para os que estão à sua volta. Assim, os pacificadores têm uma posição dúbia: ao mesmo tempo que protegem os indígenas do poder exterior, podem por sua vez concentrar poder, causando desigualdade na política interna.

Os *‘Wamari*, pacificadores, estariam no núcleo dos círculos concêntricos da Humanidade xavante: muitos deles consideram-se os *a’uwẽ uptabi* (gente mesmo, o suprassumo da humanidade, seus fiéis defenso-

res). Por outro lado, outros xavantes opõem-se a esta afirmação, chamando a todos os Xavante de *A’uwẽ Uptabi*. Mais um caso de sobreposição de forças diamétrais a forças concêntricas (Falleiros, 2016).

Para a Antropologia, organizações concêntricas são a forma fundamental da hierarquia (Dumont, 1966) na qual o centro, bastião dos princípios e valores coletivos, engloba o seu contrário, indo do entorno à periferia, limitada pelo exterior, numa gradação do círculo menor para o maior que é basicamente ternária (Lévi-Strauss, 1975 [1958]). No caso de diversos povos originários da América, apesar da tendência de manutenção da igualdade entre as diferenças, o que compõe a imagem de aparente equilíbrio da organização em metades (oposições diamétrais), estas se sobrepõem a formas concêntricas, como mostrou Lévi-Strauss. Há uma tensão entre dualismo diametral e ternarismo concêntrico necessária para a “dialética em perpétuo desequilíbrio” — isto é, um movimento que nunca se estabiliza — característica de grande parte dos povos ameríndios e suas organizações políticas (Lévi-Strauss, 1991; Perrone-Moisés & Sztutman, 2009).

CONTRIBUIÇÃO À ANTI-SUPREMACIA ANARQUISTA

Da perspectiva do porta-voz do

CCS-SP na época de sua reabertura, com o fim da ditadura militar no Brasil, Jaime Cubero, o fascismo é uma forma de totalitarismo e a ele devem se opor as facções antifascistas (Cubero, 2015). Contra a marcha do Integralismo em São Paulo, o CCS lançou manifesto em Julho de 1933 sugerindo que a Frente Única Antifascista era era só “de fachada”, diante da qual a delegação anarquista defendia “a ação conjunta de todos os indivíduos antifascistas sob as bases da mais ampla autonomia de facções” (Cubero, 2015: 183). Isso pode ter sido um dos elementos do sucesso tático da “Batalha da Praça da Sé” contra os integralistas em 7 de outubro de 1934 — já que favorecia decisões rápidas e independentes como a dos anarquistas que aproveitaram uma oportunidade de tomar o mal vigiado ninho de metralhadoras da polícia, tornando-se responsáveis pela famosa “revoada dos galinhas verdes” (Cubero 2015: 183; Anarquista Sem Amnésia, 2020).

O Integralismo é uma forma de fascismo e este é categorizado como totalitarismo — termo aplicado pelo próprio Mussolini (Lacerda de Moura, 2021 [1934]) —, resultado de estágios de expansão de diversas ideologias que “acabam na intolerância”:

“1° Toda doutrina é considerada pelos adeptos como certa e eficaz;”

“2° Como a mais certa e eficaz;”

“3° Como a única certa e eficaz.”

“Ao alcançar este estágio, qualquer oposição é considerada herética” (Cubero 2015: 178).

Para Cubero, essas etapas são desencadeadas pela busca do poder, portanto a “autonomia das facções” seria uma segurança contra impulsos totalitários dentro da própria organização antifascista. Pois, como observou Malatesta:

“Fascistas existem também fora do partido fascista, existem em todas as classes e em todos os partidos: existem por toda parte pessoas que ainda não sendo fascistas, e até mesmo sendo antifascistas, têm, no entanto, o ânimo fascista, o mesmo desejo de supremacia que distingue os fascistas. [...] até mesmo anarquistas [...]” (Malatesta APUD Avelino, 2013: 33).

Em termos concêntricos, o que Cubero chamou de 2º estágio pode ser considerado como a definição de um núcleo de princípios e valores mais certos e eficazes e seus fiéis defensores: se sua posição é a “mais” certa e eficaz, portanto central, em torno dela se encontram posições “menos” certas e eficazes que podem, contudo, ser englobadas pelo núcleo em seus processos políticos, numa relação gradual. É assim que funcionava a organização concêntrica colocada em prática por Bakunin e seus seguidores no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), através de um núcleo secreto que em certo momento se apresentou como Aliança da Democracia Socialista

(ADS), “que distinguia os papéis do nível das massas (AIT) e do nível político (ADS)” (Corrêa, 2014: 36). Dela participaram figuras como Kropotkin e o jovem Malatesta. Sobre a relação da ADS com a AIT, “os programas de uma e de outra, sem serem opostos em nada, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo” (Bakunin APUD Corrêa, 2014: 35). Entre os anos 60 e 70 do século XIX, um núcleo como a ADS servia para o anarquismo se opor ao desejo de supremacia marxista no movimento socialista e tentar garantir que as massas, tidas como menos versadas nos princípios libertários, seguissem o rumo especificamente anarquista no processo revolucionário para o qual sua ideologia se considerava a mais certa e eficaz.

Assumida pela tradição anarquista depois de Bakunin, a organização concêntrica funciona conforme “níveis de compromisso” a partir de um núcleo ideológico de militantes plenos (Lima Rocha, 2009: 126-127). Apesar de ser um tipo de estrutura mais defendido pelo chamado “anarquismo especificista”, ela aparece em diversas outras organizações ácratas, como a do próprio CCS-SP, com sua distinção entre sócios “efetivos” — responsabilizados pelo estatuto do CCS-SP a um compromisso pleno na gestão do centro, com direito a voto — e sócios “contribuintes” — definidos estatutariamente como colaboradores sem tais direitos e deveres.

É preciso ressaltar, contudo, a recusa moral bakuninista ao avanço deste núcleo rumo ao que Cubero chamou de estágio 3º. A ADS não deveria, segundo “o gigante russo”, dominar as massas porque “a suprema direção tem que ficar sempre com o povo organizado em federações livres de associações agrícolas e industriais” (Bakunin APUD Corrêa, 2014: 35). Esta ressalva ética — o dever anarquista de se opor ao impulso supremacista — se faz necessária porque a organização concêntrica anarquista só difere das organizações hierárquicas em seu conteúdo, mas não em sua forma básica.

Assim, a semelhança entre esses sócios plenos e os pacificadores xavantes pode ser resumida no fato de que ambos constituem núcleos comprometidos com a defesa dos valores mais corretos e humanos diante da ofensiva de poderes externos mais fortes e supremacistas. Como me disse uma vez meu amigo Fabiano Bringel, geógrafo anarquista especificista de Belém do Pará, a organização concêntrica serve para proteger e garantir a sobrevivência da militância anarquista. Mas os *Wamari* e o núcleo de militantes efetivos também podem ser considerados, principalmente por facções contrárias, como acumuladores de poder com tendências supremacistas.

No caso xavante, além do dever ético da generosidade e do acolhimento a forasteiros por parte dos pacificadores, o empecilho à supremacia

encontra-se na própria organização nativa em metades! Já no caso dos militantes “plenos” anarquistas, o único impedimento para que isto ocorra é o dever ético da defesa dos princípios libertários, sem contudo contar com qualquer barreira estrutural contra “deslizes”, falhas morais e abusos de poder que “até mesmo anarquistas” (como diria Malatesta) podem cometer. Em momentos de disputa, sua estrutura organizacional não impede a criação de bodes expiatórios e a perseguição a pessoas acusadas de traição — fatos semelhantes foram debatidos por Albert Camus quando analisou o bakuninismo (Camus, 2001 [1951]; 2020 [1952]).



Não quero dizer com tudo isso que o anarquismo deveria incluir em sua organização interna o casamento exogâmico entre membros de metades opostas... Certamente anarquistas defensores da liberdade de se relacionar com quem desejarem considerariam isso um absurdo — por outro lado, talvez se surpreendessem diante da liberdade conjugal dos Xavante, que podem se relacionar sexualmente com qualquer pessoa classificada como “cunhada” ou “cunhado” (inclusive relações homoafetivas). Ora, não será esta a proposta que defenderei aqui, porque o entrecruzamento de forças diamétricas e concêntricas não

precisa ocorrer simplesmente na esfera do parentesco e das relações conjugais, é um princípio que se manifesta em diversos campos das relações humanas.

No caso dos Xavante, há outras organizações desta natureza, como a das “classes de idade” (confira Falleiros, 2012a). Estas classes estão divididas em oito e são cíclicas, sucedendo-se de cinco em cinco anos, num zodíaco que demora 40 anos para dar a volta completa, de modo que os jovens que formam um novo grupo no início da adolescência fazem parte da mesma classe de idade que se formou 40 anos atrás (sua velha guarda, cujos membros são cinquentões). Quando “renasce”, a classe de idade incorpora todos os adolescentes da aldeia, membros das diversas linhagens das duas metades exogâmicas, que agora devem ser solidários entre si. Isso cria uma camaradagem responsável, segundo os Xavante, por arrefecer os conflitos faccionais linhageiros (Maybury-Lewis, 1984 [1967]).

São estes os grupos de ação xavante para a caça e mesmo para a guerra. O que nas últimas décadas tem incluído ações diretas de cobrança de pedágio indígena nas estradas que cortam seu território e o apresamento de cargas derrubadas por caminhões tombados, por exemplo. Talvez sejam mais as classes de idade e menos as facções linhageiras que se assemelhem ao que Cubero chamou de “facções” antifascistas, voltadas

para o combate físico. Elas também são dotadas de “autonomia”, com uma diferença em relação à proposta recuperada por Cubero: os Xavante organizam esses grupos em duas metades, compostas por classes de idade alternadas no tempo. Metades que, em situações de paz, competem entre si nos esportes — desde a corrida de toras até o futebol (confira Vianna, 2008) — e nos cantos e danças cerimoniais. Nessas práticas lúdicas, as quatro classes de idade da mesma metade são solidárias entre si e adversárias das outras quatro. De certo modo, isso impede a formação de uma força armada hegemônica entre os indígenas: outro elemento antifascista, dado o caráter militarista do fascismo (Lacerda de Moura, 2021 [1934]). Ao mesmo tempo, isso federa não só classes de idade como também colabora com a manutenção da federação entre linhagens e metades exogâmicas. Ou seja, a relação entre concentrismo e diametralismo mantém vivo o princípio federativo, tão caro à anarquia (Falleiros, 2016).

O PODER DA PERIFERIA DO CÍRCULO

Segundo Lacerda de Moura (2021 [1934]), a primeira antifa brasileira a abordar a base machista do fascismo, o regime de Mussolini concebiam a mulher (ciscônero) como ob-

jeto de controle e meio de produção de pessoas para o crescimento populacional (“carne para canhões”, como dizem). A separação hierarquizada de funções entre os gêneros foi fundamental para isso, com a distinção entre trabalho doméstico, majoritariamente feminino e desvalorizado, e o trabalho fabril, o que tornava os sindicatos espaços majoritariamente masculinos, possibilitando-os serem mais facilmente cooptados pelo fascismo, como admitiria Malatesta em sua amadurecida crítica ao sindicalismo (Avelino, 2013).

No caso xavante, apesar da semelhança com a predominância feminina no espaço doméstico, há mecanismos que permitem a recusa desta hierarquia, inclusive pelo fato das mulheres xavantes terem mais poder em casa do que teria a esposa de um fascista. Ainda que dotados de linhagens paternas, as casas xavantes seguem uma linha de pertencimento materna: ao se casar, são os maridos que vão viver na casa das esposas. Lá são elas que controlam a comida e determinam sua distribuição. A força feminina está na periferia da aldeia, onde se situa o semi-círculo de casas, e de lá elas vigiam os homens no pátio central, como num “panóptico invertido” (Sztutman, 2005: 255), exercendo poder da periferia sobre o centro. Os Xavante dizem que os homens devem se comportar bem porque as mulheres estão sempre “de olho”. Nas danças masculinas, frequentemente as

mulheres interferem pegando homens pela mão, uma forma de flerte predatório, pois quem é pego fica obrigado a entregar-lhes algum presente, especialmente caça, uma cobrança ativa da generosidade de quem está no centro. Outra coisa que elas vigiam é o comportamento sexual varonil, especialmente o do grupo etário de jovens-adultos responsável pelo cuidado dos adolescentes masculinos — ao contrário da moral sexual colonizadora, não são as moças que devem se manter castas mas sim os rapazes, e seus cuidadores devem dar o exemplo!⁴

Mulheres são muitas vezes convidadas pelos homens a participar das assembleias no pátio central (e algumas vão), realizadas em torno de uma fogueira, mas os homens alegam que elas não comparecem porque não querem. Todavia, os homens são delegados por elas a expressar suas decisões, as quais estão sempre atentas ao debate ocorrendo no pátio, às vezes acontecendo de gritarem suas demandas de dentro de casa, durante as assembleias, quando seus delegados masculinos não as expressam.

Uma vez observei na aldeia Belém uma provocação feita pela assembleia masculina à vinda das mulheres. Como não vinham, os homens pas-

saram a entoar cantos sardônicos de teor sexual. De repente, num ataque simultâneo partindo de todas as casas, as mulheres saíram armadas com ramos de palha de buriti em chamas, avançando sobre os homens, numa mistura de brincadeira e seriedade: todos eles fugiram (inclusive eu). Elas foram capazes de federar rapidamente todas as casas para uma ação direta surpresa.

Quando o poder do fogo central foi abusado pelos homens com a demanda de favores sexuais, ainda que de brincadeira, as mulheres tiveram que exibir seu poder, com uma agressão pelo fogo saída da periferia do círculo em direção ao centro (movimento semelhante ao que os xavante fazem nas caçadas) ...sem que nenhuma casa fosse queimada. Esta ação não levou, por parte dos homens, a uma “caça às bruxas” nem a uma tentativa de encontrar culpadas pela “conspiração” relâmpago. A posição feminina não foi tratada como “herética”, mas respeitada. Diante do abuso de uma estrutura espacial concêntrica cujo núcleo é formado por delegados masculinos, as representantes cisgêneras⁵ da feminilidade se opuseram mostrando que também têm a força, característica diametral, um direito

⁴ Não existe *slut-shaming* entre os Xavante, mas sim *casanova-shaming*...

⁵ A análise seguiu uma perspectiva cisgênero pelo simples fato de que não foram observadas entre os Xavante expressões transgêneras. Para uma revisão da diversidade de gênero entre indígenas brasileiros, confira Estêvão Fernandes (2016), que recupera, por exemplo, registros do século XVI que mostram ser comum entre Tupinambás e Tupis da costa do Atlântico a presença de homens transgêneros.

que têm garantido pela própria organização interna xavante.

UM APELO DIAMETRAL AO ANARQUISMO

Finalizo com um convite sincero ao anarquismo para uma renovação estrutural no sentido de incluir em suas organizações concêntricas as divisões em metades ou formas de oposição internas. Fica um desafio para a criatividade libertária, que pode aproveitar as demandas populares decoloniais, tão em voga hoje em dia, para se inspirar não só nas formas organizacionais Xavante mas nas de diversas outras resistências e existências ameríndias.

O apelo vai muito mais para o anarquismo do que para o antifascismo em geral. Pois, segundo o camarada Marlon Oliveira, da Brigada Lucas Eduardo, o antifascismo não é um programa mas sim uma bandeira muito ampla, baseada na oposição aos fascistas, reunindo desde anarquistas e marxistas até liberais, democratas, burgueses e outros defensores do Estado: assim, é um movimento limitado em seu efeito, já que não oferece alternativas ao Estado e à acumulação capitalista. Marlon detecta um sintoma de que o antifascismo, em geral, não combate as causas do fascismo. Daí minha insistência numa revisão ameríndia especificamente anarquista

da luta contra o totalitarismo.

De todo modo, os Xavante, bem como a maioria dos povos indígenas brasileiros, não se identificam enquanto “anarquistas”, ainda que valha para eles a hipótese da *Sociedade contra o Estado* de Pierre Clastres. Enfim, qualquer outro movimento social anti-autoritário que não se auto-intitule “anarquista” também poderia aproveitar, nas suas organizações, a inspiração originária que tentei comunicar aqui.

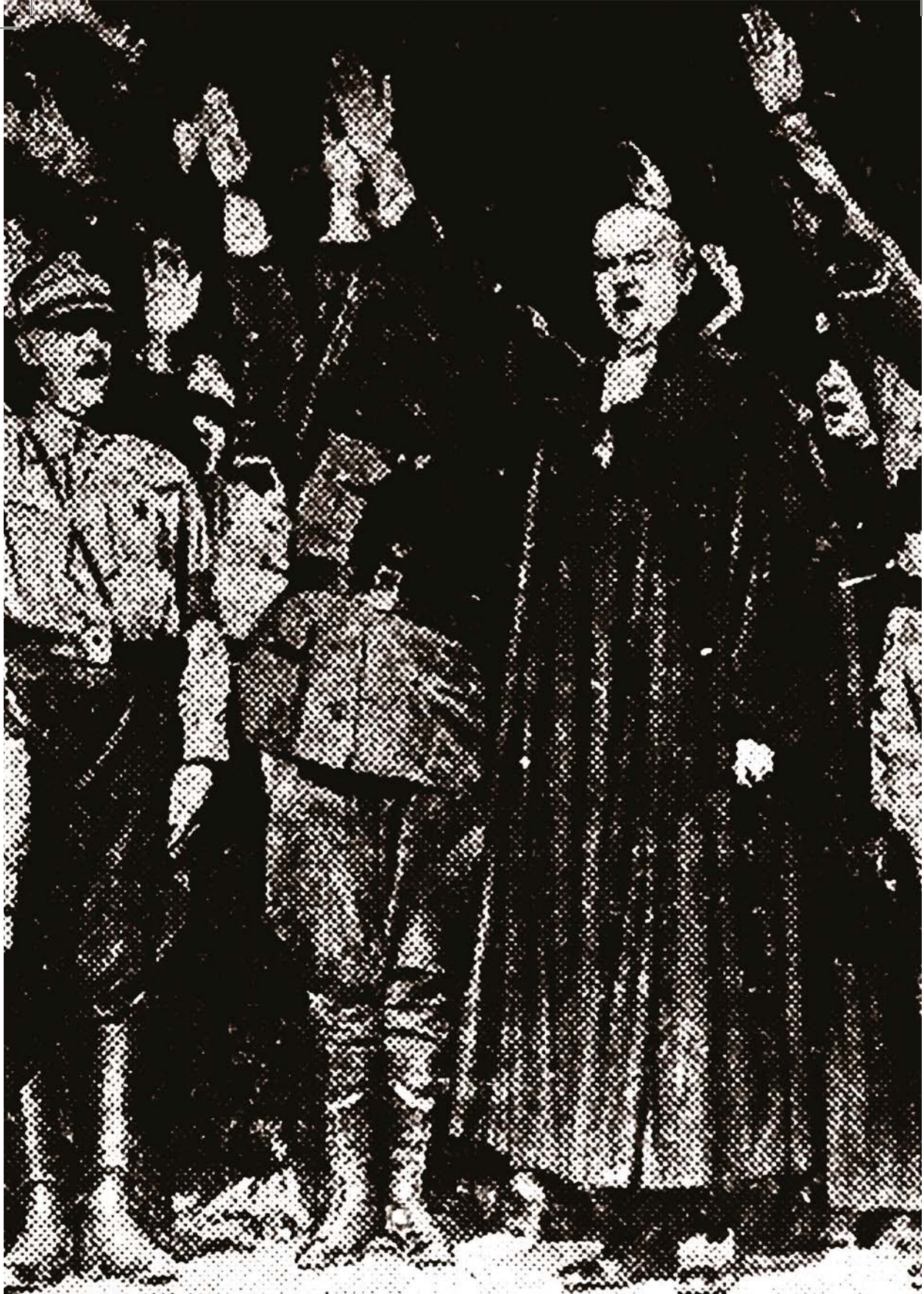


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anarquista Sem Amnésia*, 2020. “Batalha da Praça da Sé — A versão dos anarquistas sobre a ‘revoada dos galinhas verdes’ e o movimento antifascista em São Paulo” - <https://novohorizonteanarquista.noblogs.org/batalhadapraca-daseanarquista/>
- Avelino, Nildo, 2013. “Errico Malatesta e o Fascismo”, *Projeto História*, São Paulo, n. 47, pp. 19-51.
- Camus, Albert, 2001 [1951]. *O homem revoltado*. Editora Record
- Camus, Albert, 2020 [1952]. “Albert Camus répond à Gaston Leval” — <https://sinedjib.com/index.php/2020/01/27/camus-leval/>

- Cerqueira, Camila Gauditano de, 2010. “Zóomori: a construção da pessoa e a produção de gênero na concepção Xavante. Wederã, Pimentel Barbosa, Etenhiritipá”, dissertação, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- Clastres, Pierre, 2003 [1974]. *A sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política*. Cosac & Naify.
- Corrêa, Felipe, 2014. *Teoria Bakuniniana do Estado*, Intermezzo Editorial.
- Course, Magnus, 2013. “The clown within: Becoming white and mapuche ritual clowns”, *Comparative Studies in Society and History*, v. 55, n. 4.
- Cretton, Vicente, 2020. “Povos indígenas e a Segunda Guerra Mundial: da legislação racial aos ‘code talkers’”, *FORA!* - <http://fora.net.br/?p=6386>
- Cubero, Jaime, 2015. *Seleção de textos e entrevistas*, CCS-SP.
- Dumont, Louis, 1966. *Homo hierarchicus: essai sur le système des castes*, Gallimard.
- Eid, Arthur. Rupawe; Serezabdi; Se-reburã; Serenhimirãmi; Hipru; Supretaprá; Prepe. 2022. “Romhõsi’wa – Os Senhores da Criação do Mundo Xavante – Fundamentos Primeiros Para Uma Antropologia Espiritual”, tese, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas.
- El Ciudadano, 2020. “Intervención y show militaristas afectan a comunidades indígenas en Brasil” - <https://www.elciudadano.com/latinoamerica/brasil/intervencion-y-show-militaristas-afectan-a-comunidades-indigenas-en-brasil/08/03/>
- Falleiros, Guilherme, 2012a. “Dat-si’a’uwedzé - Vir a ser e não ser gente no Brasil Central”, tese, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- Falleiros, Guilherme, 2012b. “Predando a dádiva do Estado”, III Congresso de Antropologia Latinoamericana, Santiago, Chile.
- Falleiros, Guilherme, 2016. “Dialética perspectivista anarcoindígena”, *Revista Cadernos de Campo*, v. 25, n. 25.
- Falleiros, Guilherme, 2021. “Necrodemocracia” in *O Mundo Pós-Pandemia - Retorno à “normalidade distópica”? Reflexões libertárias*, Intermezzo Editorial.
- Falleiros, Guilherme, 2022. “O estrangeiro espectral”, *Revista Trilhos*, v. 3, n.1.
- Falleiros, Guilherme, 2023a. “Obra de Feiticeiro Poderoso”: Bolsonaro e o Profetismo” in *Povos Indígenas no Brasil 2017-2022*, Instituto Socioambiental.
- Falleiros, Guilherme, 2023b. “As morais das histórias do CCS e do Antifascismo contadas juntas”, *Revista do CCS*, n.3.
- Fernandes, Estêvão, 2005. “Entre cosmologias, estratégias e performances: incursões Xavante à Funai.” dissertação, Universidade de Brasília.
- Fernandes, Estêvão, 2016. “Homossexualidade indígena no Brasil: um roteiro histórico-bibliográfico.” *ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 3, n. 5.
- Indigenistas Associados, 2022. *Fundação Anti-Indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro*, INA
- Kropotkin, Piotr, 2012 [1902]. *Apoio Mútuo: um fator de evolução*, Editora Deriva.

- Lacerda de Moura, Maria, 2021 [1934]. *Clero e fascismo – horda de embruteceadores!*, CCS-SP.
- Lévi-Strauss, Claude, 2022 [1949]. “A política estrangeira de uma sociedade primitiva”, *Revista Trilhos*, v. 3, n.1.
- Lévi-Strauss, Claude, 1975 [1958]. *Antropologia Estrutural*, Tempo Brasileiro.
- Lévi-Strauss, Claude, 1991. *História de Lince*, Companhia das Letras.
- Lima Rocha, Bruno, 2009. “A Interdependência Estrutural das Três Esferas”, tese, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lopes da Silva, Aracy, 1992. “Dois séculos e meio de história Xavante”. in *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras.
- Maybury-Lewis, David, 1984 [1967]. *A Sociedade Xavante*. Francisco Alves Editora.
- Mattos, Silvia, 2021. “Narrativas xavantes sobre o contato interétnico”, *Acervo*, v.34, n.2.
- Perrone-Moisés, Beatriz; Sztutman, Renato, 2009. “Dualismo em perpétuo desequilíbrio feito política: desafios ameríndios”. 33a Reunião da Anpocs, Caxambu.
- Ravagnani, Oswaldo, 1978. “A experiência Xavante com o mundo dos brancos”, tese, Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
- Santos, Ricardo; Flowers, Nancy; Coimbra Jr., Carlos. 2005. “Demografia, epidemias e organização social: os Xavante de Pimentel Barbosa (Etênitépa), Mato Grosso”, *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, v.2, n.1.
- Schmitt, Carl, 1992 [1932]. *O Conceito do Político*. Vozes.
- Sztutman, Renato, 2005. “O profeta e o principal: Ação política ameríndia e seus personagens”, tese, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- Vianna, Fernando, 2008. *Boleiros do Cerrado: índios xavantes e o futebol*, Annablume Editora/FAPESP.
- Vieira, José Glebson; Amoroso, Marta; Viegas, Susana, 2015. “Apresentação - Dossiê Transformações das Territorialidades Ameríndias nas Terras Baixas (Brasil)”, *Revista de Antropologia* v. 58, n. 1.



BRASIL

CRUZADAS ANTIGÊNERO, PÂNICOS MORAIS E A LUTA ANTIFASCISTA NO TERRITÓRIO DOMINADO PELO ESTADO BRASILEIRO

Luísa Amaral

Nas últimas décadas, vimos o surgimento e a ascensão de diversos movimentos neofascistas como o trumpismo, o bolsonarismo e o duginismo (também conhecido como Quarta Teoria Política).

Essas forças, como nos dizem Sonia Corrêa e Carla Rodrigues (2024), exploram um cenário no qual “todas as possibilidades de emancipação parecem estar bloqueadas em prol de uma radical atomização de indivíduos empreendedores de si, cuja falta de proteção social deve ser naturalizada para se sustentar como qualidade”.

Essa ascensão tem sido combatida por movimentos antifascistas ao redor do mundo. Mas apesar dos esforços dessas lutas, as investidas do neofascismo não mostram sinais de enfraquecimento. Frente a esse cenário, é preciso compreender como o inimigo tem se articulado e como tem

sido a resposta da luta antifascista radical até esse momento, assim como suas limitações.

Uma das principais limitações, na minha avaliação, é a pouca atenção dada nos meios antifascistas à dimensão do gênero e da sexualidade na estruturação e articulação do fascismo.

Então, o que pretendo neste artigo é delinear a importância da dimensão de gênero e sexualidade no fascismo, de maneira geral, e no bolsonarismo, em particular. Ao mesmo tempo, proponho um antifascismo *queer*, feminista e libertário, pautado na recusa aos modos de subjetivação autoritários e fascistas e à nossa assimilação dentro dessa sociedade, propondo o combate às instituições que sustentam essa sociedade e a criação de outras formas de viver e lutar.

Essa proposta busca não apenas superar as limitações de uma luta an-

tifascista de visão estreita, que dá pouca atenção a questões consideradas “de costumes”, mas também combater a assimilação das lutas feministas e LGBT pela política institucional, que canaliza a energia desses movimentos para a manutenção e gestão da ordem social vigente.

FASCISMO, AUTORITARISMO E O PATRIARCADO CIS- HETEROSSEXUAL

Embora o fascismo tome diversas formas, um de seus elementos consistentes é a promoção agressiva de um ideal de povo e nação, representado como algo que está sob ameaça por uma série de forças e elementos inimigos. Assim, ele busca efetuar um projeto de “purificação” com um chamado à ação, mobilizando sua base, sob um líder autoritário, para suprimir todos os elementos e modos de vida que fujam do seu ideal, passando a retratá-los como uma ameaça interna ao corpo social.

Essa construção recorre a apelos a um passado heroico, no qual é projetada uma narrativa mítica, que remete a valores ancestrais, mediados por normas de raça e gênero, dentre outras, que devem ser retomados pela nação em nome de um futuro glorioso para o povo (Burnet; Richardson, 2022).

O gênero é um aspecto crucial da elaboração dessa tradição, assim como a ideia de homens e mulheres autênticos e a importância da instituição da família, vista com frequência como célula fundamental e microcosmo da sociedade.

Nessa família patriarcal e cis-heterossexual, os papéis de gênero são bem definidos e o homem reina soberano, enquanto cabe a mulher seguir o seu comando e criar os filhos. Gestar e criar filhos não é apenas o principal papel das mulheres na família do imaginário fascista, mas também a maior vocação que uma mulher poderia ter (Campos; Bernardes, 2022). A manutenção da família e dos papéis de gênero que a estruturam é vista no imaginário fascista como fundamental para o futuro da raça e da Nação.

Além disso, o lar comandado pelo poder masculino é também o modelo para a Nação fascista, que avança sob o comando de um líder poderoso, carismático, heroico e viril. Qualquer questionamento à instituição da família e ao papel supostamente natural e/ou divino do homem e da mulher é duramente combatido pelo fascismo.

Se o medo e o ressentimento estão entre os principais afetos fascistas, o ressentimento e a ansiedade masculina contra mulheres e minorias sexuais têm sido historicamente mobilizados com frequência pela extrema-direita, especialmente em períodos de crises econômicas (Campos;

Bernardes, 2022).

Avanços das mulheres e minorias sexuais na Alemanha, durante a República de Weimar — que tinha uma das constituições mais avançadas da Europa em termos de gênero —, despertaram a ira de homens alemães, que foi mobilizada pelo movimento nazista. No ideário nazista, o destino do homem alemão era ser um guerreiro e um vencedor, e uma cultura viril e atlética nacional era promovida em detrimento da democracia liberal “feminilizada” (Burnet; Richardson, 2022).

Para os fascistas italianos, o fascismo deveria superar um declínio na virilidade e uma feminilização dos homens e da cultura, provocados pelo liberalismo burguês e a influência judaica, tornando a nação fraca e dividida e rompendo um elo fundamental entre a masculinidade e a tradição (Burnet; Richardson, 2022).

A defesa dessa ordem de gênero se manifestou tanto através de campanhas e projetos de promoção de masculinidades e feminilidades “tradicionais”, quanto em campanhas de perseguição a dissidentes de sexo e gênero e elementos vistos como “degenerados”.

A mesma imposição desses papéis de gênero e a mobilização do ressentimento contra avanços de grupos minoritários têm sido estimuladas pelo neofascismo por essas terras, assim como foi anteriormente pela ditadura cívico-militar, imposta pelo

golpe de 64 e que teve um papel fundamental na formação do bolsonarismo.

Dessa forma, os militares e os setores civis que apoiaram o golpe moldaram o ressentimento gerado por transformações culturais que desestabilizaram relações tradicionais, em um discurso coeso “capaz de justificar ideologicamente o novo regime em perfeita sintonia com as demandas por mais segurança, solidez das tradições e respeito à ordem que estava se perdendo ao longo do tortuoso caminho do desenvolvimento” (Quinalha, 2018, p. 24).

A repressão tomou várias formas, uma delas foi a censura que se abateu sobre a sociedade, vetando músicas, filmes e peças de teatro que atentassem contra “a moral e os bons costumes” (Quinalha, 2018, p. 24). Qualquer tipo de discussão ou manifestação que questionasse os valores sociais vigentes passava a ser alvo de censura.

Outra forma se deu por meio das operações do tipo rondão, que envolviam “blitzes em locais de reunião, prisões ilegais para a suposta investigação de antecedentes criminais ou políticos, mesmo no caso de pessoas cujos documentos estavam em ordem, e o uso de uma brutalidade extrema, especialmente com prostitutas e travestis” (McRae, 2018, p. 49).

As operações mais conhecidas desse tipo foram conduzidas nos anos 80 em São Paulo, pelo delegado José

Wilson Richetti, quando ele comandou a Delegacia Seccional Centro, que era responsável por todas as delegacias do centro de São Paulo. A prostituição — especialmente aquela exercida por travestis — foi um dos principais alvos das operações, acompanhadas por estudos criminológicos e investigações.

Traficantes e assaltantes também foram alvo, assim como lésbicas e gays. Em dezembro de 1980, houve uma operação direcionada aos bares frequentados pela comunidade lésbica intitulada Operação Sapatão. Ela alvejou o Ferro's Bar, o Bixiguinha e o Cachação, detendo as frequentadoras encontradas nesses locais (Ocanha, 2018, p. 87). As operações envolveram não apenas revoltas — como o incêndio provocado por travestis detidas que queimaram colchões em uma delegacia (Ocanha, 2018, p. 87) — como também ações articuladas entre o movimento LGBT, prostitutas, feministas e o movimento negro.

O fim da ditadura trouxe um afrouxamento dessa repressão — embora ela siga de forma mais sutil —, assim como o crescimento e institucionalização do movimento LGBT e das lutas feministas, que passaram a atuar de forma cada vez mais próxima ao Estado.

Em diálogo com esses movimentos, o Estado adotou uma série de políticas públicas direcionadas a mulheres e LGBTs, especialmente durante as presidências de Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff. Mas não tardou para

que a ascensão da direita, que levou ao impeachment de Dilma e ao crescimento do bolsonarismo, investisse também contra essas conquistas, mobilizando pânicos morais e defendendo uma ordem colonial, branca, cis-heterossexual e, supostamente, divina e natural.

PÂNICOS MORAIS E CRUZADAS ANTIGÊNERO

Essa investida da extrema-direita nacional, assim como da extrema-direita global de maneira geral, tem se dado em grande parte através do que tem sido chamado de “cruzadas antigênero”. Essas cruzadas envolvem uma articulação entre diversos setores sociais para combater os avanços da luta feminista e das dissidências de sexo e gênero, assim como uma oposição aos estudos de gênero e ao próprio conceito de gênero. Embora nem todos esses setores se situem na extrema-direita, todos os movimentos neofascistas contemporâneos expressivos têm se engajado nessa frente.

A categoria gênero se estabeleceu nos movimentos sociais — especialmente no movimento feminista — a partir de esforços de analisar as relações sociais de gênero e “reconhecer e nomear a existência de formas de violências que acometem especialmente às mulheres e aos corpos não alinhados, como a violência doméstica”.

tica e o feminicídio” (Campos, 2022). Assim, não é à toa que ela tem enfrentado forte oposição por parte de setores conservadores.

As cruzadas antigênero, que visam combater a luta contra a opressão de gênero, têm mobilizado o conceito de “ideologia de gênero”. O conceito tem suas origens em debates que se deram nos anos 90, no Vaticano, na tentativa de estabelecer uma estratégia de combate aos avanços dos direitos das mulheres — especialmente direitos sexuais e reprodutivos — após a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, que se deu em 1994, no Cairo, e a Conferência Mundial sobre as mulheres, em 1995.

Com o tempo, porém, o termo foi saindo do campo puramente religioso e passou a ser aplicado em campanhas transnacionais, nas quais ele remete a uma ideia de conspiração feminista e/ou LGBT internacional, que visaria a subversão de uma ordem “natural” de gênero. Na mobilização do conceito feita pelas cruzadas antigênero, as crianças são frequentemente retratadas como estando sob ameaça de uma ideologia nefasta, que estaria sendo propagada nas escolas, nas redes sociais e em outros meios.

O enfoque nas crianças, por sua vez, é usado para reivindicar “uma educação moral baseada em valores religiosos e na autoridade familiar” (Melo, 2020) e suprimir qualquer questionamento a esses valores. Não

é por acaso que a educação — especialmente de crianças e adolescentes — tem sido um dos principais campos onde se dão as cruzadas antigênero.

Outro componente importante é a defesa de um “homem autêntico” e uma “mulher autêntica”, figuras mobilizadas para defender papéis de gênero que colocam a mulher em uma posição subalterna e legitimam ataques a pessoas trans que não se enquadram nessa autenticidade.

No território dominado pelo Estado brasileiro a noção de ideologia de gênero foi popularizada pela direita em 2014, durante a aprovação do Plano Nacional de Educação (Melo, 2020). Setores religiosos e movimentos como o Revoltados Online se mobilizaram para vetar trechos do plano que lidavam com desigualdade e identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade nas escolas. O confronto se deu dentro e fora das instituições, e se espalhou por todos os estados do território dominado pelo Estado brasileiro, resultando na exclusão de expressões como “gênero”, “sexualidade”, “orientação sexual” e “diversidade sexual” dos planos de educação em diversos estados (Melo, 2020).

Desde então, o termo tem sido um componente fundamental das cruzadas antigênero e das mobilizações da direita nacional, envolvendo uma coalização de diferentes atores, dentre os quais estão movimentos emergentes da direita, como o Escola Sem Partido e o Movimento Brasil

Livre (MBL), fundamentalistas católicos e evangélicos, movimentos contra o aborto e em defesa da família e Feministas Radicais Trans-Excludentes.

Essas mobilizações têm envolvido também “uma verdadeira avalanche legislativa formada pelo crescente número de propostas dirigidas à restrição dos direitos sexuais e reprodutivos” (Melo, 2020) e o cerceamento de debates sobre sexualidade e gênero, envolvendo até mesmo tentativas de criminalizar iniciativas educativas. Assim, em 2014, houve 125 projetos de lei dedicados a “combater a ideologia de gênero”, comparado a 23 em 2012 (Melo, 2020).

Com a ascensão do bolsonarismo esse fenômeno adquire outra dimensão. Nas eleições de 2018, que colocaram Bolsonaro na presidência, questões de gênero estiveram no centro dos debates eleitorais, que contaram com mobilizações constantes de pânico morais em torno da “ideologia de gênero” e de discursos em defesa da família e das crianças.

Pouco antes das eleições, o país foi tomado por protestos liderados por mulheres em um movimento conhecido como #EleNão, que expressava rechaço à candidatura de Bolsonaro e apontava, entre outras coisas, a sua misoginia e LGBTfobia. Assim, se questões de gênero têm sido fundamentais para mobilizar a direita, no geral, e o fascismo bolsonarista, em particular, elas também têm sido os principais pontos de articulação da

oposição a essas ofensivas.

Mas Bolsonaro foi eleito e não tardou para que ele usasse o aparato do Estado em defesa de seu projeto de imposição de uma ordem patriarcal. Ao mesmo tempo que houve um desmonte de políticas públicas voltadas às mulheres e pessoas LGBT, uma série de iniciativas em defesa da família cis-heteropatriarcal foram lançadas (Aragusuku; Pereira; Teixeira, 2023).

Para a pesquisadora Carmem Campos (2022), o principal “*locus* de difusão dessa ideologia de gênero familista violadora dos direitos das mulheres e das minorias sexuais” foi o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), criado por Bolsonaro.

No comando do ministério foi colocada Damares Alves, pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular com mais de duas décadas de experiência assessorando a Frente Parlamentar Evangélica. Em seu discurso ao assumir a pasta, Damares afirmou que “ninguém irá impedir de chamar meninas de princesas e meninos de príncipes” (Campos, 2022), e pouco depois ela diria: “É uma nova era no Brasil: meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (Damares, 2019).

As cruzadas antigênero são ainda agravadas pelo avanço global do masculinismo em ambientes virtuais, através de um ecossistema de sites, canais, blogs, fóruns e personalidades conhecidas como “machosfera”.

Composta por elementos hete-

rogêneos como a ideologia *redpill*, o movimento de *incels* (celibatatos involuntários), MGTOWs (Homens que Seguem o seu Próprio Caminho), *coaches* de masculinidade e ativistas por direitos dos homens, a machosfera tem crescido vertiginosamente, difundindo a defesa da masculinidade patriarcal e o ódio às mulheres, ao mesmo tempo que coopta jovens homens para ideologias de extrema-direita, além produzir “um referencial subjetivo e de identificação no contexto de uma sociedade capitalista neoliberal” (Amato; Miguel, 2024).

Quando Bolsonaro foi derrotado, uma grande euforia tomou conta da esquerda nacional. Não foram poucos que exclamaram exultantes e aliviados que “derrotamos o fascismo”. Apesar disso, o novo governo não tardou em se aliar a políticos bolsonaristas e forças reacionárias que antecedem e produzem o bolsonarismo, que vão desde o projeto de morte do agronegócio até o fundamentalismo cristão, no geral, e evangélico, em particular, que visa impor sua agenda teocrática a todo custo.

Assim, o fascismo bolsonarista e todos os seus componentes seguem não apenas vivos e fortes, mas avançam a sua agenda de destruição com conivência do governo federal, em alguns casos, e sua participação ativa, em outros, mostrando que suas bravatas sobre o combate ao fascismo não passavam de retórica vazia.

CONFRONTANDO O FASCISMO E O SEU MUNDO

Se as cruzadas antigênero têm sido fundamentais para a articulação dos neofascismos contemporâneos e seguem sendo um dos principais componentes do bolsonarismo, é preciso que a luta antifascista dê uma resposta à altura nesse campo. Para isso, é preciso deixar de tratar essas questões como secundárias e desenvolver estratégias coletivas, em diálogo com movimentos e lutas das dissidências de sexo e gênero e feministas, presentes em grande parte na linha de frente dessa resistência.

Mas, se o antifascismo precisa de um diálogo maior com essas lutas e movimentos, estes precisam de menos diálogo com o Estado. Apesar de obter uma série de conquistas, a institucionalização dos movimentos sociais tem operado como ferramenta de assimilação e cooptação. Hoje, a maior parte da energia dos movimentos sociais é gasta na política eleitoral e na construção de políticas públicas realizadas através do Estado.

E, se o fascismo envolve a promoção agressiva de um ideal nacional e a supressão de subjetividades e modos de vida que não correspondem a ele, é preciso enxergá-lo como uma radicalização da lógica que funda o próprio Estado-nação e rege as operações do Estado.

Assim como nos diz Dean Spade

(2015, p. 57), os próprios programas estatais que constroem a nação (como a arrecadação de impostos, recrutamento militar, programas sociais sistemas legislativos, políticas de imigração etc) operam através de uma série de normas (de gênero, raça etc) que definem quem é a população nacional que deve ser beneficiada e quem são os “outros” que, ao serem caracterizados como ameaças (internas ou externas) ou corpos que sugam recursos, devem ser suprimidos ou privados de benefícios.

Então, a classificação dos corpos de acordo com raça, gênero, sexualidade e outras categorias fazem parte da construção da nação, através de intervenções realizadas sobre suas populações, que “incluem normas e sistemas administrativos que preservam e cultivam a vida de alguns enquanto expõe outros à morte prematura” (Spade, 2015, p. 78).

Ao buscar enfrentar as opressões por meio de vias institucionais, corremos o risco de reforçar as estruturas que operam através da lógica que produz essas mesmas opressões. A demanda pela criminalização da homofobia, por exemplo (que se concretizou em 2019 com uma decisão do Supremo Tribunal Federal), recorre a uma série de instituições de justiça que operam com base no racismo, classismo e na cis-heteronormatividade entre outras normas que reproduzem violência de gênero, racial e sexual.

Essa é uma estratégia que além de ter se mostrado pouco efetiva, coloca o poder nas mãos de instituições opressoras, ao invés de promover o fortalecimento coletivo das próprias pessoas e grupos afetados pelas questões envolvidas. Como nos diz Jota Mombaça, a aposta nessas instituições como fonte de conforto e segurança para as comunidades agrupadas sob a sigla LGBT “é um sinal evidente da falta de imaginação política interseccional desses ativismos, que estão limitados a lutar no interior do projeto de mundo do qual temos sido reiteradamente excluídas” (Mombaça, 2021, p. 68).

Dessa forma, se precisamos de um antifascismo *queer*, feminista e radical, ele precisa também ser radicalmente antiassimilacionista, compreendendo a assimilação e institucionalização como formas de cooptação e neutralização das lutas que emergem contra as injustiças e opressões geradas por essa ordem social.

Nesse sentido, a luta libertária travada por anarquistas já opera a partir de uma ética antiassimilacionista, pautada na luta contra toda forma de opressão e recusa às instituições do Estado, embora nem ela esteja imune à cooptação.

O *queer*, como bandeira de luta, surge também com uma perspectiva antiassimilação e uma crítica à institucionalização do movimento LGBT e feminista. Mas, hoje, o termo se encontra esvaziado em grande parte,

e podemos vê-lo em propagandas de grandes empresas e programas de televisão, além de versões mais recentes do acrônimo “LGBT” como “LGBT-QIA”, como se *queer* não passasse de mais uma identidade a ser assimilada e incluída.

Esse *queer* nos leva a um beco sem saída, assim como o feminismo que luta pelo aperfeiçoamento das instituições do Estado e o “antifascismo” (se é que podemos chamá-lo dessa forma) que crê ser o papel da justiça burguesa e da polícia combater o fascismo, chegando ao cúmulo do ridículo com o surgimento de auto-proclamados “policiais antifascistas”.

Por outro lado, há outra visão que segue viva no anarquismo *queer*, embora não seja restrita a ele. Esse *queer*, assim como nos dizem os anarquistas da Mary Nardini Gang & A Gang of Criminal Queers (2022, p. 28), não é uma identidade, e sim “uma posição a partir da qual se ataca o normativo – e mais, é uma posição a partir da qual se entende e ataca as maneiras com que o normal é reproduzido e reiterado”.

Assim, um antifascismo *queer* e feminista é aquele que compreende o gênero como peça fundamental do projeto fascista e trava um combate contra a violência de gênero que é também uma luta às instituições que a reproduzem, como a família, o patriarcado, a cis-heteronormatividade, a monogamia, a polícia e as prisões.

Por essas terras, isso significa também lutar contra o Brasil, proje-

to colonial que, como diz Mombaça (2021, p. 68), “nunca serviu de fato ao propósito das lutas contínuas pela libertação do território e dos corpos subjugados em sua construção”. Dessa forma, se o bolsonarismo busca radicalizar o que há de pior e mais violento na construção do Brasil, e uma esquerda progressista visa amenizar essa violência para manter o projeto e resgatá-lo das garras do fascismo, o antifascismo que defendo luta pelo seu fim e pelo fim do mundo que ele representa.

Não queremos sua ordem e nem o seu progresso.

E não lutamos por um lugar ao sol dentro dessa sociedade, nem por uma chance de aperfeiçoar as engrenagens que fazem girar a máquina social, mas mantemos acesa a chama da revolta contra essa ordem colonial e tudo que ela representa.



REFERÊNCIAS

- AMATO, Bruna; MIGUEL, Raquel de Barros. “De Matrix a Suzano: mãosfera, teoria redpill e o massacre da escola Raul Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v.7, n. 22, abril de 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/15797/13513>. Acesso em: 04 abr. 2024.
- ARAGUSUKU, Henrique Araújo; PEREIRA, Matheus Mazzilli; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. “Direitos humanos em disputa: (des)institucionalização e conflitos entre movimento LGBTQIA+ e ativismo antigênero no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 38, n. III, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7SpzDfsnBgdBH-jrKsjXTpc/?lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2024.
- BURNET, Scott; RICHARDSON, John E. “‘Breeders for Race and Nation’: gender, sexuality and fecundity in post-war British fascist discourse”. *Patterns of Prejudice*, v. 55, n. 4, 2022, p. 331-356. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0031322X.2021.2011088>. Acesso em: 06 abr. 2024.
- CAMPOS, Carmen H. de.; BERNARDES, Márcia N. “Ideologia de gênero e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 3, 2022.
- CORRÊA, Sonia; RODRIGUES, Carla. “Apresentando ‘Terfs, movimentos críticos do gênero e feminismos pós-fascistas’”. *Cadernos Pagu*, n. 68, set. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/g3vbmrtGs8xk5SkvZDt6S-Tx/?lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2024.
- DAMARES Alves explica polêmica sobre azul e rosa: ‘foi uma metáfora’”. [São Paulo]: *Jornal Hoje*, 4 jan. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7276677>. Acesso em: 03 abr. 2024.
- MARY NARDINI GANG & A GANG OF CRIMINAL QUEERS. “Rumo à mais queer das insurreições”. In: *Bash Back – Ultra violência queer*. São Paulo: n-1 Edições; Clara Crocodilo Edições, 2020. p. 28.
- MCRAE, Edward. “Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da ‘abertura’”. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018, p. 39-62.
- MELO, Flávia. “Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qzQJqn8gWfBY4Rvdp3dxwDP/>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- OCANHA, Rafael Freitas. “Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados”. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018, p. 79-90.
- QUINALHA, Renan. “Uma ditadura

hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro". In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo:

Alameda Casa Editorial, 2018, p. 15-38.

SPADE, D. *Normal life: administrative violence, critical trans politics and the limits of law*. Durham: Duke University Press, 2015.

A "Santa" alian



*Papado e fascismo dão-se
dos mártire*

ança para o crime



*se as mãos banhadas no sangue
tires da liberdade.*

BRASIL

ANTIFASCISMO E ANARCOFEMINISMO

Samantha Lodi

Convivemos com o monstro do fascismo faz mais de um século¹. Desde sua elaboração no contexto italiano do pós-primeira guerra mundial até suas variações da atualidade, o fascismo tem múltiplos braços que entrelaçam em uma rede que abraçam desde seus divulgadores cheios de intencionalidades até “desavisados”² arraigados em suas crenças. Em diferentes contextos o fascismo reelabora-se enquanto mantém-se misógeno, nacional-patriótico, ancorado nas bases do capitalismo e aportado no cunho conservador das religiões.

Em seu alicerce totalitário usa o discurso falacioso, incita o medo enquanto vomita o ódio. Estimula perseguições aos grupos e representatividades, às chamadas minorias, aos direitos conquistados, inflexiona a diversidade. Parte sempre do senso comum, renega a ciência, execra as concepções anticapitalistas de mundo. Aliás, o fascista ao discursar coloca-se como um “cidadão comum” ao proferir suas frustrações, que abarcam os mesmos sentimentos exacerbados de outros — geralmente vinculado à sua fé na meritocracia.

¹ O aniversário de 79 anos do fuzilamento de Mussolini foi comemorado em algumas cidades italianas por adeptos do fascismo, aliás grupos fascistas desde a década de 1970 expressam-se livremente por toda Itália. Há uma complacência de inúmeros países com as manifestações fascistas. Não posso deixar de mencionar o caso da professora antifascista Ilaria Salis presa na Hungria por supostamente atacar um neonazista que chegou em seu julgamento acorrentada pela cintura e membros. Ela também denunciou os maus tratos recebidos, mesmo assim há uma complacência entre as democracias europeias nesse sentido.

² Desavisados aqui não com o intuito de tirar a responsabilidade daqueles e daquelas que dialogam com vertente.

O apelo aos precarizados, que sentem a insatisfação cotidiana das prerrogativas do capital é explorada e manipulada, direcionada para o novo, para as conquistas, para ciência, para o pensamento crítico. Um mito conservador brota criando uma tradição idealizada, um sentimento de ferocidade é orquestrado contra tudo que escapa dessa “tradição”. Surge um líder, intérprete do “povo” e da vontade comum. A mídia explora excessivamente a situação com subserviência aos interesses financeiros.

O grito que ecoa ainda é o mesmo e centenário “Deus, pátria e família”. A concepção é unitária em sua tríade: Deus único, uma pátria acima de todas as outras e um modelo irreal de família centrada na figura do pai provedor, em um pretexto “cidadão de bem”, da mãe submissa e de filho(s) robóticos que seguem a mesma receita. O militarismo é visto como algo heroico, o armamentismo é estimulado. Toda essa agitação ideológica visa angariar corpos, formar um esquadrão de defensores cegos da concepção fascista.

Aqui outras/os já falaram aqui de todas essas concepções e como sobrevivem, se rearranjam na atualidade, mas permanecem vivas. O “ovo da

serpente”³ nunca parou de ser chocado pelo próprio ambiente, assim como algumas serpentes nascem sem que vejamos os ovos se romperem, pode-se pensar os “fascismos” no plural.

Neste misto de atrocidades e discursos confusos dois elementos estruturais da sociedade brasileira (entre outros, claro) saltam aos olhos e integram-se: o racismo e o machismo. Mas, atento-me, se me permitem, ao machismo e a misoginia no fascismo. “O lugar da mulher na concepção fascista”⁴ sem dúvidas é local do desrespeito, da submissão, do controle de seus atos e corpos pelo estado totalitário. A mulher tem a função de reprodutora: tanto biológica quanto educacionalmente. Gera os filhos, novos seres para serem explorados e conduzidos, além disso, ministra os primeiros ensinamentos de como deve-se ser e/ou portar-se na sociedade repressora. Seu próprio corpo não pertence a si, ela é imbuída de uma “missão” vocacional, pré-determinada por seu sexo.

É fato que os direitos das mulheres são mais transitórios e na prática ainda há muito diferença entre os gêneros, principalmente em uma sociedade como a nossa. A misoginia reflete-se diretamente na falta de direitos

³ A expressão “O ovo da serpente” tem relação direta com o filme de Ingmar Bergman que retratou o República de Weimar e formação do nazismo. A expressão foi usada pela primeira vez por Willian Shakespeare em sua peça Júlio César, com o intuito de falar do desenvolvimento de algo ruim.

⁴ Já escrevi isso em uma abordagem mais ampla dentro do feminismo, aqui pretendo entrar com uma abordagem anarcofeminista.

que que a mulher tem sobre o seu próprio corpo, principalmente quando se trata de seus direitos reprodutivos. Teoricamente o acesso a anticoncepcionais deve ser gratuito e para todas, infelizmente, na prática falta medicamentos no serviço público.

No último mês de abril colocou-se em pauta a questão da esterilização voluntária, laqueadura e vasectomia, sem dúvidas a primeira sofre uma pressão mais efetiva que a segunda. É necessário na prática ter dois filhos vivos, ter mais de 25 anos e passar por uma sabatina de 60 dias, período durante o qual, é recomendação estatal “desencorajar” a escolha pelo procedimento, além disso, a mulher também precisa da anuência por escrito do cônjuge.

Outra pauta fundamental é o aborto, que sob variadas perspectivas buscam responsabilizar (e demonizar) a mulher pela escolha. Isso acontece mesmo nos casos que é garantido por lei o procedimento, podemos acompanhar recentemente, inclusive, crianças sendo obrigadas a seguir com a gestão após abusos. Avançar com a pauta enquanto direito efetivo da mulher é ainda um dos maiores tabus em uma sociedade pretensa cristã. O Estado gere os corpos - e sua reprodução. O aborto não deixará de exis-

tir. Há a discussão que envolve saúde pública, pois quem morre fazendo abortos clandestinos são as mulheres pobres, trabalhadoras e periféricas; e há também um debate, mais simples e complexo ao mesmo tempo, que é puramente a liberdade. Uma palavrinha linda na retórica e com tantos receios em torno dela.

Quando pensamos nas pioneiras do anarquismo a liberdade mulher já está colocada como premissa, junto a igualdade, nos textos de Louise Michel e mais enfaticamente de Emma Goldman. As anarquistas da transição do século XIX para o século XX apresentam uma pauta muito parecida com as anarquistas de hoje, respeitadas as devidas contextualizações.

Com o desenvolvimento e ampliação do fascismo, suas ramificações e perspicazes adaptações muitas mulheres rapidamente colocaram-se em oposição tanto ao regime e quanto à ideologia por ele defendida. Foi o caso da anarquista brasileira Maria Lacerda de Moura, uma das primeiras antifascistas da América, que publicou e, 1933 “Clero e fascismo: horda de embrutecedores” e, em 1934, “Fascismo: filho dileto da igreja e do capital”⁵ e das *Mujeres libres*⁶ na Espanha que, sem perder sua perspectiva de gênero, pelos problemas que enfrentavam

⁵ MOURA, Maria Lacerda de. *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital*. São Paulo: Entremarres, 2018.

— _____. *Clero e fascismo: horda de embrutecedores*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2021.

⁶ RAGO, Margareth. *Mujeres Libres: anarcofeminismo e subjetividade na Revolu-*

inclusive no meio anarquista, defendiam o antifascismo e a revolução social, desde sua fundação em 1936. Muitas outras anarquistas levantaram-se contra o fascismo nesses momentos de estruturação.

Maria Lacerda aponta o fascismo como o filho dileto da igreja (clericalismo) e do capital, o primeiro que via ruir seus alicerces e o segundo que pressentia sua própria agonia. Uma reorganização entre “o altar e o trono” para continuarem comandando as massas.

É essa a ética do fascismo: é o direito nacionalista ou racista dos senhores modernos, incrustados no Estado, divinizado pelas ditaduras dos tiranos de opereta, de mãos dadas com o clero, também hoje, cala-se diante de quaisquer despotismos, à espera de sua oportunidade. (Moura, 2018, p. 40).

As reorganizações do fascismo são constantes e de tempos em tempos observa-se sua vasta procriação. O nacionalismo e o racismo envolvem os discursos; a religião ainda é o sustento mais efetivo para se falar em “Deus, pátria e família” e a partir dela, em tom inquisitorial, julgar e

condenar os diversos e reais modelos familiares, muito distante da “sagrada família”. E se entre as décadas de 1920 e 1940 o modelo religioso fixava-se no catolicismo, hoje no Brasil, sua ala mais radical, divide espaço com as neopentecostais que em sua maioria abraçou fortemente o discurso fascista. O Estado, por sua vez, autoriza e faz-se passivo diante desses discursos.

Sempre foi claro para anarquistas a necessidade efetiva de liberdade e de igualdade no contexto social, sem qualquer ilusão de que o voto poderia trazer grandes transformações. Como disse Louise Michel “o voto são preces aos deuses surdos”. Esteja quem estiver no poder estatal, haverá a manipulação de forças repressoras em seu proveito próprio e de um pequeno grupo. Inúmeras vezes repetimos que o fascismo não se derrota nas urnas.

Sem perder a inspiração anterior de outras mulheres anarquistas, ainda viva e atual, as anarcofeministas⁷ e organizam, se posicionam. Os movimentos de mulheres se fortaleceram em grupos só de mulheres ou nos espaços anarquistas em geral. O debate de gênero faz-se urgente e presente. Nossa luta hoje é antipatriarcal, anticolonial, antirracista, antifascista e é, sem dúvidas, anticapitalista. A

ção Espanhola. RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, v. 8, p. e022008-e022008, 2022.

⁷ Cabe lembrar que as pioneiras do anarquismo não usavam e não gostavam de denominação “feminista” pois, representava uma luta de mulheres burguesas e liberais. No contexto atual temos usado a designação “anarcofeministas”, às vezes versão reduzida “anarcas” mas, ainda falta teorização e/ou debates em torno dos termos.

concordata de todos esses elementos, contra os quais lutamos, ainda estrutura o “velho mundo” de privilégios que teima em resistir.

Quando se aborda a questão do trabalho também a mulher está em desvantagem. É ela quem está no espaço de trabalho mais precarizado e/ou informal, além de ser responsável pelo cuidado dos filhos, parentes em geral, e ainda pela maior parte dos trabalhos domésticos, todos eles direcionados ao público feminino como se fosse uma espécie de aptidão natural na mulher. Eles ocupam tempo, desgastam mentalmente e ainda são vistos como ato de “amor”, por isso, sem remuneração.

As mulheres são responsáveis por 75% dos trabalhos sem remuneração e dedicam cerca de 11 horas semanais a mais que os homens nas atividades domésticas, de acordo com o IBGE. Quando está no mercado de trabalho formal ainda há o fato que as mulheres ganham cerca de 25% menos que os homens em altos cargos

e 19,4% em outros cargos, de acordo com PNDA contínua.

Contra todos esses dados, que tendem sempre a piorar dentro de regimes com inspirações fascistas a luta das anarcofeministas tem conseguido adeptas e adeptos. Muitas pautas são as mesmas do anarquismo de modo geral e é nessa luta que nos unimos, porém, as especificidades de gêneros, em uma sociedade misógina, não podem ser ignoradas, pelo contrário, deve entrar na pauta e ser tratada como uma tarefa coletiva.

Começemos entre nós, na desconstrução de todas as estruturas repressoras que ainda existam, que persistam pela cultura misógina imposta, ao mesmo tempo em que traçamos ações, propostas de conscientização e luta para derrubar os “fascismos” e construir uma sociedade solidária, coletivista e mais justa.

Saúde e anarquia.

CUBA

FASCISMO E ANTIFASCISMO EM CUBA: O RABO DA SERPENTE

Boris¹

O fascismo é hoje um fato estético; uma performance que não guarda uma relação direta com a realidade política. Certamente ele tem suas raízes na grandiloquente magnificência dos fascismos históricos, mas isso não significa necessariamente uma declaração de princípios. A imagem do oficial de uniforme impecável e botas reluzentes faz parte do imaginário coletivo. A Revolução Cubana é também uma galeria de imagens, desde mulheres trabalhando no campo até um glorioso líder, com resquícios de patriarca bíblico, passando por desfiles militares e — por que não? — gloriosas cenas de guerras transnacionais.

O custo desse acervo imaginário é o de uma sociedade bastante conservadora e fechada. Dizer isso sobre

a Cuba atual não é honesto intelectualmente, basta observar a realidade imediata. Entretanto há, sim, uma série de preliminares que incluem práticas cotidianas, instituições e políticas de Estado (sobretudo no âmbito cultural). A “abertura” que levou ao momento atual foi mais um desborde, diante da incapacidade econômica de sustentar toda uma estrutura institucional criada para reproduzir um sistema de valores e práticas e reprimir o que é considerado “diversionismo ideológico”²

Alguns marcos históricos dessa abertura são: a promulgação do feriado de Natal, a partir da visita do papa João Paulo II, em franca contradição com as políticas hostis à religião das décadas anteriores; a institucionaliza-

¹ Participante do Taller Libertario Alfredo Lopez (Havana-Cuba)

² Jargão usado pela burocracia cubana e soviética para denominar tudo aquilo que conteste a visão tendenciosa da propaganda nacional ou dos seus aliados geopolíticos. (N.A.)

ção do Festival de Rap — gênero contestatório e crítico por antonomásia — e a criação do *Maxim Rock*³. Outro marco, talvez o mais importante, foi a universalização do acesso à Internet. Ao contrário das medidas anteriores que significaram, por assim dizer, um reconhecimento das reivindicações de certos segmentos da população, esse ato correspondeu a um plano de inserção de Cuba no sistema mundial.

Nesse mesmo contexto, há vários anos ocorre na esfera pública um debate a respeito da celebração de Halloween. Grande parte da juventude participa da brincadeira sem ver nisso uma ação afirmativa do ponto de vista político. Para seus detratores, stalinistas e nacional-bolcheviques, nostálgicos das políticas mais duras, é uma mais manifestação da “guerra cultural” e, para demonstrá-lo, reúnem todo um arsenal de teorias conspiratórias que fariam a delícia da extrema direita trumpista. Não que eles representem um número significativo, mas muitos estão assentados na estrutura dos aparelhos ideológicos.

No dia 29 de outubro do ano passado foi apresentado um show no *Maxim*, que incluía um concurso de fantasias, no qual a melhor seria escolhida por aclamação. O vencedor foi alguém fantasiado de oficial da SS. As imagens e as críticas começaram a circular, analisando o fato como algo

monstruoso, uma “apologia do nazismo” (como disse um influencer e jornalista oficial). A resposta institucional foi fechar o espaço, gerando uma onda de críticas por parte dos usuários. Não se passaram 48 horas depois do evento, quando a embaixada russa em Havana emitiu um comunicado de condenação e, pouco depois de uma semana, o Departamento de Segurança do Estado (órgão encarregado da repressão política) convocou todos os implicados para um interrogatório do qual, até agora, não consta nenhum testemunho público ou privado. Os “memes” a respeito do fato mostram o caráter profundamente ridículo do assunto: o mesmo aparato ideológico que se alinha com o discurso da “Hermana Federación Rusa” (que recrutou soldados em Cuba para sua guerra imperialista na Ucrânia e sacrificou os que estavam levando a cabo um trabalho concreto diante do iminente escândalo internacional), apoia tanto o regime do Irã como o Hamas. Sua retórica a respeito de Israel é de um franco antisemitismo, ainda que isso não a tenha impedido de celebrar a entrada do capital israelense ou de entregar setores produtivos inteiros para empresas que estão na lista da convocatória ao boicote a Israel (como a suíça Nestlé).

A lista de ambiguidades do governo cubano vem de longa data,

³ Sala para apresentações de Rock e Metal, gêneros que tinham um amplo histórico de hostilidade por parte do Estado, que chegou a ser reprimido diretamente. (N.A.)

como no ano da morte de Francisco Franco, em que se decretou feriado nacional, ou a entrega do Título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Oriente a Manuel Fraga, antigo ministro de Informação e Turismo (Propaganda) do franquismo, conhecido por seu virulento anticomunismo e seu envolvimento na repressão aos movimentos sociais durante a Transição Socialista, quando ocupava a função de Ministro do Interior (a ele é atribuída a frase: “A rua é minha!”). Como se isso não fosse suficiente, Fraga era amigo pessoal do próprio Comandante Fidel Castro. Partindo dessa premissa e seguindo a lógica discursiva dos aparatos ideológicos e de propaganda do Estado cubano, *El Comandante* é culpado por associação e profundamente suspeito de alimentar simpatias fascistas.

Mesmo que assumíssemos que há uma coerção por parte da perversa ordem geopolítica- o que seria de uma fragilidade mais que evidente - sobria o âmbito da política interna para demonstrar o compromisso do Estado Cubano com a luta antifascista.

O dia 11 de julho de 2021⁴ foi um divisor de águas entre a dúvida e a certeza. Diante do maior protesto dos últimos sessenta e cinco anos, a reação natural do Estado, pela voz de

seu presidente, foi a de mobilizar a população contra si própria antes da utilização das forças repressivas. (“A ordem de combate está dada!”).

As pessoas chamadas para reprimir foram convocadas por meio da rede de instituições estatais, que abrange todo o espectro da sociedade cubana e, em muitas ocasiões, sua fonte de apoio - o que só pode ser definido como uma chantagem explícita. Por sua estrutura organizativa, o episódio remete aos esquadrões fascistas que, além disso, estavam ocultando a participação dos corpos militares, os verdadeiros responsáveis por abortar o protesto. Não menos importante para entender esse contexto é a constatação de que as medidas de liberalização da economia, que visam criar uma classe média, afetaram muito mais os grupos já vulneráveis, os quais, como se não bastasse, têm percebido como o Estado descarta investimentos em questões sociais, ao mesmo tempo em que aposta na construção de hotéis cuja gestão é feita por uma “Sociedade Anônima”, denominada *Grupo de Administração de Empresas das Forças Armadas*. Por razões de “segurança nacional”, e sob o pretexto do embargo dos EUA, a referida S.A. não presta contas nem mesmo à Controladoria Geral da República e

⁴ Em 11 de julho de 2021, milhares de cubanos saíram às ruas na maior manifestação nacional contra o governo desde a revolução cubana de 1959. Esses protestos, duramente reprimidos pelo governo, foram uma resposta às restrições de longa data a direitos, à escassez de alimentos e medicamentos e à resposta do governo à pandemia de Covid-19.

seus mecanismos financeiros são totalmente ininteligíveis. Poeticamente falando, digamos que Cuba é o “sonho molhado” de um anarcocapitalista. Se comparados com as aspirações de Milei na Argentina, as medidas dos oligarcas cubanos já deram um passo adiante, pois eles não têm uma sociedade que lhes ponha freio. Com medo de passar a vida atrás das grades - as condenações depois do 11 de Julho foram assustadoramente exemplares - e com a ameaça do novo código penal aprovado no ano passado⁵, que torna ilegal qualquer atividade econômica que não seja regulamentada, o avanço do mercado negro paralelamente à privatização eleva qualquer forma de dissenso político à categoria de mercenarismo. Defender o estado social em Cuba não oferece uma perspectiva sedutora.

Até aqui está demonstrado algo que desde Bakunin se intui: um Estado Antifascista é um paradoxo. Isso deixa uma margem estreita para a sociedade civil cubana, ou para *La Oposición*, como costumam chamá-la os meios de comunicação internacionais. Qual é o fundamento ideológico desses grupos? A lista é longa e variada, mas os nomes revelam muito bem os interesses. Por exemplo: A *Unión Patriótica Cubana*, uma dissidência

do *Movimiento Cristiano de Liberación*, lançou em maio de 2020 um programa chamado *Con Todos y Para el Bien de Todos* (apelando, como todo governo da história de Cuba, aos ideais republicanos de José Martí).

Afora o fato de que um dos pilares dessa proposta é a “Sacrossanta Propriedade Privada”, da qual derivam em maior ou menor medida as áreas de competência do Estado, o texto traz uma série de tentativas de correção política e franco alinhamento com o Bloco Noroeste (que lembra, em certa medida, o “Chauvinismo Ocidental” dos Proud Boys).⁶

De fato, é curioso que o texto se oponha tanto ao machismo como ao racismo e defenda a liberdade religiosa (apoiada tanto na liberdade de associação como no direito à propriedade) sem assumir o conflito de interesses que inevitavelmente surgirá.

O mesmo acontece com a reivindicação de autonomia sindical, de liberalização da economia e de cuidado com o meio ambiente.

Necessariamente, supõe um Estado forte e apela tanto ao compromisso cívico-patriótico como à renúncia à ideia da luta de classes — coerente com o seu raivoso discurso anticomunista, em contraposição ao discurso do Estado — alegando que a

⁵ Entre outras medidas, o novo código acusa os meios de comunicação digitais de ativistas e dissidentes de serem “mercenários” por receberem financiamento de agências e ONGs americanas e podendo ser condenados a penas de quatro a dez anos de prisão. (N.E.)

⁶ Organização neofascista norte-americana, exclusivamente masculina. (N.E.)

outra opção para garantir a governabilidade seria a repressão pura e dura. E esta não é nem sequer a proposta política mais conservadora no panorama político cubano.

Um detalhe frequentemente ignorado em toda análise sobre Cuba é o crescente número de evangélicos, que os coloca como a organização do país com o maior número de membros. Diante do retrocesso do aparato ideológico, o cristianismo evangélico encontrou um terreno fértil e com pouca resistência, pois afinal de contas, os valores da Revolução, essencialmente familista, patriarcal e heteronormativa lhes são afins. Não é difícil encontrar vínculos entre as igrejas cubanas com as do sul dos EUA ou as latino-americanas, que apresentam acentuada tendência ultraconservadora e que recebem apoio econômico e logístico. Se a sua crescente tensão com o sistema prova alguma coisa, é a de como eles reagiram diante da tentativa do Estado cubano de propor o casamento igualitário na Constituição, adocicando assim sua imagem pública para abrir novos mercados à indústria do turismo. A mobilização dos evangélicos foi espetacular. E o que mais chamou a atenção, é que não houve nenhuma reação contrária por parte do aparelho repressivo.

O mesmo não aconteceu com o

protesto no dia 11 de maio de 2019 pela Comunidade LGBTQIA+, que saiu às ruas inconformada com o cancelamento das celebrações oficiais que seriam realizadas no dia 17 de maio (decisão que não foi explicada de forma convincente pelas autoridades).⁷

Para completar o quadro da evangelização em Cuba, vale destacar o discurso e a estética que evocam a Teologia da Prosperidade como o paradigma sociológico das congregações.

Este quadro se completa com o panorama político do exílio, que se tornou um dos pilares da extrema direita latino-americana e venezuelana. É irresponsável classificar como sendo *de direita* o exílio histórico, que emergiu de um grupo diversificado de tendências e interesses políticos, quase todos já mortos ou incapacitados pela idade. A maioria das pessoas fora de Cuba que hoje militam contra o governo cubano que nasceu depois de 1959 e contra os fantasmas da sua própria doutrinação. Não que isso não aconteça também em Cuba. É comum usar o termo “comunismo” para se referir ao sistema político com desprezo. A questão torna-se ainda mais absurda quando, na prática, muitas das reformas que são reivindicadas já são uma realidade palpável, só que não beneficiam ninguém mais do que

⁷ Gritando “Sim, é possível”, “Por uma Cuba diversa”, ativistas LGBTQIA+ protestaram contra o cancelamento oficial da “conga” (parada) na Conferência Anual Contra a Homofobia e a Transfobia. A manifestação, realizada no dia 11 de maio de 2019, foi reprimida pela polícia cubana. (N.E.)

aqueles já privilegiados pelo sistema. Isso leva a supor que a questão não seria a de lutar para libertar Cuba da ditadura, mas sim, lutar para tomar o poder...

Em meio ao esgotamento decorrente de uma situação de grande precariedade, repressão e exílio, ainda há pessoas com reais preocupações com as questões sociais.

O espectro desses grupos é tão amplo que dificilmente seria possível um consenso político. Antirracistas, ativistas pelos direitos da comunidade LGBTIQ+, feministas, animalistas não podem estabelecer uma frente comum contra a repressão do Estado porque, em menor ou maior medida, suas reivindicações passam pelo mesmo Estado; apelam a ele para transformá-las em realidades efetivas. Gerar redes que substituam as estruturas

estatais é quase impossível numa situação de precariedade generalizada. A frente anticapitalista gera dilemas mais graves ainda. Criar práticas anticapitalistas expõe as pessoas à cooptação por parte da institucionalidade e da propaganda estatal, ou a engrossar as fileiras das vítimas de repressão e escárnio. Tampouco há um consenso a esse respeito, porque a realidade é radicalmente capitalista. Em Cuba, como nação dividida, é difícil ser antifascista porque não há um polo unificado e as categorias *esquerda* e *direita* são meramente nominais. No momento, o fascismo é uma tendência presente em todos os movimentos políticos desse espectro. E isso é coerente quando objetivo político mais elevado é governar uma nação a partir das suas ruínas.

ESPAÑA

A EXTREMA DIREITA E O FIM DA EXCEÇÃO IBÉRICA

Tomás Ibáñez

A longa duração das ditaduras que Espanha e Portugal sofreram explica, em parte, porque ambos países foram considerados como uma anomalia — a *exceção ibérica* — no panorama da extrema direita na Europa. Foi somente em 2019 na Espanha e em 2022 em Portugal que a extrema-direita conseguiu quebrar o limite máximo da *absoluta insignificância eleitoral* que a colocava com *menos de 2% dos votos* em cada um destes países e foi se aproximando dos padrões europeus.

Ainda que algumas das causas que propiciaram o fim da *exceção ibérica* sejam comuns a ambos os países, a especificidade de cada caso induz a tratá-los separadamente. No que diz respeito à Espanha, embora a marca do regime franquista tenha permanecido em boa parte das instituições, o fim da ditadura deu lugar à instaura-

ção de um *consenso antifranquista absolutamente hegemônico* que condenou à *marginalidade* qualquer formação política que não participasse desse consenso. Foi o que aconteceu com uma extrema direita que insistiu em vincular-se ao regime anterior.

Essa marginalidade ficou patente no referendo de 1976, quando a recusa à mudança de regime não alcançou nem *3% dos votos* e quando, nas eleições de 1979, *Fuerza Nueva*, o principal partido de extrema direita, elegeu um único deputado, com apenas *2,11% dos votos*. Essa derrocada prosseguiu até que, em 1982, ao ficar com *menos de 1%*, esse partido se dissolveu, passando a engrossar as fileiras do principal partido da direita e a refugiar-se em pequenas *formações extraparlamentares* propensas à ação violenta, cujas esperanças estavam depositadas em um levante militar.

Dessa forma, a extrema direita empreendeu uma longa *travessia do deserto* e foi necessário que transcorressem uns trinta anos para que ela abandonasse a referência ao franquismo e seus símbolos, passando a adotar *um novo tipo de discurso* que lhe permitisse escapar da insignificância política e crescer, como faziam seus correligionários europeus.

Certamente, a extrema direita na Europa não é homogênea, varia segundo as peculiaridades de cada país, mas apresenta algumas características que outorgam certo *ar de família* às suas diferentes expressões. Fazem parte desse *ar de família a xenofobia*, a agitação contra a *ameaça que a imigração representa* para a preservação da *identidade nacional* e da cultura do país, assim como certo euroceticismo, e, mais genericamente, a denúncia do perigo que as instâncias supranacionais representam para os interesses da nação. Trata-se de um *populismo de direita* que compartilha com o populismo de esquerda certa predileção pelas teses conspiratórias e pela denúncia tanto das oligarquias econômicas, como da classe política instalada no poder. Sua ambição consiste em ser *compatível com o sistema político instituído* e ocupar o maior espaço possível dentro dele, talvez recordando que Hitler chegou ao poder graças às urnas. Trata-se de conseguir *jogar na liga dos partidos políticos respeitáveis*, mesmo que para isso tenha que lixar seus dentes evitando ser as-

sociado à memória de seus nefastos antecedentes históricos.

Foi o abandono das marcas de identidade vinculadas ao franquismo, o distanciamento dos clichês fascistas, neofascistas e neonazistas e a adoção de um discurso que podemos definir como *pós-fascista*, isto é, situado na esteira do fascismo, mas buscando *cotas de poder no marco institucional vigente*, o que propiciou que VOX, o principal partido da extrema direita, criado em 2013, conhecesse *uma expansão fulgurante*. Esse partido, que obteve *menos de 1% dos votos* nas eleições de 2015 e de 2016, subiu vertiginosamente, alcançando *10,14%* em abril de 2019 e *15,09%* em novembro desse mesmo ano. Os quase 50 mil votos obtidos em 2016 transformaram-se em mais de *3 milhões e meio* em 2019 e, apesar de ter sofrido um retrocesso nas últimas eleições, em junho de 2023, VOX ainda obteve pouco mais de 3 milhões de votos.

Entretanto, ainda que a adoção de um discurso *pós-fascista* ao estilo europeu anunciasse um progressivo incremento do impacto eleitoral do VOX, isso não teria sido suficiente para provocar o espetacular *aumento de 50 mil votos para mais de 3 milhões* em apenas três anos. Esse resultado, totalmente inaudito, encontra sua explicação na *exacerbação do nacionalismo espanhol* diante do auge do nacionalismo catalão e a ameaça de uma secessão, em 2017.

Como é sabido, a extrema direi-

ta, para angariar votos, fomenta sistematicamente em toda Europa o temor aos efeitos nocivos que a *imigração* provocaria sobre a *identidade nacional*. Contudo, na Espanha é mais difícil mobilizar esse temor porque até o início dos anos 2000 a imigração não ultrapassou 5% da população e, além disso, sua origem é basicamente ibero-americana, portanto mais assimilável.

Por não poder recorrer ao medo da imigração, a extrema direita encontrou na *irrupção do nacionalismo catalão* a ferramenta ideal para despertar o temor a um ataque à identidade nacional espanhola, e isso *levou diretamente à sua fulgurante ascensão*.

Atualmente outros fatores se apresentam como pontos de apoio para que a extrema direita conserve ou melhore suas posições. Mesmo que o nacionalismo catalão continue servindo de argumento para mobilizar o nacionalismo espanhol, o atual *aumento da emigração* também permite despertar os sentimentos xenófobos, pois *subiu para 14% em 2012, e já alcança 18% em 2024*. Some-se a isso que o recente colapso do *Podemos* fez com que o *espaço populista* deixe de ser ocupado pela esquerda, abrindo a possibilidade de que a extrema direita se aproprie de parte de seu ideário, especialmente no que concerne à denúncia da *casta política*, assim como das *oligarquias econômicas*.

Mesmo assim, na Espanha, os avanços particularmente notáveis do

feminismo e dos setores LGTBI+ são explorados pela extrema direita para conquistar tanto o voto dos *setores mais machistas da sociedade*, como daqueles que são mais próximos ao *catolicismo tradicionalista*. Ademais, a extrema direita também cobra e estimula reações contra as medidas adotadas para combater o aquecimento global.

Entretanto, mesmo que VOX represente o maior perigo ultradireitista na Espanha, não devemos esquecer o *magma das pequenas formações extraparlamentares* que pululam em seu entorno. Essas formações, às vezes explicitamente fascistas ou nazis, caracterizam-se pelo uso *intensivo das redes sociais* e por seu ativismo nos protestos de rua. Costumam ter um número relativamente pequeno de membros e algumas delas frequentemente se dissolvem e se recompõem sob diferentes siglas.

A título de exemplo cabe mencionar a *Hogar Social de Madrid* que ocupava um local na capital e distribuía, até pouco tempo atrás, auxílios destinados exclusivamente “*aos daqui*”, ou também ao recém-formado *No-viembre Nacional* que se orgulha de surgir espontaneamente e de se articular de forma auto-organizada, de baixo para cima. Todas essas formações caracterizam-se pela *defesa da unidade da Espanha a qualquer custo* e de sua continuidade histórica, arraigada na *cristandade*. A estas formações convém somar os ultras de vários

clubes de futebol, fãs da simbologia fascista.

Por fim, para valorizar o desenvolvimento da extrema direita na Espanha também é preciso levar em conta a inserção do VOX em uma *rede internacional* que lhe fornece apoios de todo tipo e o nutre com orienta-

ções ideológicas. Seus nexos mais importantes se estabelecem com seus correligionários da Polônia, Hungria, Itália e Bélgica flamenca, mas também com o trumpismo nos EUA, o bolsonarismo no Brasil e com tendências semelhantes em outros países ibero-americanos.

FRANÇA

SOBRE O FASCISMO

Philippe Pelletier

O texto que se segue é uma síntese de uma brochura publicada pela Federação Anarquista Francófona em 1997 intitulada *Do fascismo ao pós-fascismo: mitos e realidades da ameaça fascista*. Foi-me difícil resumir em poucas páginas uma brochura de cem páginas: tentei, na escolha dos extratos apresentados, não distorcer o pensamento do autor e, se caso isso tenha ocorrido, é de minha exclusiva responsabilidade. Solicitei à Pelletier a atualização de certas passagens. Parece-me que a essência de sua argumentação permanece ainda atual. A essência do pensamento de Philipe consiste na ideia de que é preciso evitar os erros destes militantes revolucionários que encaram a revolução hoje com os esquemas da tomada do Palácio de Inverno em 1917: Não se pode analisar a extrema-direita na França ou na Europa com os olhos de 1922 (subida de Mussolini ao poder) ou com os de 1933 (nomeação de Hitler como Chanceler do Reich,

após as eleições).

Hoje, os quadros atuais e o eleitorado do “Rassemblement National” herdaram apenas em parte o fascismo ou o neofascismo, e muito mais o pós-fascismo. No entanto, o perigo é ainda maior: com efeito, desde os anos 1922 e 1933, o sistema capitalista aumentou exponencialmente os meios de controle e de manipulação da população.

Uma das hipóteses de Pelletier é que o fascismo só se tornará um movimento de massa real quando o eleitorado socialista desiludido mudar de rumo em massa.

Pelletier nos diz em suma que, se não se pode analisar hoje o fascismo com os critérios de 1922 ou 1933, é necessário também reconsiderar a estratégia de resposta ao fascismo.

René Berthier



O triunfo do fascismo não depende apenas dos próprios fascistas. Ele está ligado à união mais ou menos gradual e mais ou menos forte dos partidos políticos no poder, começando pela direita conservadora. Isso foi claramente demonstrado no passado por Mussolini e pelo hitlerismo, e foi confirmado pela estratégia de Berlusconi. Depende também da evolução do próprio sistema capitalista e liberal-democrático. Então, o que estamos vendo a esse respeito, além de um fortalecimento, em toda a Europa, da legislação xenófoba e anti-imigrante que é a base eleitoral dos fascistas?

Em toda a Europa, a xenofobia e o racismo de Estado estão avançando, endossados ou administrados pela direita clássica e pela esquerda. No entanto, esse avanço não é apenas o resultado de táticas puramente eleitorais, demagógicas e grosseiramente políticas, criadas para conquistar o público reacionário e frio em um momento em que o desemprego está causando estragos. Simplesmente, e não nos esqueçamos disso, há também uma estratégia socioeconômica profundamente enraizada que se baseia na enorme reserva de mão de obra proporcionada pela imigração, independentemente da religião ou do país de origem, que pode ser explorada, pressionando os salários para baixo e dividindo ainda mais uma classe trabalhadora já dividida.

Os imigrantes ilegais, em particular, são a presa ideal. Africanos, árabes e turcos sem documentos tornaram-se bodes expiatórios, maltratados pelos humanistas que dizem defendê-los, presos em campos de trânsito ou de detenção que são vergonhosos para a humanidade.

É impressionante notar que os argumentos usados para justificar a discriminação antijudaica nas décadas de 1930 e 40 baseiam-se nos mesmos fundamentos: o medo dos estrangeiros, a estigmatização dos errantes. *A fascistização da democracia anda de mãos dadas com a democratização do fascismo.*

A questão vai muito além da imigração, afetando toda a vida social e econômica. Ela não se limita a algumas formas extremas, mas abrange mais ou menos abertamente toda uma gama de estruturas que podem, precisamente, assumir novas formas. Por si só, o “Front National” de Le Pen pouco poderia fazer. O perigo real virá quando o “Rassemblement National”, seu sucessor, formar alianças com outras forças. Com a criação, em 2020, de um novo partido chamado Reconquête (Reconquista), liderado pelo neo-petainista Éric Zemmour, essa possibilidade está tomando forma, já que seu próprio título refere-se à Reconquista dos católicos contra os árabes-muçulmanos na Península Ibérica durante a Idade Média. Esse

¹ Philippe Pétain foi o homem que assinou a rendição da França a Hitler e liderou um governo em colaboração com os nazistas.

partido está tentando mobilizar as forças conservadoras burguesas tradicionalistas, enquanto o RN atrai as classes trabalhadoras.

QUE LIÇÕES PODEMOS APRENDER COM A HISTÓRIA?

O fascismo não é a antítese absoluta da democracia, nem é inseparável dela. Os políticos clássicos não hesitam em brincar com fogo. Em 1921, o ministro de direita Giovanni Giolitti (1842-1928) dissolveu a Câmara Italiana e incluiu candidatos fascistas em um “bloco nacional” de partidos do governo; como vimos, trinta desses fascistas foram eleitos. Em suas Memórias, Giolitti escreveu: “Considerarei isso muito vantajoso porque o fascismo agora representava uma força real no país e, de acordo com meu antigo princípio de que todas as forças do país deveriam ser representadas no Parlamento e ali encontrar sua expressão, seria bom que ele tivesse sua representação parlamentar”.

Hoje, Giorgia Meloni, membro do Movimento Social Italiano, da Aliança Nacional e depois do Povo da Liberdade, presidente desde 2014 do partido de extrema direita e nacional-conservador Fratelli d'Italia, é presidente do Conselho de Ministros desde 22 de outubro de 2022.

As eleições não garantem a derrota do fascismo. Os casos da Itália e

da Alemanha são bem conhecidos. Há também o caso do Japão, que introduziu o sufrágio universal masculino em 1925, embora isso não tenha impedido a militarização do regime na década de 1930. As escolhas políticas não podem ser dissociadas das profundas mudanças econômicas e das orientações da burguesia; no nível dos partidos políticos clássicos e do pessoal, isso significou várias mudanças de opinião. As convergências ideológicas entre os fascistas e os socialistas autoritários são significativas: assim como os fascistas, os socialistas autoritários veem o fortalecimento do Estado como um progresso tecno-social e baseiam-se na ideia da nação, por motivos oportunistas ou reais.

Os movimentos fascistas eram frequentemente liderados por ex-socialistas autoritários de alto escalão: Mussolini veio do Partido Socialista na Itália, Oswald Mosley (1896-1960) da ala esquerda do Independent Labour Party (1924) e depois do Labour Party (1926) na Inglaterra, Jacques Doriot na França e Vidkun Quisling (1887-1945) na Noruega do Partido Comunista... Georges Valois (1878-1945), um dos fundadores do fascismo francês, que veio do anarquismo antes de morrer em um campo de concentração, escreveu em 1926 que o fascismo “tem uma base tanto na esquerda quanto na direita” e está “muito mais próximo do que chamamos de esquerda do que do que chamamos de direita, no sentido de que constrói a

autoridade, o Estado, com base nas necessidades do povo para defendê-lo dos grandes e poderosos”. Podemos julgar a sinceridade do fascismo na defesa do povo, assim como podemos julgar a sinceridade da esquerda na mesma questão...

O fascismo avança lenta mas seguramente, com alguns golpes espetaculares, mas nenhum golpe de Estado, um gradualismo, uma infiltração de pessoas, ideias e políticas; o estabelecimento do estado totalitário é gradual: três anos se passaram entre a chegada de Mussolini ao poder e a introdução das leis fascistas, enquanto os nazistas foram mais rápidos (um ano para a criação do partido único).

O fascismo manteve formas democráticas, mais ou menos de fachada. Durante vários anos, Mussolini perseguiu os grupos de oposição, mas não suprimiu sua liberdade legal; os referendos foram marcados por um comparecimento maior do que antes, embora isso não se devesse à coerção exercida sobre os eleitores ou à fraude eleitoral. Isso não impede que o fascismo possa finalmente levar à abolição de todas as eleições democráticas.

O fascismo venceu apesar das chamadas “vitórias dos trabalhadores”. Tanto na Alemanha quanto na Itália, com ou sem greve geral, durante ou após o processo de fascistização, as burocracias sindicais obtiveram vantagens como salários mais altos, jornada de oito horas, acordos coletivos e conselhos de trabalhadores. O

fascismo italiano, o nacional-socialismo alemão, o petainismo, o franquismo, o peronismo e outros regimes promoveram constantemente uma estrutura corporativista para o Estado e organizações de trabalhadores.

Aqueles que hoje demonizam o Rassemblement National na França não apenas se abstém de uma análise cuidadosa, mas também tentam nos enganar sobre como as ideias e os homens fascistas estão corroendo a sociedade e, portanto, como combatê-los. De forma mais sutil, com rostos amigáveis, sociais e legalistas, o fascismo está conquistando aqueles que estão desorientados pela forma egoísta com que os políticos de esquerda o apresentam. E quando a repressão realmente chegar, será tarde demais.

Comparar a situação anterior à Segunda Guerra Mundial com a situação atual seria tão ridículo quanto ineficaz. As condições estão de fato mudando, mas por essa mesma razão, todas as perspectivas são possíveis. É verdade que a ascensão do Front National e do Rassemblement National que o seguiu não se deu às custas de um movimento pré-revolucionário, mas apenas por uma reação de amargura por parte da pequena e média burguesia. Mas, é preciso lembrar que o nazismo e o fascismo foram precisamente uma aliança entre essa fração da burguesia e o grande capital, em um contexto de atomização social e questionamento ideológico semelhante, embora menos exacerbado, à

situação dos anos 1980.

Deve-se ressaltar que hoje há um voto significativo da classe trabalhadora em favor do Rassemblement National (extrema direita).

Valeria a pena examinar por que e como a extrema direita recuperou os votos dos comunistas, mas essa é uma questão complexa que resulta, em grande parte, dos erros estratégicos do Partido Comunista a partir da década de 1970 e de sua política de aliança com os socialistas... que, ao levar François Mitterrand ao poder, fez com que o Partido Comunista ganhasse alguns ministros (temporariamente), mas perdeu muitos militantes e ainda mais eleitores. Mais profundamente, isso pode ser explicado pela decepção das classes trabalhadoras não apenas com as promessas que a esquerda não cumpriu (presidência de Mitterrand de 1981 a 1995, Lionel Jospin, ex-trotskista, que se tornou primeiro-ministro de 1990 a 2002), mas também com as políticas neoliberais que adotou deliberadamente.

A teoria do extremo centro apresentada por Seymour M. Lipset é surpreendentemente atual. De acordo com esse sociólogo, cada uma das três principais forças sociais (burguesia, classe média, proletariado) é dividida em duas tendências antagônicas, uma extrema e outra moderada. Segundo ele, o fascismo nada mais é do que a ala extrema da corrente centrista, com a ditadura militar clássica, de um lado, e o stalinismo, de outro, correspon-

dendo às outras duas forças. Agora, quem atualmente representa o centro sociologicamente na França se não a “nova pequena burguesia urbana” formada na década de 1970?

“SEM FUTURO”?

Por enquanto, a maionese fascista ainda não pegou de fato, no sentido de que os eleitores e apoiadores do Rassemblement National e de um recém-chegado, Eric Zemmour, que se apresenta como mais radical, não se veem explicitamente como fascistas, mas é um primeiro passo.

Mas atenção: o fascismo não pode ser confundido com um partido político, nem mesmo com o Rassemblement National! Há muitos políticos de direita e até mesmo de esquerda cujas palavras, atitudes, declarações e posições se aproximam do fascismo, mesmo que não exibam esse selo. Além disso, o fascismo está se tornando praticamente o único movimento político conhecido, juntamente com o ambientalismo, a apresentar uma visão forte e global da sociedade. Isso consolida as perspectivas da extrema direita em uma sociedade que está em plena desordem, atomização, desmoroamento e fragmentação.

Hoje, não há nenhuma prova de que o perigo do fascismo exista, pela simples razão de que aqueles que se decepcionaram com o socialismo ain-

da não se voltaram completamente para a extrema direita e preferem se refugiar na abstenção. Mas isso nem sempre será verdade. Se a única perspectiva que se abre para eles é votar na esquerda apesar de tudo, correm o risco de, a longo prazo, verem-se com os pés e mãos atados ao novo fascismo, dadas as novas desilusões que resultarão. A esquerda poderá então entregar as rédeas depois de ter feito seu trabalho sujo — o que o presidente Macron, que veio da esquerda, está conseguindo fazer. Cabe a nós dizermos a eles: “Vocês se abstiveram, estão certos, não temos nada a esperar de nossos inimigos ou de nossos falsos amigos, mas abster-se não é suficiente, é hora de ir direto ao assunto”.

O problema é que não estamos em uma situação revolucionária. Portanto, a tarefa de mobilização é muito mais difícil. Também estamos perdendo nossos pontos de referência em relação ao fascismo histórico, que começou como um movimento contrarrevolucionário. Por outro lado, o neofascismo e o pós-fascismo de hoje não têm, pelo menos por enquanto, a base populista e plebeia que deu aos fasci ou às SA sua força física. E com razão... porque os capangas de uma seção da classe trabalhadora marginalizada que o fascismo atraiu são agora o subproletariado de nossas sociedades: os imigrantes turcos, árabes e paquistaneses da Europa Ocidental. O que, obviamente, não pode ser feito, considerando seu próprio discurs-

so racista e xenófobo. A não ser que, seguindo o exemplo dos pós-fascistas italianos, ele se atenua em relação a essa questão. E não serão os pequeno-burgueses ou os pequenos comerciantes que passarão o tempo dando seus golpes, a menos que sua situação socioeconômica se deteriore ainda mais! Nesse sentido, a situação é nova e nossa atitude não pode ser copiada da dos revolucionários da década de 1920, que pelo menos dispunham de certos pontos fortes, a começar pelo prestígio da revolução russa.

O fascismo é uma forma específica de capitalismo e de Estado. Nosso antifascismo é, antes de tudo, anticapitalista e antiestatal, mas não é preciso dizer que, quanto mais nossa posição anticapitalista e antiestatal for repetida, mais o neofascismo se desenvolverá em resposta à ameaça que representamos para a burguesia. Cabe a nós encontrarmos as melhores maneiras de gerenciar essa contradição. Também cabe a nós destacarmos os aspectos anti proletários e resolutamente capitalistas do programa econômico do Rassemblement National, que ninguém conhece, que oscila entre o ultraliberalismo e o protecionismo, mas sobre o qual os ativistas do partido nunca falam.

O fascismo também é uma filosofia, uma certa abordagem do mundo, uma visão totalitária, uma concepção de (in)humanidade. Como Luigi Fabbri apontou, “o capitalismo, que em seus primórdios precisava de

uma certa dose de liberdade para seu desenvolvimento (...), agora, no auge de seu poder, sente a necessidade oposta de limitar ou eliminar as próprias liberdades defendidas no passado (...). A guerra do fascismo contra a liberdade, concluiu ele, não é mais apenas uma resistência à futura revolução social do proletariado, como era em seus primórdios, mas uma guerra total contra a modernidade, a negação de todas as revoluções passadas, uma luta feroz contra as conquistas alcançadas pelos povos em um ou dois séculos de esforço sem precedentes”.

O fascismo, assim como a social-democracia e o stalinismo, tem uma relativa autonomia política e ideológica. Ele representa a exacerbação das tendências autoritárias. Os anarquistas encarnam o polo oposto, a tendência libertária. Cabe a nós provocarmos uma mudança ideológica, filosófica e, conseqüentemente, política e econômica na massa da população que está vagando no meio do caminho, que está em total confusão.

A fraqueza do movimento dos trabalhadores e o banimento de qualquer pensamento utópico ou reflexão teórica significam que temos outras exigências a fazer no período que antecede esses prazos: a batalha ideológica e política é mais atual do que nunca. Precisamos vencer nas mentes do povo, antes de um dia triunfarmos nas ruas. Se as ideias fascistas estão avançando, é porque elas não têm nada contra o que lutar. Cabe a

nós quebrarmos o consenso na mente das pessoas e, na prática, se possível, combater falsificações como a “queda do comunismo”, para nos tirar da equação na qual pensadores e líderes estão tentando nos enganar: utopia = revolução = comunismo = gulag.

É indiscutível que a atual atração das classes trabalhadoras pela extrema direita decorre em grande parte da raiva despertada pelo destino imposto a elas pelo sistema atual. Lembremos as palavras de Kropotkin, que disse que a raiva produz tumultos: somente a esperança pode produzir a revolução.

QUAL LUTA ANTIFASCISTA?

Os anarquistas sempre estiveram na linha de frente da luta antifascista porque sua posição libertária é, por definição, a antítese da posição autoritária do fascismo. Essa definição aplica-se tanto ao fascismo marrom quanto ao fascismo vermelho. Defendendo seu projeto político global - o comunismo libertário, uma sociedade federalista e autogestionária sem capital ou Estado — e, conseqüentemente, a liberdade de expressão, reunião e associação, os anarquistas inevitavelmente encontraram em seu caminho todos os autoritários que, por várias razões, queriam limitar essa liberdade e impor uma sociedade ultradireitista, autoritária e totalitá-

ria. Sempre no campo revolucionário, eles tiveram que lidar com a reação burguesa, mas também com o horror stalinista durante as revoluções russa (esmagamento de Makhnovtchina em 1921, de Kronstadt em 1921, prisão de anarquistas e liquidação de suas organizações quando o perigo czarista foi eliminado), espanhola (provocação stalinista dos dias de Barcelona em maio de 1937), chinesa (liquidação dos últimos anarquistas pelos maoístas), búlgara e cubana (liquidação ou exílio de anarquistas).

Na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler, eles estavam entre as primeiras vítimas do fascismo marrom. A chegada dos militares ao poder na América Latina, como no Brasil e na Argentina, pôs fim a um movimento anarquista e anarcossindicalista ainda importante. A vitória de Franco em 1939, com a cumplicidade das democracias ocidentais e de Stalin, que cortou todo o ímpeto da revolução antifranquista, bem como do salazarismo, custou caro aos anarquistas e anarcossindicalistas, que sofreram selvagem repressão local e prisão em campos de concentração para aqueles que tentaram escapar exilando-se (como Gurs, na França, e Mauthausen, na Áustria).

Quando se trata de combater o fascismo, os anarquistas infelizmente têm uma certa experiência. É claro que as condições de hoje são diferentes e seria inútil apenas trazer de volta essa memória. Isso seria, no mínimo,

suficiente para alertar aqueles que se sentem tentados a misturar anarquistas e fascistas, sob o pretexto de que ambos são antiparlamentares e a favor da ação direta, enquanto, como vimos, os fascistas sempre se afundaram no parlamentarismo e na politicagem e sua pseudo-ação direta serve apenas para reforçar a autoridade e não o contrário.

A posição dos anarquistas que precisam lutar em várias frentes não é fácil. Duas questões precisam ser reformuladas à luz da experiência histórica e dos desenvolvimentos contemporâneos:

— A do “frentismo”, da ampla frente antifascista e multiclassista que, em particular, mostrou seus limites e perigos durante a revolução espanhola. Esse “frentismo” é muitas vezes incentivado, “para a base”, por grupos de jovens antifascistas que, por um lado, privilegiam o confronto violento com grupúsculos de extrema direita, geralmente em caso de defesa ou contra ataque, mas que, por outro lado, em dias de eleição ou mesmo antes, legitimam o comício eleitoralista que, assim, vê o triunfo de figuras tão reacionárias como Chirac (2002) ou Macron (2017, 2022)

— E a dos riscos que a convocação de uma greve geral pode acarretar quando os anarquistas não têm os meios para aplicá-la até o fim: Apesar do sucesso da greve geral contra o golpe alemão de Kapp em 1920, os socialistas e os comunistas desencorajaram a base antifascista, lançando, repetidamente e ao acaso, os trabalhadores em greves ge-

rais mal sucedidas e evitando qualquer ampliação insurrecional ou de autogestão.

Algumas greves gerais foram até mesmo fracassos retumbantes que abriram caminho para o fascismo. Malatesta, Luigi Fabbri e Camillo Berneri, entre outros, escreveram textos sobre esse assunto cujos princípios são válidos até hoje.

Por fim, é preciso denunciar a impostura que acompanha a democracia. Tarefa provavelmente mais difícil em um contexto de contra-ofensiva ideológica liderada pela classe dominante que tenta credenciar a falência de qualquer ideal, à custa do fracasso stalinista, em benefício do sistema parlamentar.

Sempre que os anarquistas tenham a oportunidade de liderar a luta antifascista, a partir de posições libertárias e revolucionárias, devem fazê-lo conduzindo a ação de forma autônoma. Isso nem sempre é possível. Quando precisam agir integrados a coletivos mais ou menos amplos, não é apenas um embate ideológico que devem travar - nem sempre fácil,

porque as pessoas estão cada vez mais refratárias a esse tipo de discurso e os meios de comunicação e os políticos não se importam com isso, enquanto os fascistas pelo contrário, se beneficiam com suas posições ideológicas fortes — mas também, e sobretudo, um combate prático contra a exploração e a opressão sistema capitalista e estatista atual.

É concretamente nas lutas quotidianas conduzidas pelo proletariado — em sentido lato: todos aqueles que dispõem apenas da sua força de trabalho manual ou intelectual e que não são detentores dos meios de produção e de intercâmbio — que o combate libertário se expandirá. O apoio aos sem-papéis, mesmo que, no nosso objetivo final, queiramos uma sociedade livre de burocracia, tem de ser resolvido, tanto mais que uma grande parte da esquerda os abandonou depois de os ter utilizado quando estava no poder. Trata-se de um desafio crucial num combate antirracista que conduz lógica e inequivocamente ao combate antifascista.

ITÁLIA

A EXTREMA DIREITA NO PODER E SUAS RAÍZES NA SOCIEDADE ITALIANA

Terzilia Lanzillotti

Na Itália, não há perigo de crescimento da extrema direita. No sentido de que a extrema direita já cresceu, venceu as eleições e agora está firmemente estabelecida no governo. Também graças à lei eleitoral e à incapacidade da centro-esquerda de se unir, e apesar do fato de que a maioria dos eleitores não votou em partidos de direita. O “partido” mais forte ainda é o da abstenção. Certamente, pequenos e grandes grupos e organizações de extrema direita existiram e continuam a existir, mesmo em novas formas. Houve uma prova disso em outubro de 2021, quando a sede nacional do maior sindicato da Itália, a CGIL, foi devastada durante um ataque de esquadrões no meio de uma manifestação *contra a vacinação* no centro de Roma. Exatamente como há cem anos, os esquadrões fascistas incendiaram as Câmaras Trabalhistas em

toda a Itália. Por esses fatos graves, o Ministério Público de Roma pediu que os líderes da organização de extrema direita *Forza Nuova* fossem *condenados* a vários anos de prisão. No entanto, seria um erro se nos concentrássemos apenas nesse tipo de grupo. A contiguidade ideológica entre os adeptos de organizações como a *Casa Pound*, que se autodenominam “fascistas do terceiro milênio”, e a direita no poder hoje certamente deve ser enfatizada, especialmente no que diz respeito à negação dos direitos dos migrantes ou do mundo LGBTQA+, com sua tentativa de impor modelos tradicionais de família. Mas, acima de tudo, é preciso observar que a extrema direita alcançou o mais alto nível do poder executivo. E ela o utiliza para implementar sua agenda de restauração autoritária. Muitos observadores apontam como a situação que eles es-

tão tentando criar se assemelha cada vez mais àquela defendida no programa da dissolvida Loja Maçônica P2 de Licio Gelli, que tinha tantos laços na América Latina, por exemplo, com a ditadura militar argentina. Em termos de reformas institucionais autoritárias, estamos falando de: centralização de poderes nas mãos do chefe de governo, a ser nomeado por eleição direta; esvaziamento dos poderes do Parlamento e do Presidente da República; fim da independência do Judiciário com seu controle direto pelo governo. A isso deve ser acrescentado todo um corolário de leis repressivas em muitos campos diferentes. Vamos dar uma olhada em algumas delas. Os migrantes que tentam chegar às costas europeias são deixados para morrer no mar e, quando conseguem, são acusados de “imigração ilegal” e presos em centros de deportação. Ao mesmo tempo, as organizações não governamentais que trabalham para resgatá-los nas águas do Mediterrâneo são perseguidas. O direito de greve e o valor da representação sindical são constantemente atacados, inclusive por meio da preterição de trabalhadores. Os crimes cometidos por adolescentes diminuíram nos últimos anos, mas o número de detentos aumentou nas prisões juvenis: isso ocorre porque as sentenças alternativas à prisão para menores de 18 anos foram eliminadas, condenando esses jovens a um futuro de marginalidade perpétua. Os suicídios entre os detentos nas

prisões estão aumentando e a única medida que está sendo tomada é a criação de um corpo especial para reprimir os motins nas prisões. Ultimamente, tem havido tentativas de introduzir leis para punir severamente aqueles que protestam contra obras públicas e infraestrutura. Isso não acontece por acaso: o Ministro de Infraestrutura e Transporte é o líder da *Liga* Matteo Salvini, que, para fins de propaganda eleitoral, promove obras inúteis e caras, como, por exemplo, a ponte sobre o Estreito de Messina, entre a Sicília e a Calábria. Entre o partido de Salvini (em declínio nas pesquisas) e o *Fratelli d'Italia*, o partido da primeira-ministra Giorgia Meloni, estabeleceu-se uma competição em que Salvini tenta ultrapassar o chefe do governo pela direita, como quando exibiu suas relações com a perigosa extrema direita da *AFD* na Alemanha, ou com o *Rassemblement National* de Marine Le Pen na França. A *Fratelli d'Italia*, de direita, não é diferente, seu líder tem relações estreitas com os neofranquistas espanhóis da *Vox*, em cujos congressos ele participa com discursos inflamados e aclamados. Tudo isso dentro de uma estrutura de subjugação progressiva da maior parte da mídia. As principais agências de imprensa e a RAI, o serviço público de rádio e televisão, estão agora essencialmente nas mãos do poder do governo, com os melhores jornalistas forçados a sofrer censura ou a se mudar para outros jornais. O ataque aos

direitos das mulheres, por parte da direita no poder, é constante e contínuo: todas as tentativas são feitas para dismantlar e não garantir o direito à interrupção da gravidez, sancionado pela lei italiana: nas instalações públicas dedicadas, os Consultori Familiari, foram oficialmente introduzidos expoentes de associações antiaborto, e nas regiões governadas pela direita, quando os ginecologistas do serviço público se revelam (incrivelmente) todos objetores de consciência, eles não são substituídos por médicos não objetores. No campo da propaganda, há uma verdadeira disseminação de uma cultura militarista em escolas de todos os níveis. A indústria bélica e os militares já se instalaram em várias universidades. Na Itália, foi lançado em 2022 o PNRM (Plano Nacional de Pesquisa Militar), que envolve os Ministérios da Defesa e da Educação e as Universidades e é apresentado como funcional apenas para a pesquisa civil, mas, conforme denunciado por professores do Politécnico de Turim, na verdade serve para injetar recursos estatais e pesquisadores públicos no setor industrial militar, do qual a empresa pública Leonardo S.p.A. é a ponta de lança. Ao mesmo tempo, o centenário da fundação da Força Aérea Italiana foi comemorado no ano passado. “*Cem anos a serviço da Patria*”, foi escrito oficialmente. De fato, descaradamente reivindicando o que foi cometido durante os vinte anos do período fascista. Um exemplo entre

muitos: na Guerra da Espanha, junto com os nazistas, havia também aviões italianos no bombardeio de Guernica. A frase “Estamos sempre ao lado das forças armadas e das forças da lei e da ordem” é repetida com frequência pelos direitistas no poder. Isso implica em “o que quer que eles façam”. Isso está ligado à noção perigosa do respeito que sempre será devido à autoridade do Estado em sua continuidade, independentemente da forma que assuma. Não é por acaso que o atual presidente do Senado italiano (que declara sem nenhum problema que tem um busto de Benito Mussolini em sua casa) pediu a criação de um novo feriado nacional, o do nascimento do Reino da Itália em 1860. Esse reino foi estabelecido sob a dinastia Savoy, que deu poder a Mussolini. Lembre-se de que a extrema direita já havia retornado ao limiar do poder, apenas quinze anos após o fim da Segunda Guerra Mundial: em 1960, o governo do democrata-cristão Tambroni foi apoiado pelos neofascistas do *Movimento Social Italiano*, herdeiros diretos, mesmo no nome, da República Social Italiana de Salò, criada por Mussolini ao lado dos nazistas de Hitler. A chama tricolor do MSI permanece no símbolo do Fratelli d’Italia, o partido da primeira-ministra Giorgia Meloni. Se a extrema direita voltou ao poder, é também porque nas profundezas da sociedade permanece um húmus que, no início da década de 1960, foi bem descrito por outro democrata-cristão, Aldo

Moro, que mais tarde foi assassinado em 1978 pelas Brigadas Vermelhas. Dirigindo-se ao seu próprio partido, a Democracia Cristã (um partido-estado por décadas), ele pediu que ficasse firmemente alerta contra o risco de involução do sistema democrático da República. E descreveu a complexidade inquietante da extrema direita na Itália, suas raízes profundas, seu peso econômico e social e sua presença na sociedade italiana com uma extensão muito maior do que sua representação no Parlamento. Suas palavras na época ainda podem ser úteis para entender o presente: ‘A entidade desse risco

para as instituições não é calculada nem em votos nem em assentos parlamentares (...) ela não reside inteiramente, mesmo na inegável referência ideal e histórica que faz ao fascismo, no MSI. Estamos bem cientes de que (...) as raízes do totalitarismo fascista se encontram no corpo social da nação, onde há privilégios que não querem dar lugar à justiça (...) onde há ansiedades mentais, egoísmo e fechamentos, onde a liberdade é temida (...) onde há uma confiança imprudente na eficácia ilusória da força para resolver problemas”.

PORTUGAL

“ELES” JÁ LERAM OS NOSSOS LIVROS

*Barricada de Livros*¹

No ano em que se comemora o 50º aniversário do golpe militar que derrubou o regime fascista, a 25 de Abril de 1974, Portugal assiste ao regresso da extrema-direita à órbita do poder, através da eleição de 50 deputados (triste e irônica coincidência) do Partido Chega nas eleições nacionais antecipadas do passado mês de Março, em resultado dos cerca de um milhão e duzentos mil votos obtidos (18,1% do total).

Uma subida eleitoral enorme, na medida em que, nas eleições anteriores de 2022, este partido tinha conseguido “apenas” 16 deputados. Portugal perdeu assim a sua tão proclamada imunidade à extrema-direita, facto que já se verificara também no estado espanhol. No entanto, esta subida eleitoral era bastante previsível e resulta de factores objetivos e de um

grande equívoco.

Entre os primeiros está, sobretudo, a incapacidade total da chamada Esquerda partidária (formada por Partido Socialista, Bloco de Esquerda e Partido Comunista), de governar verdadeiramente à esquerda, mesmo quando tem maioria absoluta, cedendo aos interesses do Capital e não resolvendo alguns problemas básicos com que se defronta diariamente quem vive em Portugal, nomeadamente:

1) Deficiente funcionamento do Sistema Nacional de Saúde, com longas listas de espera para determinadas operações cirúrgicas e até consultas, falta de médicos de família, urgências hospitalares sobrelotadas e maternidades obrigadas a encerrar aos fins-de-semana por falta de pessoal especializado;

¹ Texto coletivo da *Barricada de Livros*, editora *anarquista*

2) Deterioração de serviços públicos, ou por falta de investimento (educação e transportes) ou por privatização com aumento de preços (correios e eletricidade);

3) Impossibilidade de acesso a uma habitação digna, sobretudo nas principais cidades, onde alugueres e preços de compra atingiram valores incomportáveis para a esmagadora maioria da população e a pressão turística fez com que bairros inteiros, sobretudo bairros populares dos centros urbanos, fossem apropriados por hotéis, condomínios de luxo e alojamento de curta duração;

4) Aumento acentuado do custo de vida após a pandemia, que se reflete no preço dos produtos que constituem o chamado "cabaz básico";

5) Salários baixos e impostos muito altos, que não têm o devido retorno em infraestruturas ou serviços para a população, como já referido.

Em resumo, a Esquerda quando no Poder governa como a Direita, não dando aos e às eleitoras qualquer ilusão de que seja uma alternativa consistente. Se juntarmos esta incapacidade de resolver problemas básicos com um nível elevado de corrupção no aparelho de Estado, que se revela sobretudo no seu relacionamento com o Capital e que se propaga transversalmente na sociedade portuguesa, e com a ampliação da imagem negativa de uma classe política incompe-

tente, sem imaginação, sem cultura, e que, salvo raras exceções, só está na *causa pública* para gerir o sistema ou para enriquecer, temos aqui o conjunto dos factores objetivos.

Perante este cenário de dificuldades de vida e de frustrações políticas, não foi particularmente difícil à extrema-direita portuguesa gerar um grande equívoco que está a convencer uma percentagem cada vez maior da população: ela é a única alternativa ao "sistema". Para isto, tem recorrido não só à utilização massiva de redes sociais para propagar boatos, mentiras e meias-verdades, mas também a figuras que, não assumindo que são de extrema-direita, fazem do comentário político em canais televisivos ou em jornais uma arma de arremesso ao seu serviço, o que lhe permite um tempo de antena potenciado. Em complemento, a extrema-direita está a receber um fluxo elevado de financiamento, proveniente de grandes e até médios empresários, alguns com negócios bem obscuros, o que lhe permite também uma presença constante junto da população através de grandes meios publicitários.

Apresentando-se abusivamente como antissistema e anticorrupção, a extrema-direita apropriou-se assim destas bandeiras, para além de outras mais culturais, que têm sido património de uma certa Esquerda e sobretudo dos anarquismos (e daí o título deste texto), e incorporou na sua forma de comunicar um discurso que,

longe de ser alternativo e revolucionário como o nosso, é pelo contrário populista e demagógico. Este discurso tem encontrado uma receptividade cada vez maior porque, na ausência de uma cultura política que sirva de escudo protetor e que permita ver as diferenças conceptuais, aparenta corresponder àquilo que a generalidade das pessoas realmente pensa e que tem tido medo de exprimir por culpa, segundo a extrema-direita, da ditadura do “politicamente correto”.

Porém, em Portugal, para além da falta de cultura política de uma parte significativa da população, o que faz desta presa fácil da demagogia populista, existe outro problema igualmente grave. Desde as já referidas eleições antecipadas, a Esquerda insiste que não há um milhão de fascistas em Portugal e que a ascensão do Chega resulta de uma situação conjuntural, em parte importada de outras geografias. Claro que não há um milhão de fascistas em Portugal! Há mais!

Nenhuma ditadura resiste 48 anos de vida (tempo que durou o fascismo em Portugal) sem o apoio expresso ou silenciosamente conivente da respectiva população. É certo que o ditador Salazar tinha ao seu dispor um fortíssimo dispositivo policial de repressão, que incluía uma polícia política, a qual, é bom não esquecer, recorria a “pessoas comuns” como informadoras (de acordo com os arquivos desta polícia, cerca de 20 mil pessoas desempenharam este papel


ao longo dos anos) e um campo de concentração no Tarrafal, em Cabo Verde, para além do controlo absoluto sobre o que se lia em jornais, revistas ou livros, o que se via na televisão, no cinema ou no teatro, o que se aprendia nas escolas. Mas, repito, na minha opinião tudo isto não basta para aguentar um regime durante um período tão longo. O “pensar fascista”, o “modo de estar fascista”, foram completamente interiorizados pelo povo português. Durante este período pós-fascista, isto raramente se manifestava no quotidiano por vergonha ou por medo, traduzindo-se eleitoralmente num voto útil nos partidos da Direita tradicional. Ora desde há alguns anos, sobretudo com a eleição de Trump e a banalização do seu discurso, que as pessoas começaram a perder a vergonha e o medo de se assumirem como racistas, xenófobas e sexistas. Esta “evolução” assumiu um contorno planetário e, como era de esperar, tinha todas as condições para crescer em Portugal. Em muitas pessoas, isto é o resultado de um quotidiano difícil, que transborda numa revolta contra quem é “diferente” ou quem vem de fora, como se verifica numa região do sul do país, Alentejo, onde o voto passou diretamente do Partido Comunista para a extrema-direita; no entanto, em muitas mais pessoas, isto acontece porque elas são, no fundo, realmente racistas, xenófobas e sexistas. Em termos eleitorais, esta situação cristalizou-se com a constituição do Che-

ga que foi aceite e institucionalizado pelos órgãos político-judiciais da “democracia” portuguesa.

Foi assim criado o caldo político-cultural que deu azo à situação atual e que pode ser resumido da seguinte forma: durante a sua história, o fascismo precisou sempre, com a exceção da Alemanha hitleriana, de golpes militares para chegar ao poder (Itália, Portugal, Espanha, Grécia, Brasil, Chile, Argentina...); desde há alguns anos, a extrema-direita atual chega calmamente ao poder, ou à sua esfera de influência, através de eleições ditas democráticas, sucesso a que não é estranha a influência profunda e perversa da comunicação social.

Que podem os anarquistas fazer nesta situação? Na minha opinião, o que sempre fizemos. Combater a ex-

trema-direita e os grupos neonazis nas ruas, nos bairros, em todo o lado em que apareçam. Não os deixar agir livremente, confrontá-los sistematicamente, de preferência recorrendo a frentes alargadas de antifascistas. Paralelamente, arranjar maneiras de interromper, ou pelo menos de perturbar, o fluxo de financiamento. O medo tem de passar para o outro lado outra vez. Finalmente, (muito) proselitismo em relação às pessoas que votam extrema-direita por ignorância política. É bom recordar que muitas delas ainda há pouco tempo votavam em partidos de esquerda, num sentido generoso do termo. Assumirmos uma posição de superioridade político-cultural, desprezando e ignorando estas pessoas será um grave erro político.

A black and white photograph of a person wearing a surgical mask and cap, holding a large white sign. The sign has handwritten text in bold, black letters. The text reads: "FASCISTAS", "RACISTAS", and "NÃO PASSARÃO".

FASCISTAS
RACISTAS
NÃO PASSARÃO

URUGUAI

FASCISMO E ANTIFASCISMO ANÁRQUICO NO URUGUAI

R.M.¹

Apesar da complexidade que o duplo sentido do termo fascismo geralmente apresenta — por um lado refere-se a um acontecimento histórico particular e, por outro, a um quadro de referências geral — é possível reconhecer suas manifestações sem medo de errar. O fascismo (e suas variantes posteriores, o nazismo, o fundamentalismo, o franquismo etc) como o movimento e ideologia que emergiu no capitalismo industrial para defender o sistema capitalista contra a revolução e o fascismo como um conjunto de práticas e comportamentos reacionários, que hoje se apresentam em diversos discursos, mas que mantêm como base uma visão reacionária.

Chamá-los pelo mesmo nome não é um ato de simplificação ou de apropriação histórica, mas sim uma forma de, por um lado, evidenciar linhas de continuidade histórica e, por outro, posicionar-se de forma anti-autoritária face ao fenômeno do autoritarismo. O limite, porém, está ligado à responsabilidade de não banalizar os significados, invisibilizando seus perigos reais. Não se trata, portanto, de negar as suas complexidades, nem de encobrir as suas singularidades. Embora a visão anarquista esteja situada fora do “paradigma da obediência justa”, do preconceito governamental de que falava Proudhon² e não aceite qualquer tipo de dominação como le-

¹ Participante do Centro social Cordon Norte (Montevideu-Uruguai)

² “O preconceito governamental, ao penetrar no mais profundo das consciências, ao marcar a razão com sua forma, tornou impossível qualquer outra concepção durante muito tempo, e os mais ousados entre os pensadores chegaram a dizer que o governo era um flagelo, sem dúvida, um castigo para a humanidade, mas que era um mal necessário. Eis por que, até nossos dias, as revoluções mais

gítima, nem toda dominação, mesmo que esta seja sempre negativa, é fascismo.

O pensamento anárquico opõe-se a toda dominação, a todo poder político, a qualquer poder separado da comunidade. Isto deveria evitar que a visão acerca do fascismo ou do totalitarismo seja uma visão cínica, na qual a avaliação de um mesmo fato varie conforme a bandeira que o levou a cabo, seja vermelha, castanha ou democrática.

O Estado — modo paradigmático de dominação — utilizou milhares de vezes métodos selvagens de ataque contra comunidades e indivíduos livres, mas só os qualificamos como métodos fascistas quando derivam diretamente do fascismo histórico, ideologicamente falando, ou quando configuram práticas posteriores, cujas características correspondem às do fascismo. Neste sentido, por exemplo, os grupos paraestatais de punição, a tortura sistemática ou o culto ao líder promovido pelo Estado, podem ser classificados, sem hesitação, como métodos fascistas mesmo que existam outras ideologias que os pratiquem.

Na América Latina em geral, e no território uruguaio em particular, o proletariado nativo, os migrantes europeus e afro, os pobres e oprimidos foram criando seus métodos de

autodefesa social contra a dominação e contra a dominação fascista, colocados em prática primeiramente por grupos estrangeiros e depois por grupos nativos.

MONTEVIDÉU, CIDADE ABERTA

No Uruguai, o fascismo organizado nunca se tornou hegemônico, embora tenha tido momentos de grande apoio, mais do que costumam admitir os defensores da atual ordem capitalista. Foi detido, em primeiro lugar, pela resistência dos trabalhadores e mais tarde por sua derrota na guerra mundial. Na “terra roxa”, as ideias anarquistas e socialistas, que se enraizaram nas camadas “mais baixas” da população, fortalecidas através de um intenso fenômeno de “autodidatismo operário”, foram as que mais resistiram à máquina fascista. As ideias antiautoritárias alcançaram a hegemonia, a partir de baixo, num país novo, ávido de mudança e suscitaram a ideia, por vezes exagerada, de um território “aberto”, tolerante e avançado.

O anarquismo revolucionário foi combatido pelas forças da ordem estatal de duas formas bem marcadas e contínuas. Por um lado, através de um modo particular e único de recu-

emancipadoras e todas as efervescências da liberdade conduziram constantemente a um ato de fé e de submissão ao poder; porque todas as revoluções só serviram para reconstruir a tirania”.(Proudhon: *A propriedade é um roubo*. RS: L & PM, 2023). (N.E.)

peração, levado a cabo pela instauração de um governo liberal “avançado”, o “batlismo”³, e por outro, através de diversos momentos de feroz repressão particularizada. O fascismo histórico no Uruguai está particularmente relacionado com este segundo modo de reação antipopular. A influência anárquica e também a liberal impediram a generalização de um totalitarismo fascista ou de um movimento “a espelho”. Apesar de refreado contido nas fileiras proletárias, o fascismo ganhou força ao colaborar com as estruturas de poder e provocou um declínio revolucionário, que acabou por colocar um fim à influência anarquista sobre o povo.

FASCISMO ITALIANO E SUL-AMERICANO

As ideias fascistas entraram em circulação no Uruguai por meio de organizações paraestatais italianas. O fascismo italiano procurou difundir as suas ideias, especialmente nos locais onde havia migrantes daquelas terras, mas o seu projeto esbarrou na influência maior das ideias antiautoritárias. A fera marrom só encontrou receptividade em setores militares e de privilegiados. Em 1923, foram fun-

dados o fascio de Montevideu e uma organização juvenil fascista, a *Gioventù Italiana del Littorio all' Estero*. O fascismo rapidamente ganhou apoio local de empresários e políticos, e foi fortalecido pelo respaldo de vários meios de comunicação. A resistência, porém, foi muito precisa, por parte das publicações socialistas e anarquistas, que o combateram como uma ideologia de patrões e como uma ideia contra-revolucionária. Também o nazismo teve seus grupos e seguidores, criando um ramo do Partido Nacional Socialista Alemão, antes mesmo de Hitler chegar ao poder.

Alguns conhecidos anarquistas, como Luigi Fabbri, também empreenderam uma crítica antifascista específica, que traziam do velho continente. Anarquistas como ele, que tiveram de fugir do fascismo por não prestarem juramento ao regime do Duce⁴, mantiveram uma férrea barreira, com redes internacionalistas de propaganda, meios de comunicação locais e vários grupos de ação. As organizações populares não puderam ser dominadas pelas forças fascistas, que decidiram tentar destruí-las ocupando espaços nas estruturas de poder. A tarefa não foi fácil para eles. A luta contra o nazi-fascismo e o Estado que o propagou produziu inúmeros confrontos, pri-

³ Este termo advém das gestões de José Battle y Ordóñez e seu sobrinho, à frente de governos uruguaios, no séc. XX, períodos da História do Uruguai em que se viveu a ilusão da conciliação de classes. (N.E.)

⁴ Duce é uma palavra italiana que significa “líder”. O termo foi usado pelo líder fascista Benito Mussolini e desde então ficou associado ao fascismo. (N.E.)

sões, exílio e mortes.

DITADURA DE GABRIEL TERRA, “UM CAMINHO LIBERAL PARA O FASCISMO”

Depois de ter se estabelecido na Itália, o fascismo foi então penetrando política e culturalmente no Uruguai, por meio de sua influência na alta sociedade e nas fileiras militares. O primeiro movimento fascista local, influenciando principalmente o exército, foi a *Organização Patriótica Uruguiaia*, fundada em 1929. A maioria dos fascistas uruguaios admirava o Integralismo Brasileiro e tomou a *Ação Integralista Brasileira* como modelo. A tendência corporativista, que pretendia incorporar os setores produtivos, uma câmara empresarial e um sindicalismo legalizado e legalista, foi discutida no parlamento. A Ação Revisionista do Uruguai foi fundada à imagem e semelhança da organização brasileira.

O golpe de estado de Gabriel Terra⁵, em 31 de março de 1933, teve grande influência do fascismo. Desde o início desencadeou uma repressão brutal contra o movimento sindical e anarquista, impedindo também a chegada de imigrantes perniciosos ao

país, ou seja, com antecedentes anarquistas, socialistas ou comunistas. O movimento operário anarquista, com grandes divisões internas, não conseguiu recuperar-se totalmente dos contínuos ataques da ditadura. Terra definiu seu ideário como o de um socialismo de estado e aderiu também ao antissemitismo promulgado pelo nazifascismo. Várias das principais figuras políticas da ditadura eram fascistas confessos ou filo-fascistas.

Os dois partidos tradicionais de direita também tiveram setores de extrema-direita na década de 1930. Um exemplo disto foi o apelo a uma “marcha sobre Montevidéu” (como a fascista sobre Roma) em apoio ao golpe de Estado. O golpe foi apoiado, em princípio, por setores muito poderosos do agronegócio, que acusaram a capital de corrupção e imoralismo. A ditadura reconheceria oficialmente – sendo o Uruguai um dos primeiros países a fazê-lo – o levante militar espanhol de 1936. Era o Estado, portanto, o encarregado de propagar as ideias fascistas no território. Mas, nos anos 1940, quando a correlação de forças em todo o mundo havia mudado, o Uruguai defendeu uma aliança com os Estados Unidos. Encorajado pelos setores “pró-Aliados” do governo, o Estado empreendeu desta vez a sua cruzada contra alguns daqueles

⁵ Gabriel Terra foi presidente do Uruguai de março de 1931 a junho de 1938. Depois do golpe de estado, impetrado em 1933, impôs uma ditadura de caráter conservador, antiliberal e anticomunista, estreitando relações com a Alemanha nazista. (N.E.)

adeptos do nazismo e do fascismo, agora considerados “traidores da pátria”. Enquanto alguns setores mantiveram a sua lealdade ao antisemitismo, ao racismo, ao corporativismo estatista ou à necessidade imperiosa de disciplina no território ameaçado pelo perigo subversivo, o totalitarismo transformou-se num nacionalismo mais local.

ANTIFASCISMO ORIENTAL E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

Uma página importante do antifascismo uruguaio, pós hegemonia anarquista no movimento operário, foi a criação de uma organização promovida por anarquistas, a seção da SIA (Solidariedade Antifascista Internacional). A SIA foi criada pela CNT espanhola de Valência em maio de 1937. Durante a revolução espanhola, vários anarquistas do grupo *Esfuerzo*, como Coteló, Gomensoro, Rufinelli ou Trufó (morto pelos comunistas em 37) partiram para a Espanha para defender o projeto. Também o conhecido anarquista, líder da FORU, Carreño, expulso pela ditadura de Gabriel Terra, teria uma grande participação na luta, primeiro na coluna Durruti, e depois no grupo *Os Amigos de Durruti*. Após o retorno de vários membros do grupo *Esfuerzo* em 1938, foi criada a seção uruguaia da SIA, com a incorporação da anarquista Luce Fabbri.

Mais tarde, quando a Guerra Fria se estabelece como um sistema de forças a nível mundial, o anarquismo continuou sustentando a bandeira contra todos os totalitarismos. Isto valeu-lhe a inimizade ideológica de um marxismo que se tornava cada vez mais hegemônico na América Latina, especialmente depois da revolução cubana e a tomada do poder por Castro. Da mesma forma, a onda emocional do fenômeno guerrilheiro atingiu também um Uruguai que desobedeceu à recomendação do “Che” de deixar o “Paisito” sem luta armada. Quando chegou a hora, os anarquistas também deram a sua contribuição para o “debate armado”. Quando a Federação Anarquista Uruguaia, a organização anarquista mais forte daquele momento, foi colocada na ilegalidade, seus membros criaram uma frente operária-estudante, a ROE, por um lado, e por outro, uma organização armada, OPR 33. A diferença fundamental entre a concepção defendida pela organização armada de matriz libertária e a estratégia do foquismo marxista, hegemônico na região, era que a primeira defendia o apoio às lutas das organizações sociais, enquanto que o segundo reivindicava a condução vanguardista destas lutas.

O crescimento do fascismo latino-americano na década de 1960 foi um fenômeno que procurou opor-se ao fervor revolucionário, criando grupos punitivistas em vários países e aliando-se às forças de segurança esta-

tais. Ação e reação patronal e conservadora, as ultra ideologias de defesa do capitalismo se misturaram com a Doutrina de Segurança Nacional promovida pelos Estados Unidos. Com as suas particularidades regionais e tensões internas, as ditaduras latino-americanas representaram, de modo geral, uma resposta anti-revolucionária e conservadora sob um esquema geopolítico pró-ianque. Na verdade, o fascismo ditatorial no continente sul-americano levou à reestruturação capitalista que ainda hoje sofremos.

VOLTAR PARA AS BARRICADAS

O antifascismo anarquista no Uruguai continuou com suas críticas anti totalitárias. As mesmas críticas que lhe valeram algumas falsas acusações de cumplicidade com o imperialismo dos anos sessenta, por denunciar os crimes dos dois blocos imperiais. Entretanto, o próprio capitalismo recuperou um espaço simbólico estético antifascista, “a antifa”, um termo que também teve de superar primeiro a referência histórica que o ligava à frente única estalinista. Porém, um dispositivo estético não substitui uma necessidade real: a crítica e a prática antiautoritária constante. A história mostra a continuidade entre as ideias fascistas de todos os tipos e a própria estrutura capitalista. Para os anarquistas, não existe uma verdadeira crítica

antifascista sem uma ideia abrangente de revolução social, sem uma crítica ao sistema que sustenta as desigualdades sociais.

O nascimento, o desenvolvimento e também a queda de alguns grupos fascistas em território uruguaio no período pós-ditadura é bastante anedótico, embora sempre repetido. Os grupos não conseguem, ainda não conseguiram, ter força suficiente para se tornarem muito visíveis. É claro que não desaparecem completamente e, em certas estruturas militares, persistem fortemente. Alguns membros de grupos de ideologia nazista foram detidos pela polícia após ataques de rua, alguns grupos foram expulsos de um partido tradicional depois de repetidos ataques anarquistas em suas instalações e depois de comprovada sua relação com o nazismo, e também houve alguma tentativa de desenvolver um ultra partido-nacionalista, sem êxito. A estratégia do fascismo hoje, sem dúvida, parece ser aproveitar o boom internacional e juntar-se a diferentes partidos de direita, na esperança de estruturar-se e dar um golpe. Assim, nos últimos anos, vários membros da extrema-direita reuniram-se num novo partido militarista (que, no entanto, teve de expulsar as suas ovelhas negras) e o crescimento da ideologia extrema do neoliberalismo parece estar atraindo muitos para as suas fileiras.

A ascensão dos novos conservadorismos hoje está relacionada com

um novo ataque do sistema capitalista, onde muitos setores sentem-se com força para impor uma agenda bélica e “limpar” o mundo. Mais uma vez, cabe a nós, os antiautoritários, enfrentarmos as suas concreções, fato que está indissolúvelmente ligado à força que tenhamos na esfera social,

graças às práticas que conseguirmos promover. Os fascistas, os conservadores e os totalitarismos são os anticorpos do sistema de maior opressão que é o capitalismo. É assim que devemos compreendê-los, é assim que devemos enfrentá-los.

ESTADOS UNIDOS

SOBRE FASCISMO E ANTIFASCISMO: UMA PERSPECTIVA DOS EUA

Stardust

LUTAR OU FUGIR?

Uma questão antiga – em face do crescimento do fascismo, ficamos para lutar ou fugimos?

A tragédia da eleição de Trump em 2016 forçou milhares de residentes nos EUA a emigrar, dentre eles alguns dos meus melhores amigos.

A natureza abrangente e lentamente invasora do fascismo torna fácil permanecer na negação, mesmo com os choques diários diante das últimas artimanhas dos conservadores e neofascistas. Eles conspiram em bibliotecas locais e conselhos escolares, em legislaturas e governos estaduais, e agora em posições de liderança de grande parte do governo federal dos EUA. O Trump até tentou, e falhou ridiculamente, em designar “antifa” — qualquer pessoa que participe de uma rede vagamente associada de in-

divíduos e organizações antifascistas — como uma organização terrorista.

Por um lado, enfrentamos o cas-setete do fascismo institucional e, por outro, o fascismo não-oficial do ator solitário ou da multidão enfurecida.

MIRE NO VULNERÁVEL

Claro, eu estava coletando todas as estatísticas. Numa tática fascista bem usada, as legislaturas estaduais controladas pelos republicanos têm como alvo uma minoria vulnerável. Eles propuseram centenas de projetos de lei anti-transgênero, muitos dos quais foram aprovados, e depois enfrentaram contestações nos tribunais.

Alguns dados demográficos me chamaram mais atenção:

— Estima-se que 38% dos jovens trans-

gêneros com idades entre 13 e 17 anos, nos EUA, vivem em estados com leis que limitam o acesso juvenil a cuidados de afirmação de gênero.

— 27% dos jovens transgêneros e não binários nos EUA relataram que foram fisicamente ameaçados ou feridos no ano passado devido à sua identidade de gênero, enquanto 64% relataram que se sentiram discriminados no ano passado devido à sua identidade de gênero.

— Estima-se que 8% de todas as pessoas transgêneros nos EUA se mudaram para outro estado para escapar das condições hostis onde viviam. De um número estimado de 1.6 milhões de pessoas transgêneras, isso significa que já existem 128.000 refugiados domésticos transgêneros nos EUA (e seus familiares).

Como uma pessoa que se identifica como *genderqueer*, a situação das pessoas trans nos EUA não me afeta apenas em um nível empático. Sinto-me pessoalmente em perigo.

Se você conhece pessoalmente alguma pessoa trans, então sabe que ninguém procuraria tratamento de afirmação de gênero — bloqueadores de puberdade, tratamentos hormonais ou cirurgia de afirmação de gênero — por capricho. Para jovens trans, a cirurgia nem sequer é uma opção considerada até atingirem a idade adulta, quando podem compreender e consentir com os procedimentos.

Então, quando o estado diz que você pode ser um jovem transgênero, mas:

1. Você não pode mais tomar bloqueadores da puberdade.
2. Você não pode ir ao banheiro da escola onde se sente mais confortável.
3. Você não pode participar de equipes esportivas com colegas do mesmo gênero.

Nessas circunstâncias, você provavelmente passará por um sofrimento. Adicione a isso a ignorância e o *bullying* de alguns de seus colegas e de seus pais, bem como de alguns professores, administradores, políticos e figuras públicas (obrigada, JK Rowling).

Não apenas a juventude transgênera, mas também seus pais vivem traumas ao saber que não serão mais capazes de viver uma existência razoável em suas casas. Estas famílias percebem que, na melhor das hipóteses, enfrentarão assédio não-oficial contínuo e discriminação institucional injustificada e, na pior das hipóteses, serão até alvo de violência imprevisível.

VOTANDO NO FASCISMO

É claro que a possibilidade mais assustadora não é simplesmente o espectro de um psicopata megalomaniaco como o presidente da nação novamente, mas o fato de que milhões de pessoas nos EUA já estão votando a favor de um governo fascista. Já vimos os populistas votarem nos fascistas

antes:

— Os italianos que enfrentaram táticas de força, em 1924, elegeram Mussolini para o poder.

— Os alemães, em 1932, votaram no Partido Nazista de Hitler para obter a maioria do Reichstag, impulsionando Hitler para o papel de Chanceler.

Estas “eleições democráticas” precederam diretamente a tomada do poder absoluto e a reestruturação de governos de alguma forma democráticos para regimes fascistas totalitários.

À ESPREITA NAS SOMBRAS

Depois de alguns dias de angústia sobre os vários ângulos que eu poderia adotar para escrever este artigo, algo ainda estava à espreita nas sombras, um pouco além do meu alcance.

Li sobre a história e a prática atual do fascismo nos EUA. Li sobre fascistas específicos e as organizações que criaram. Li toda a sua retórica horrível e revi os atos terroristas que cometeram. Comecei a me sentir cada vez mais desconfortável. Quanto mais eu tentava olhar a situação diretamente, sem antolhos, mais sua verdadeira natureza parecia escapar.

Finalmente, tive uma epifania... percebi que o problema não são os meus pensamentos, mas sim os meus sentimentos.

Estou aterrorizado com a crescente onda de fascismo nos EUA e em todo o mundo. Meu medo me deixa anestesiado. Atinge um nível corporal instintivo.

Depois de ler “My Grandmother’s Hands: Racialized Trauma and the Pathway to Mending Our Hearts and Bodies” (“As mãos da minha avó: trauma racializado e o caminho para consertar nossos corações e corpos” – tradução livre), por Resmaa Menakem, percebi que meu medo vem de um poço profundo de angústia familiar possivelmente epigenética. O lado da minha família com herança judaica já passou por isso antes. A minha mãe e os pais dela escaparam de Danzig quando os nazis assumiram o poder. Alguns dos meus parentes acabaram em campos de concentração.

Assim como os meus parentes judeus enfrentaram o dilema de decidir quando deixar o território fascista nazi na década de 1930, nós, hoje, nos EUA, já enfrentamos uma situação semelhante. Trump pode ganhar as eleições presidenciais dos EUA em 2024 e implementar o Projeto 2025, um programa essencialmente fascista para o governo dos EUA, liderado pelo *think tank* arqui-conservador The Heritage Foundation. Mesmo que Trump perca as eleições, ele já alegou que elas estão “fraudadas” e declarou: “Aceitarei totalmente os resultados – se eu ganhar”.

A ESCOLHA AUSTERA

Durante as tomadas de poder fascistas, os esquerdistas enfrentam uma escolha dura: permaneceremos para lutar, organizaremos a oposição e enfrentaremos discriminação, prisão, tortura e coisas piores, ou fugiremos do país antes que já não seja possível sair?

Mas se a escolha é fugir, a questão então é: para onde? O fascismo está em ascensão não só nos EUA, mas na maioria dos países ditos democráticos em todo o mundo, e os países que não são “democráticos” são geralmente ainda mais fascistas. Meu esposo e eu viajamos bastante nos últimos anos, muitas vezes considerando os lugares para os quais viajamos como possibilidades para um novo lar. Mas, a cada vez, vejo minhas esperanças frustradas e quero beijar o chão ao retornar para minha casa de longa data em São Francisco.

ACONTECEU AQUI, PARTE I

Nunca compreendi a retórica de Trump sobre “drenar o pântano”, em outras palavras, desmontar o governo enquanto participa dele, até que li “It Did Happen Here: The Rise of Fascism in Contemporary Society” (“Aconteceu Aqui: A Ascensão do Fascismo na Sociedade Contemporânea” – tradução livre), por Milan Zafirovski (publicado em 2023 nos EUA).

Os Dez Pontos que Definem o Fascismo de Zavirovski (resumidos)

1. Conservadorismo
2. Antiliberalismo
3. Antidemocracia
4. Anti-secularismo
5. Anti-racionalismo
6. Anti-igualitarismo
7. Autoritarismo
8. Terror
9. Militarismo
10. Culto às personalidades fascistas

Zavirovski escreveu esta análise com uma repetição formulaica que me pareceu um encantamento mágico para atar o fascismo. Talvez ele esteja cercado o fascismo com essa definição para empoderar as forças sociais capazes de combatê-lo?

As forças sociais de oposição ao fascismo de Zavirovski (resumidas)

1. Liberalismo
2. Democracia
3. Secularismo
4. Racionalismo e Progressivismo
5. Igualitarismo
6. Pacifismo
7. Líderes Liberais

Em seguida, Zavirovski despreza insensivelmente a capacidade destas forças para realmente combaterem o fascismo nos EUA. Ele não oferece sugestões práticas sobre como prevenir e/ou derrotar o fascismo, um apoio

impressionante à ideologia da impotência.

O autor avalia 36 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 40 indicadores mensuráveis do fascismo, incluindo atributos políticos, culturais, econômicos e da sociedade civil, que vão desde “estado de direito fraco” a “superstições religiosas generalizadas” a “parte da riqueza do 1% mais rico da população” a “posse de armas em massa”, por exemplo. Finalmente, reúne os dados em classificações gerais destes 36 países.

Zavirovski classifica os **Estados Unidos em primeiro lugar no fascismo**.

Uma crítica é que Zavirovski poderia ter escolhido os pesos dos vários atributos para obter um resultado pré-determinado, mas basta dar uma olhada nas classificações individuais para ver como os EUA se classificam como fascistas em tantos deles que — independentemente de os EUA serem ou não o país **mais** fascista — estão definitivamente entre os mais fascistas desta lista de países. Poderíamos também criticar os resultados de Zavirovski, salientando que nem todos os países do mundo estão incluídos na análise. Alguns dos países do mundo que provavelmente teriam uma classificação elevada nos índices do fascismo, por exemplo, a Rússia, a China e a Arábia Saudita, não estão incluídos nas classificações.

Outra crítica ao livro de Zavirovski — além de sua repetição formulaica — é a apresentação dolorosa de ler, ingênua e totalmente negativa do feminismo radical e das políticas de identidade, a escassa menção ao neoliberalismo e ao socialismo, e a falha ao não mencionar o anarquismo como uma força social, política e econômica, apesar das inúmeras menções ao fascismo espanhol.

Não obstante as suas deficiências, o livro de Zavirovski acrescenta algumas evidências coerentes para fundamentar a proposição de que os EUA são agora e têm sido frequentemente um dos países mais fascistas do mundo.

É difícil penetrar na mitologia onipresente da “terra dos livres e lar dos bravos”. Continuo procurando desculpas: por exemplo, moro em São Francisco, no estado da Califórnia. Certamente, morar aqui não é representativo do país como um todo? Tanto a cidade quanto o estado há muito apoiam os direitos transgêneros e *queers*... Afinal, São Francisco recentemente se tornou oficialmente um Santuário Transgênero!

ACONTECEU AQUI, PARTE II

Outro livro intitulado “It Did Happen Here: An Antifascist People’s History” (“Aconteceu Aqui: A História de um Povo Antifascista” — tradu-

ção livre, também publicado em 2023) fornece um bom estudo de caso do fascismo não-oficial com dezenas de depoimentos pessoais que descrevem a luta local em Portland, Oregon, a grande cidade mais branca da América do Norte. *Skinheads* racistas pisotearam o imigrante etíope e pacificador Mulugeta Seraw até a morte em 1988. Os assassinos eram três ativistas neonazistas, membros de um grupo chamado East Side White Pride, afiliado a Tom Metzger, líder da White Aryan Resistance (Resistência Ariana Branca). Estes neofascistas partiram de uma longa tradição de grupos de supremacia branca no estado de Oregon, como a Ku Klux Klan, a Christian Identity (Identidade Cristã) e a Oregon Citizens Alliance (Aliança de Cidadãos de Oregon).

Skinheads racistas e outros neonazistas atacaram de forma violenta e muitas vezes aleatória não apenas pessoas negras e pardas, mas também pessoas LGBTQ, judias e especialmente aquelas na interseção de vários grupos demográficos desse tipo.

Em resposta, grupos como Portland Black United Front, Coalition for Human Dignity, Portland Anti Racist Action, e *Skinheads Against Racial Prejudice* organizaram-se para:

1. Documentar e responder à propagação da fascista.
2. Investigar e protestar contra as aparições de fascistas.
3. Organizar a autodefesa em resposta à

violência fascista.

4. Pesquisar e identificar indivíduos e grupos fascistas.
5. “Expor” os fascistas aos seus vizinhos, senhorios e empregadores.

A violência fascista ocorreu recentemente em todos os EUA. Aqui estão alguns exemplos:

— 1984: Membros da The Order (A Ordem), um grupo de supremacia branca, mataram a tiros o apresentador de um programa de rádio de Denver, Alan Berg, adicionado a uma “lista de morte” por desafiar a crença do movimento da Christian Identity de que os judeus são descendentes de Satanás.

— 1992: Quatro *skinheads* supremacistas brancos em Salem, Oregon, bombardearam uma casa em retaliação por desafiar o seu racismo, assassinando a lésbica negra Hattie Mae Cohens e o homem gay branco Brian Mock.

— 2015: Dylann Roof, um terrorista supremacista branco assassinou nove fiéis negros na Carolina do Sul.

— 2018: James Fields matou a participante de um protesto, Heather Heyer, quando ele atropelou com seu carro uma multidão de antifascistas que se opunham a uma reunião de grupos armados de extrema direita, chamada Unite the Right, em Charlottesville, Virgínia.

— 2018: Robert Bowers assassinou 11 pessoas numa sinagoga em Pittsburgh, depois de publicar violentas mensagens antisemitas online.

— 2022: Anderson Lee Aldrich, homofóbico, transfóbico e supremacista

branco, assassinou cinco pessoas no Club Q, um bar gay em Colorado Springs, Colorado.

O fascismo tem uma longa história nos EUA, com a Ku Klux Klan, J. Edgar Hoover, o macarthismo e o reaganismo. Exemplos mais atuais incluem uma longa lista de indivíduos e grupos fascistas, como o Tea Party, o American Freedom Party e o National Youth Front, a Identity Evropa, Richard Spencer e o National Policy Institute, o Rise Above Movement, a Hammerskin Nation, Richard Butler e Aryan Nations, Ben Klassen e Church of the Creator, Dennis Mahon e White Aryan Resistance, Stormfront, Robert J. Mathews e The Order, Vinlanders Social Club, American Guard, Patriot Prayer, Patriot Front, National Justice Party, Robert Rondo e Active Clubs, Blood Tribe, Nationalist Social Club, a alt-right, QAnon, Proud Boys e sua ala paramilitar Fraternal Order of Alt-Knights, Moms for Liberty, Alliance Defending Freedom, Center for Immigration Studies, Family Policy Alliance, Independent Women's Forum, National Association of Scholars, PragerU, New Apostolic Reformation, e muitos outros, incluindo sites de ódio online como LibsOfTikTok de Chaya Raichik, VDare.com e American Renaissance.

Como disse Ron Herndon, do Portland Black United Front:

“E quando esta organização daqueles que defendem esse dogma racista, quando chegaram pela primeira vez à cidade, distribuindo os seus panfletinhos e declarações de ódio, deveria ter havido uma resposta muito mais assertiva a eles... Historicamente, temos visto os danos causados em todo o mundo quando as pessoas começam a defender essa doutrina. E, infelizmente, quando assumimos a posição ‘Bem, é apenas liberdade de expressão, eles têm o direito de dizer o que querem’, e não olhamos para o que está por trás disso e para onde isso pode levar, então estamos sendo muito míopes e, na minha opinião, muito tolos... logo que surge, tem de haver uma resposta imediata e forte de todos os segmentos possíveis da sociedade. Se ignoramos isso, ignoramos por nossa própria conta e risco.”

A declaração de Herndon pareceu bastante profética quando uma multidão de apoiadores do presidente dos EUA, Donald Trump, tentou, e não conseguiu, tomar o Capitólio dos EUA, em Washington, DC, com a insurreição “Stop the Steal”, em 6 de janeiro de 2021, protestando contra a perda de Trump nas eleições presidenciais. Defendendo uma filosofia de dominionismo e com a participação dos Proud Boys, a New Apostolic Reformation (Nova Reforma Apostólica) organizou a marcha no Capitólio

com ligações a figuras republicanas importantes, como o presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Mike Johnson.

Organizadores antifascistas participaram em protestos contra a World Trade Organization (Organização Mundial do Comércio) em Seattle, o movimento Occupy em todo o país, e ainda protestam contra os planos de centros de treino e operações policiais fortemente militarizados. No local de construção da infame “Cop City” em Atlanta, as tropas estaduais da Geórgia atiraram fatalmente contra o manifestante Manuel Paez Terán, também conhecido como Tortuguita, 57 vezes enquanto ele erguia as mãos no ar.

MARÉ CRESCENTE DO FASCISMO

O fascismo está em ascensão, não apenas por pessoas fora do governo, mas também por pessoas que trabalham dentro dele. No seu relatório de 2023, o Southern Poverty Law Center documentou 595 grupos de ódio e 835 grupos antigovernamentais nos EUA. Além do número crescente de vítimas de crimes de ódio e da prisão de cidadãos a uma taxa superior à de qualquer outro país, nós, nos EUA, enfrentamos não só a tomada

do poder executivo do governo, mas também do poder judicial, especialmente com a dominação conservadora da Suprema Corte dos EUA. Em 2022, por exemplo, no caso “Shinn vs. Martinez Ramirez”, a Suprema Corte decidiu que, para preservar o procedimento, as evidências que potencialmente provassem a inocência de dois prisioneiros no corredor da morte não poderiam ser ouvidas em tribunal e que estes prisioneiros, possivelmente inocentes, deveriam morrer. No momento em que este artigo vai para a imprensa, a Suprema Corte dos EUA também decidiu, no caso “Trump vs. Estados Unidos”, que o ex-presidente Trump detém imunidade para quaisquer ações oficiais que tome como presidente, teoricamente concedendo aos presidentes dos EUA o poder até de assassinar seus oponentes com impunidade.¹

Em vez de uma importação da Alemanha ou de outro país, os EUA têm o bom e velho movimento fascista “Make America Great Again” (Faça a América Grande Novamente), decorrente do conservadorismo totalmente americano, do fundamentalismo protestante evangélico e do catolicismo de direita, que está inspirando e/ou conspirando com movimentos fascistas em países como Brasil, Grã-Bretanha do Brexit, França, Hungria, Índia, Israel, Polónia e, mais recentemente, Bélgica, Alemanha, Espanha e Suécia.

¹ Fonte: <https://www.thenation.com/article/society/trump-immunity-supreme-court/> Acesso em: 15 ago. 2024.

PRETENSÃO DE CIVILIDADE

Os neoliberais do Partido Democrata sentem necessidade de manter um certo decoro democrático, uma pretensão de civilidade. Na sua maioria, os conservadores autoritários e os fascistas totalitários do Partido Republicano não sentem essa necessidade e, na verdade, insultam constantemente os neoliberais usando esse duplo padrão como estratégia de organização.

Como escreveu Zavirovski:

“... a tendência do fascismo-conservadorismo de usar uma ‘máscara democrática enganosa’ durante as eleições para tomar o poder e eliminar efetivamente a democracia liberal pela ‘vontade popular’... Especificamente, o resultado eleitoral das eleições presidenciais de 2016, pelos seus efeitos antidemocráticos, reproduz ou assemelha-se ao das eleições de 1933 na Alemanha, com ambas conduzindo à perversão da democracia liberal através da autocracia de extrema-direita... Isto é inteiramente compatível com o fascismo enquanto movimento golpista antidemocrático que tenta capturar o poder através de manobras ou golpes de Estado, ao não conseguir por meio de processos democráticos. Por exemplo, a insurreição da direita radical de 2021 e o cerco ao Con-

gresso dos EUA reverberam e quase reproduzem a marcha das forças de Mussolini em Roma e a de Hitler e os seus seguidores em Munique na década de 1920.”

E além disso:

“Como consequência do poder totalmente irrestrito e arbitrário dos seus líderes, o fascismo é o regime de arbitrariedade jurídica e insegurança ao ponto do caos e da ilegalidade. É essencialmente um sistema arbitrário e, de fato, sem lei, mesmo ao exaltar o ‘estado de direito’ e recorrer a ameaças de ‘lei e ordem’. Os fascistas não respeitam nenhuma lei, especialmente os líderes fascistas estão acima de qualquer lei, ao mesmo tempo que reivindicam enganosamente o ‘estado de direito’ e impõem a ‘lei e a ordem’ apenas aos não-fascistas e outros não-conservadores, infligindo-lhes punições arbitrárias e severas, incluindo prisões em massa, morte, tortura e outros tipos de terrorismo de Estado.”

Tudo isto soa deprimentemente familiar para qualquer antifascista que siga as peripécias de Trump.

ESPERANÇA E AÇÃO

Não quero deixar você como Za-

virovski me deixou... com sentimentos desesperançosos e impotentes.

Eu gostaria de ter grandes soluções novas para prevenir o fascismo, mas não tenho.

Só posso apontar para estratégias reais, testadas e comprovadas, como as oferecidas por ativistas em Portland, no Southern Poverty Law Center, e em outros locais, em torno da investigação e denúncia de fascistas, ao mesmo tempo que defendem quem são vulneráveis a ataques fascistas.

Posso também oferecer o conselho que aprendi com os Panteras Negras, para “cada um ensinar um”, e com os anarquistas da Guerra Civil Espanhola e da Revolução Social

da década de 1930, para criar centros comunitários que eles chamaram de ateneus, onde as pessoas possam se reunir para discutir e aprender, para comer, para cuidar dos filhos, para o intercâmbio cultural e para tudo o que é necessário para elaborarmos um pós-capitalismo e pós-fascismo.

A primeira dica de “Sobre a Tirania”, de Timothy Snyder: “não obedeça antecipadamente”.

Penso que este conselho se aplica tanto ao cassetete institucional do fascismo como ao fascismo não-oficial do ator solitário ou da multidão enfiada. Este conselho aplica-se à ação individual e à ação sistêmica, inclusive nas redes sociais e nos meios de comunicação de massa.

BRASIL

CARANDIRU E A POLÍTICA DA INIMIZADE

Dina Alves

No dia 02 de outubro de 1992, por volta das 16h, na Casa de Detenção de São Paulo, houve um tumulto originado de uma briga entre dois presos do Pavilhão 9 durante uma partida de futebol. Os outros presos decidiram se vingar e começaram o motim no segundo andar do pavilhão. O batalhão de choque e grupo especial ROTA foram acionados e entraram no Pavilhão 9 do presídio. Onze horas depois comprovou-se que a subjugação do motim havia deixado um saldo de 111 pessoas executadas e, aproximadamente, 35 feridos entre os reclusos. Não houve casos de mortes de policiais.

Após a notícia do massacre em rede nacional, familiares saíram das várias quebradas de São Paulo: mulheres, crianças, idosos, jovens, vizinhos, filhos e filhas, mães e avós ecoavam seus choros no portão de entrada

da Casa de Detenção, hostilizados pelos cães policiais e armas em punhos dos policiais. A espera foi longa até saber quem morreu ou sobreviveu à ação violenta do Estado. No dia 08 de outubro, foram fixadas as alcunhas no portão e as pessoas disputavam um espaço para fazer a leitura dos nomes minúsculos.

Fome, choro e ranger de dentes. A ação posterior das autoridades se mostrou tão lamentável quanto o massacre em si, uma vez que os familiares das vítimas foram submetidos ao tratamento de extrema crueldade, mantidos em longa espera e hostilizados por cães policiais. Numerosos presos feridos na repressão, a maioria com ferimentos graves, tiveram de esperar vários dias antes de serem atendidos. A perícia da época contou uma média de cinco tiros por corpo, muitos disparados pelas costas e na

cabeça, comprovando a execução sem direito à defesa.

Em 2001, sobreviventes e familiares assistiam na TV a campanha eleitoral do candidato a deputado estadual coronel Ubiratam Guimarães com a cédula de número 111, sendo um dos mais votados pelos paulistas. O coronel havia sido condenado em 2001 e logo depois absolvido pelo TJSP. Após 32 anos, nenhum policial foi preso. Autoridades da época, como o governador Luiz Antônio Fleury Filho, nem chegaram a ser processadas. E o caso ganhou mais um capítulo vergonhoso na história. Os policiais foram condenados por júri popular pela prática de homicídios qualificados e deveriam cumprir penas superiores a 600 anos de reclusão. Contudo, recorreram da decisão e, após recurso, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) anulou o julgamento e determinou um novo júri por entender, entre outros fundamentos, os vereditos foram contrários às provas do processo. O relator do recurso, desembargador Ivan Sartori, defendeu a absolvição dos policiais militares ao justificar que “não houve massacre, houve legítima defesa”. A impunidade dos assassinos marca a violência contra as pessoas que esperam justiça. Muitos familiares que aguardavam uma resposta da justiça sucumbiram: sejam filhos, sejam pais, sejam mães, sejam irmãos. Outras tantas pessoas sofrem com o trauma coletivo da violência racial. A vitória em algumas ações de indenização caiu

nos sumidouros de precatórios e está pendente de pagamento.

O massacre do Carandiru é um dos imbróglis jurídicos mais longos da história desse país. Massacre que, ao expor a impunidade dos assassinos, revela a política de inimizade estabelecida na sociedade brasileira. Rememorar a anatomia deste crime, naquele fatídico dia 2 de outubro de 1992, reafirma como a produção política do inimigo interno é combustível ao projeto genocida antinegro no Brasil.

Achille Mbembe (2018) nos lembra que “nenhuma revisão histórica do crescimento do terror moderno poderá omitir a escravatura, entendida como um dos primeiros exemplos de experiência biopolítica”. Compreender as circunstâncias históricas, materiais, econômicas que desembocaram no massacre do Carandiru nos ajuda a entender melhor a intersecção de violência sistêmica na continuidade da tortura, da superlotação, da manutenção das condições sub-humanas e da absoluta impunidade que favorece autoridades genocidas e a produção de outros Carandirus até a atualidade.

Falar de 32 anos de Carandiru é situar o Brasil como o último país das Américas, após 350 anos, a abolir a escravidão. Então, esta revisão histórica de compreender a realidade de hoje passa a olhar os escombros de um passado marcado pela economia capitalista predatória, pautada no sequestro e subjugação de nossos corpos e sabe-

res, a lugares inumanos, chamados de zonas do não-ser, que Frantz Fanon e Sueli Carneiro nos atualizam em suas análises. O lugar marcado pela violência colonial converteu pessoas africanas, afro-brasileiras e indígenas em lugares de inumanidades e este ato se deu pela imposição da reiteração de um processo histórico inaugurado, paradoxalmente, pela pós-abolição.

De fato, o 13 de maio representou o dia da renovação de um tipo de contrato implícito, o contrato social das elites, materializado na carta da abolição da escravidão. Em vez de ser inserida no projeto de cidadania da jovem República, a população negra e indígena se viu jogada à própria sorte, numa profunda e persistente exclusão social. Ao mesmo tempo em que o Estado republicano não incorporou esta população como sujeito de direitos, iniciou-se a produção política de um sujeito perigoso. Nas palavras de Clovis Moura, “de bom escravo a mau cidadão”.

Recupero aqui o pensamento da antropóloga Josildeth Consorte, para quem o projeto racializado de cidadania se tornou mais um passaporte de exclusão do que um convite à participação social. Então, é nesse sentido que o continuum de exclusão da escravidão à liberdade formal demonstra que a abolição se configurou apenas como um ato jurídico simbólico, que transportou à República o regime patriarcal de direitos racializados.

O saldo de mortes provocado

pela escravização estabeleceu o estado de exceção permanente às pessoas negras e indígenas e a sua continuidade da naturalização da violência. O sistema prisional é a sua maior expressão do Estado de exceção permanente.

Este panorama de violência prisional está intrinsecamente relacionado à forma como a sociedade brasileira se modernizou a partir de um processo de produção capitalista que reproduz, ao longo da história, o mesmo modelo racista, patriarcal e sexista do modelo de justiça. O imaginário que enxerga o outro como menos humano nasce desse modelo que também conforma a sociedade e as instituições e oferece as bases circunstanciais necessárias para que desigualdades e privilégios sejam reproduzidos simbolicamente e materialmente. Isso ecoa nos casos de racismos, na violência de gênero, na impunidade no julgamento dos crimes de Carandiru, no boom de encarceramentos pela falaciosa guerra às drogas, nos dados da pobreza e nos dados do IBGE que apontaram, a saber, o número de desempregados atingiu 11,9 milhões de pessoas, sendo que, entre os negros, é 71% maior do que entre brancos.

Outro exemplo pode ser ilustrativo sobre o Estado de exceção decretado a nós e os estudos recentes, que reconhecem as especificidades e as desvantagens cumulativas das mulheres negras na sociedade brasileira em todos os campos de acesso à cidadania: saúde, educação, mercado de tra-

balho, como campos que sempre estiveram colapsados (DOSSIÊ, 2019). Então, a precariedade e a negligência em relação às vidas negras e indígenas revelam a suspensão dos direitos de quem vive nas periferias, favelas, comunidades, aldeias, quilombos, campo urbano e rural, moradias precárias e insalubres pela ausência de saneamento básico, nas experiências diárias das pessoas desempregadas ou subempregadas, com vínculos empregatícios frágeis e vítimas da precarização do trabalho (como os milhares de pessoas que sobrevivem vendendo balas em sinais de trânsito), dentre tantas outras formas de subjugação de quem experimenta o corpo suspenso numa sociedade fascista-racista.

O encarceramento em massa é uma política adotada por diversos países que têm na punição penal a principal ferramenta de imposição de muitas violações, apesar de especialistas apontarem que não há quaisquer relações causais entre aumento de encarceramento e a redução da criminalidade. O crescimento das estatísticas de encarceramento de mulheres não está atrelado apenas a um contexto local, e, sim, ao crescimento vertiginoso internacional que revela a escalada da violência contra as mulheres no mundo.

Os dados mais recentes constam na quinta edição do World Female

Imprisonment List, levantamento global sobre mulheres presas realizado pelo ICPR (sigla em inglês para Instituto de Pesquisa em Políticas Criminal e de Justiça) do Birkbeck College (Universidade de Londres), no Reino Unido. O levantamento coletou dados em 221 prisões de todo o mundo, incluindo tanto mulheres detidas provisoriamente, como aquelas condenadas e sentenciadas. O Brasil tem 45.490 mulheres e meninas presas em regime provisório ou condenadas, números que ultrapassam a Rússia, com 39.120 encarceradas; em segundo lugar está a China, com 145 mil e os Estados Unidos lideram a lista de maior população feminina presa, com 211.375.¹

A situação é tão grave que, no Brasil, entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou 525% (INFOPEN, 2017). O mais recente levantamento também apresenta a situação da população LGBTQIA+, pois o sistema prisional brasileiro abriga hoje 10,457 gays, bissexuais, transexuais e intersexuais, contingente que representa 1,3% do total de 837.443 pessoas privadas de liberdade (DEPEN, 2022). No que diz respeito às pessoas transgênero, a situação é ainda mais agravada pelas condições de raça, identidade de gênero e sexualidade.

O aparato jurídico contempo-

¹ Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/brasil-passa-a-russia-e-vira-3-pais-com-mais-mulheres-presas-no-mundo-1.2755468>>. Acesso em: 20 out. 2022.

râneo é produtor da segregação, especialmente no tocante aos homens transgêneros. As violações de direitos em não atender suas particularidades revelam mais violências. Se o cárcere já evidencia uma série de dificuldades às mulheres presas, com seríssimas afrontas aos direitos humanos, as condições específicas das pessoas transgêneros são ainda mais dramáticas, pois são triplamente expostas à violação de direitos. E nem mesmo o artigo 4º da Resolução Conjunta nº 1, nem a ADPF nº 527², embora constituam um avanço, conseguem abranger as particularidades de homens transexuais, havendo real apagamento de sua identidade pela lógica racista e transfóbica do sistema e de quem o opera.

Os dados do Infopem Mulheres (2017) — os mais atuais sobre encarceramento de mulheres — revelam as condições do sistema prisional nas suas múltiplas opressões. Os dados apontam a urgência em dismantelar o sistema e, ao mesmo tempo, nos convidam a decodificar os números e enxergarmos o dispositivo genocida do Estado. As condições de encarceramento, raça, gênero e identidade de gênero mostram que estas categorias sofrem múltiplas determinações, essencialmente ligadas às maneiras

pelas quais operadores da justiça direcionam as decisões numa visão marcadamente patriarcal.

Um retrato desta realidade está representado nos 50% de mulheres e meninas, entre 18 e 29 anos, que comumente têm apenas o ensino fundamental completo, perfazendo um grupo de 66%; e (74%) de mães solas, totalizando 74% deste grupo. Chama a atenção o alto índice de presas provisórias, ou seja, ainda sem condenação: 45%, quase metade delas. Apenas para pontuar que a realidade dos estados de Amazonas (81%), Sergipe (79%) e Bahia (71%) revelam a face perversa da política de extermínio.

Os dados revelam que o poder punitivo é constitutivo da sociedade capitalista, através da exploração e da opressão. A Lei de Drogas nº 11.343/06 é um destes instrumentos capitalistas. Desde sua promulgação em 2006, é a responsável pelo boom no encarceramento, mortalidade juvenil e desaparecimentos forçados no Brasil. A dimensão da hediondez foi fixada pela lei e resultou no aumento geral das penas, aumento do prazo de prisão temporária (30 dias, prorrogável por igual período) e de alargamento do quadro de encarceramento preventivo sem fundamentação. Quero

² A resolução permite que lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis ou intersexos (LGBTI) condenados e privados de liberdade possam cumprir suas penas em locais adequados ao seu gênero autodeclarado. A decisão foi aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a 74ª sessão do Plenário Virtual, processo nº 0003733-03.2020.2.00.0000. A norma aprovada pelo CNJ está em conformidade com os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, com a legislação nacional relativa aos Direitos Humanos e com a Constituição Federal.

destacar aqui a flagrante fragilização das garantias constitucionais. Ou seja, a lei veio para justificar o genocídio em curso. O desastre humanitário praticado por esta “guerra às drogas” se justifica a partir da aplicação da lei de drogas numa lógica subjacente de guerra que serve, principalmente, para reafirmar a política genocida

como política oficial e produzir a figura política do traficante de drogas. Assim, outros tantos Carandirus foram e são produzidos cotidianamente, seja nos investimentos bélicos de contenção e extermínio do povo preto, seja em cada pessoa desumanizada no sistema prisional. CARANDIRU, NUNCA MAIS!

Dina Alves é liderança negra apoiada pelo programa Marielle Franco, do fundo Baobá. Advogada, atriz, doutora e mestra em Ciências Sociais pela PUC/SP. Autora da pesquisa Rés negras, Judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de raça, classe e gênero na distribuição da punição em prisão paulista. Cofundadora do Coletivo Autônomo de Mulheres Pretas – Adelinas. Tenho atuado no campo jurídico prestando especial atenção às vítimas da violência policial e do encarceramento, organizando comunidades fraturadas pela violência estatal. Além das batalhas legais em tribunais, acompanho visitas a prisões e casos de violência policial no fortalecimento da construção de espaços para o debate anticárceiro como resposta ao assustador incremento da violência de gênero nas prisões. Atualmente estou assistente de acusação do Ministério Público no processo criminal sobre o assassinato de Luana Barbosa dos Reis Santos. No deslocamento de São Paulo a Ribeirão Preto, acompanhei oito audiências de instrução e julgamento que ocorreram entre os meses de julho de 2018 a agosto de 2019 no Fórum Criminal de Ribeirão Preto na 1ª Vara do Júri e das Execuções Criminais, situado na Rua Alice Além Saadi, 1010, 2º andar, Nova Ribeirânia, Proc: 0011942-10.2016.8.26.0506. Estive no IBCCRIM como coordenadora do Departamento de Justiça e Segurança Pública entre 2013/2020, o que me permitiu atuar nas múltiplas dimensões (acadêmicas e ativistas), construindo redes e identificando atores-chave na luta contra o genocídio antinegro e a possibilidade de construir caminhos a favor das mulheres negras, população LGBTQIA+ e sobretudo familiares de pessoas assassinadas por forças estatais. Sou idealizadora do I Novembro Negro do IBCCRIM com a pauta feminismo negro e justiça criminal, e o caso Luana Barbosa foi central nestes debates como símbolo de luta e denúncia do terror colonial na contemporaneidade. Em 2019, recebi o Prêmio Beatriz Nascimento/Clóvis Moura pela Rede Quilombação em reconhecimento aos trabalhos na área do combate ao racismo. E-mail: dinaalves@adv.oabs.org.br



𠄎

